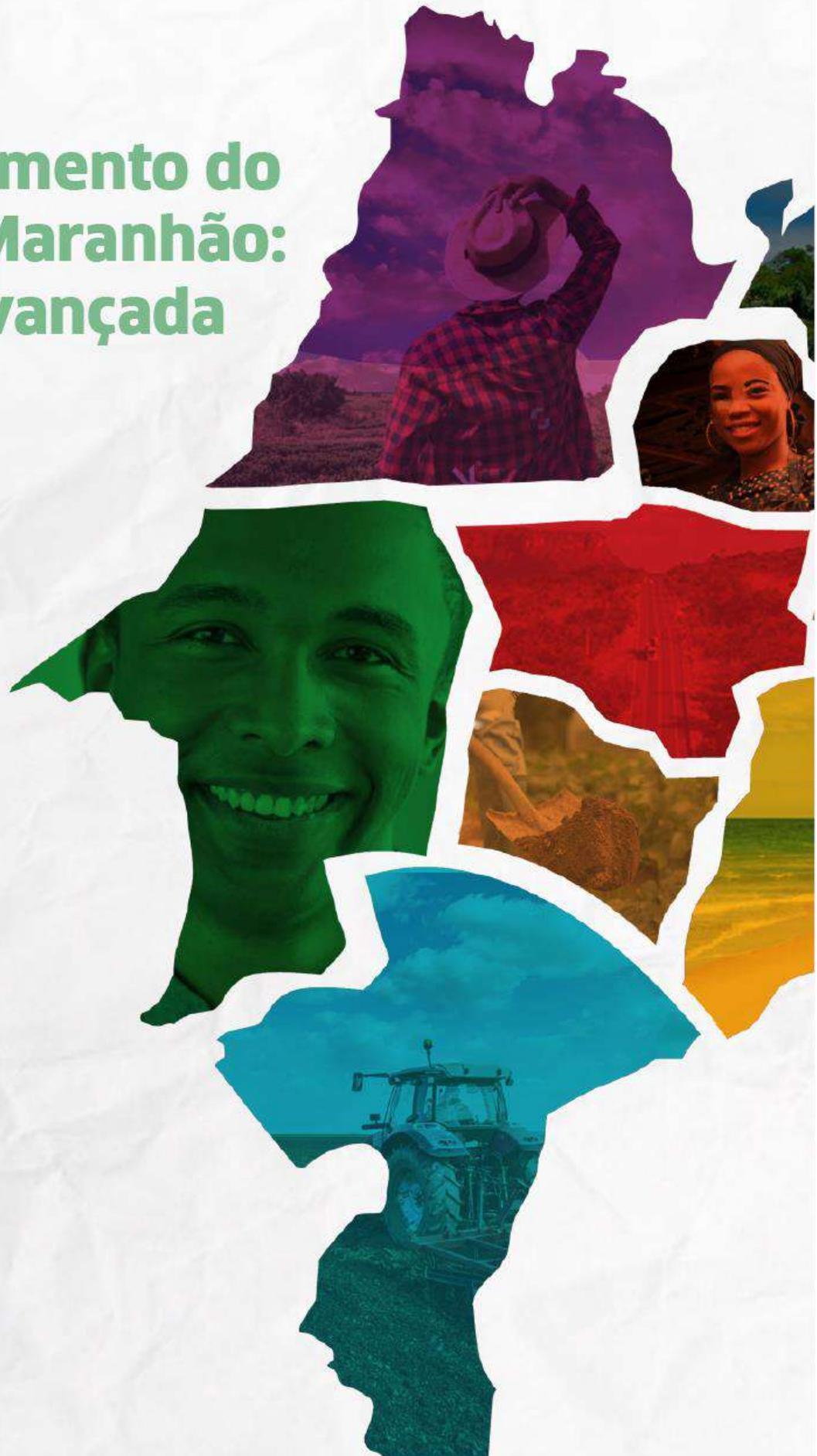


# 2020

ISBN: 978-85-61929-19-0

## Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão: proposta avançada



**SEPE**  
**IMESC**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS – SEPE  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

**REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO:**  
proposta avançada

São Luís  
2020

**Governador do Estado do Maranhão**

Flávio Dino de Castro e Costa

**Vice-Governador do Estado do Maranhão**

Carlos Orleans Brandão Júnior

**Secretário de Estado de Programas Estratégicos – SEPE**

Luis Fernando Silva

**Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC**

Dionatan Silva Carvalho

**Diretor de Estudos e Pesquisas**

Hiroshi Matsumoto

**Diretor de Estudos Ambientais e Geoprocessamento**

Josiel Ribeiro Ferreira

**Diretor Administrativo Financeiro**

Rogério de Araújo Lobato

**Equipe Técnica**

Carlos Henrique Santos da Silva

Carlos Eduardo Muniz Abdala

Getúlio Estefânio Duarte Martins

José Ribamar Trovão

Josiel Ribeiro Ferreira

Maria de Lourdes dos Santos Silva

Ronald Bruno da Silva Pereira

**Normalização**

Dyana Pereira

**Revisão de Linguagem**

Yamille Priscilla Castro Oliveira

**Revisão Final**

Rodrigo Oliveira

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada.  
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC.  
São Luís: IMESC, 2020.

ISBN: 978-85-61929-19-0

91 p.

1.Regionalização. 2. Planejamento. 3. Maranhão. I. Título

CDU: 913:910.21(812.1)

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Zonas Fisiográficas.....	8
Mapa 2 -	Regiões Ecológicas.....	9
Mapa 3 -	Microrregiões Homogêneas.....	10
Mapa 4 -	Microrregiões Geográficas.....	11
Mapa 5 -	Gerências Regionais.....	12
Mapa 6 -	Regiões de Planejamento.....	13
Mapa 7 -	Regiões Geográficas Imediatas.....	15
Mapa 8 -	Regiões de Influência das Cidades – REGIC.....	20
Mapa 9 -	Infraestrutura Rodoviária do Estado do Maranhão.....	22
Mapa 10 -	Proposta de Regionalização de Desenvolvimento do Estado do Maranhão.....	25
Mapa 11 -	Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís.....	29
Mapa 12 -	Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense.....	32
Mapa 13 -	Região de Desenvolvimento do Mearim.....	35
Mapa 14 -	Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas.....	38
Mapa 15 -	Região de Desenvolvimento das Serras.....	41
Mapa 16 -	Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses.....	43
Mapa 17 -	Região de Desenvolvimento dos Timbiras.....	46
Mapa 18 -	Região de Desenvolvimento dos Cocais.....	48
Mapa 19 -	Região de Desenvolvimento do Alpercatas.....	51
Mapa 20 -	Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhenses.....	53
Mapa 21 -	Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense.....	56
Mapa 22 -	Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense.....	59
Mapa 23 -	Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru.....	62
Mapa 24 -	Região de Desenvolvimento do Médio Mearim.....	65
Mapa 25 -	Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense.....	68
Mapa 26 -	Região de Desenvolvimento dos Guajajaras.....	71
Mapa 27 -	Região de Desenvolvimento do Pindaré.....	74
Mapa 28 -	Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense.....	77
Mapa 29 -	Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense.....	80
Mapa 30 -	Região de Desenvolvimento do Delta das Américas.....	82
Mapa 31 -	Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos.....	85
Mapa 32 -	Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense.....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão.....	24
Tabela 2 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social Metropolitana de São Luís.....	31
Tabela 3 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Amazônia Maranhense.....	34
Tabela 4 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Mearim.....	37
Tabela 5 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Gerais de Balsas.....	40
Tabela 6 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Serras.....	42
Tabela 7 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Lençóis Maranhenses.....	45
Tabela 8 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Timbiras.....	47
Tabela 9 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Cocais.....	50
Tabela 10 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Alpercatas.....	52
Tabela 11 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Reentrâncias Maranhenses.	55
Tabela 12 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Gurupi Maranhense.....	58
Tabela 13 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Tocantins Maranhense.....	61
Tabela 14 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Itapecuru.....	64
Tabela 15 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Mearim.....	67
Tabela 16 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Baixada Maranhense.....	70
Tabela 17 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Guajajaras.....	73
Tabela 18 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Pindaré.....	76
Tabela 19 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Sertão Maranhense.....	79
Tabela 20 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Parnaíba Maranhense.	81
Tabela 21 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Delta das Américas.....	84
Tabela 22 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Campos e Lagos.....	87
Tabela 23 -	Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Baixo Parnaíba Maranhense..	89

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE</b> .....	7
<b>3</b>	<b>REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO</b> .....	19
<b>3.1</b>	<b>Procedimentos Metodológicos para Criação das Regiões de Desenvolvimento</b> ...	19
<b>3.2</b>	<b>Toponímia das Regiões de Desenvolvimento</b> .....	26
3.2.1	Regiões com Referências ao Relevo.....	26
3.2.2	Regiões com Referências à Hidrografia.....	26
3.2.3	Regiões com Referências à Vegetação.....	27
3.2.4	Regiões com Referências à Etnia.....	27
3.2.5	Regiões com Referências à Área de Influência.....	27
<b>3.3</b>	<b>Definição do Município - Polo das Regiões de Desenvolvimento</b> .....	27
<b>3.4</b>	<b>Perfil das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão</b> .....	28
3.4.1	Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís.....	28
3.4.2	Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense.....	31
3.4.3	Região de Desenvolvimento do Mearim.....	34
3.4.4	Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas.....	37
3.4.5	Região de Desenvolvimento das Serras.....	40
3.4.6	Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses.....	43
3.4.7	Região de Desenvolvimento dos Timbiras.....	45
3.4.8	Região de Desenvolvimento dos Cocais.....	47
3.4.9	Região de Desenvolvimento do Alpercatas.....	50
3.4.10	Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhenses.....	52
3.4.11	Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense.....	55
3.4.12	Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense.....	58
3.4.13	Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru.....	61
3.4.14	Região de Desenvolvimento do Médio Mearim.....	64
3.4.15	Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense.....	67
3.4.16	Região de Desenvolvimento dos Guajajaras.....	70
3.4.17	Região de Desenvolvimento do Pindaré.....	73
3.4.18	Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense.....	76
3.4.19	Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense.....	79
3.4.20	Região de Desenvolvimento do Delta das Américas.....	82
3.4.21	Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos.....	84
3.4.22	Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense.....	87
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91

## **APRESENTAÇÃO**

Tendo em vista que as questões sobre desenvolvimento são constantemente absorvidas em variadas linhas de análises científicas, envolvendo diversos aportes técnicos, a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE) e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) apresentam um estudo de regionalização, cujo objetivo principal é dinamizar e ampliar as potencialidades endógenas de cada região.

Esta Proposta de Regionalização de Desenvolvimento do Estado do Maranhão busca avançar um recorte das regiões que leva em conta, além das regionalizações seguidas por várias secretarias de Estado, pelo IBGE e pelos antigos Territórios da Cidadania, camadas de informações fornecidas pela análise da rede urbana, da articulação dos meios de acesso, das identidades históricas, sociais e políticas, das vocações e potencialidades econômicas, além das restrições e oportunidades ambientais.

O referido estudo resultou de discussões com diversos órgãos públicos do estado e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de apresentar uma proposta que satisfaça aos interesses das secretarias e órgãos do estado e possibilite a implementação de políticas públicas de forma mais efetiva e concreta, oferecendo uma nova relação Estado/Território.

**Luis Fernando Silva**

Secretário de Estado de Programas Estratégicos

**Dionatan Silva Carvalho**

Presidente do IMESC

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade constitui um dos traços marcantes da história das civilizações. Os diferentes níveis e padrões de desenvolvimento, experimentados por nações, regiões de um país ou bairros de uma cidade, comprovam, também, que a desigualdade possui uma expressão espacial, oferecendo, conforme o local, diferentes condições de oportunidades e opções de vida aos seus cidadãos. Tema presente nas discussões da Economia e da Geografia, desde o século XIX, mas posto no centro do debate com a crise mundial de 1929, o desenvolvimento desigual das regiões produziu teorias e hoje acumula uma vasta bibliografia, comparável com os esforços de intervenções estatais em áreas de estagnação econômica. Colecionando casos emblemáticos, em variados momentos históricos e países com diferentes condições de desenvolvimento, como a Comissão Nacional de Planejamento da União Soviética (atual Rússia), a *Cassa del Mezzogiorno* da Itália, o TVA (*Tennessee Vale Authority*) nos Estados Unidos, a SUDENE no Nordeste brasileiro e a *Delegation Dámanagement du Territoire*, o DATAR francês, o planejamento regional consolidou-se como ação do Estado, quando interessado em equalizar o desenvolvimento em sua dimensão territorial.

Passando por um declínio, a partir dos anos 1970, quando as políticas neoliberais impuseram o protagonismo e a lógica do mercado sobre muitas das ações do Estado, os programas territoriais retornaram à cena na década de 1990. Isso em razão das políticas implementadas pela Comunidade Europeia e também do potencial aberto pelo desenvolvimento tecnológico e as exigências da nova integração comercial em escala planetária.

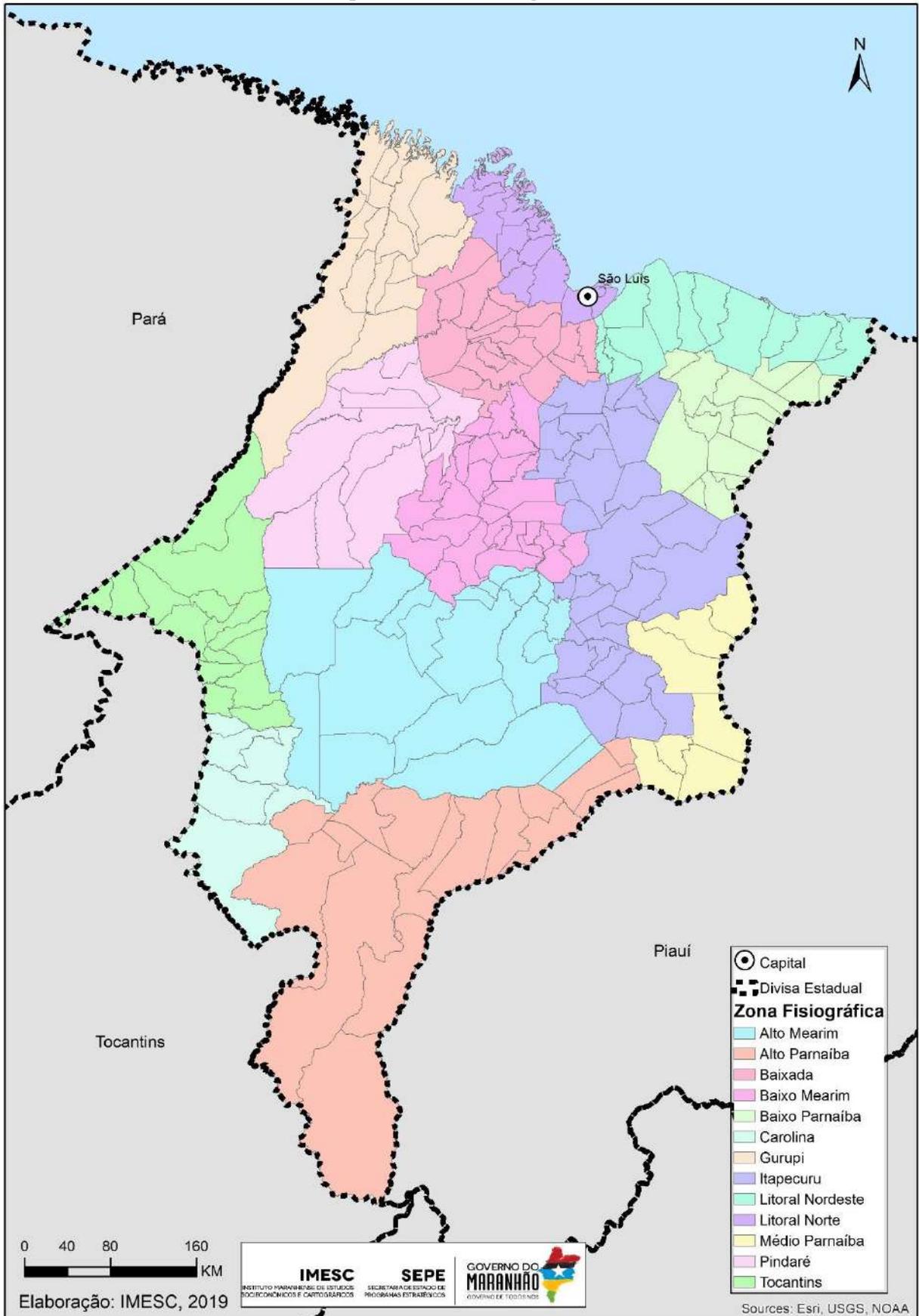
Com a experiência das décadas de 1960/70, quando se valeu do II PND para integrar regiões periféricas do país, e acompanhando as mudanças no cenário internacional, o Brasil vem retomando, desde o início deste século, a discussão regional. Além do próprio governo federal, que volta a adotar programas desenvolvimentistas em escala nacional, são inúmeros os estados que têm produzido políticas e programas de desenvolvimento regional, em um esforço de superação da tradicional atuação estatal, restrita à escala do município, para enfrentamento da desigualdade espacial que acomete vastas regiões do país.

## 2 BREVE HISTÓRICO DA REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE

Um rápido resumo das ações do Governo do Estado, nos últimos cinquenta anos, no campo da regionalização das políticas públicas, comprova a incapacidade anterior do executivo maranhense de unificar, em torno de uma proposta consensual para ações territoriais, os múltiplos planos e programas de seus diversos órgãos de gestão. Interessante ressaltar que, enquanto a indecisão do Governo Estadual postergava a definição/adoção de uma proposta unificada para o planejamento regional, inúmeros programas do Governo Federal produziam, por meio da implantação de complexos logísticos, radicais transformações no território do Maranhão. Além do projeto de colonização do Estado, elaborado e coordenado pela SUDENE, cabe lembrar a construção das rodovias BR-010 – a Belém-Brasília; a BR-316; a Belém-Maceió; a Represa de Boa Esperança; o Porto do Itaqui; e a Estrada de Ferro Carajás, principais investimentos federais em infraestrutura que, no período de 1960 a 1980, modificaram as condições socioeconômicas e ambientais maranhenses, sem que uma geopolítica proativa fosse adotada/aplicada pelo executivo estadual. Um relato das iniciativas governamentais ilustra a escassa relevância política dada ao tema, desde os anos 1960 ao primeiro decênio do século atual.

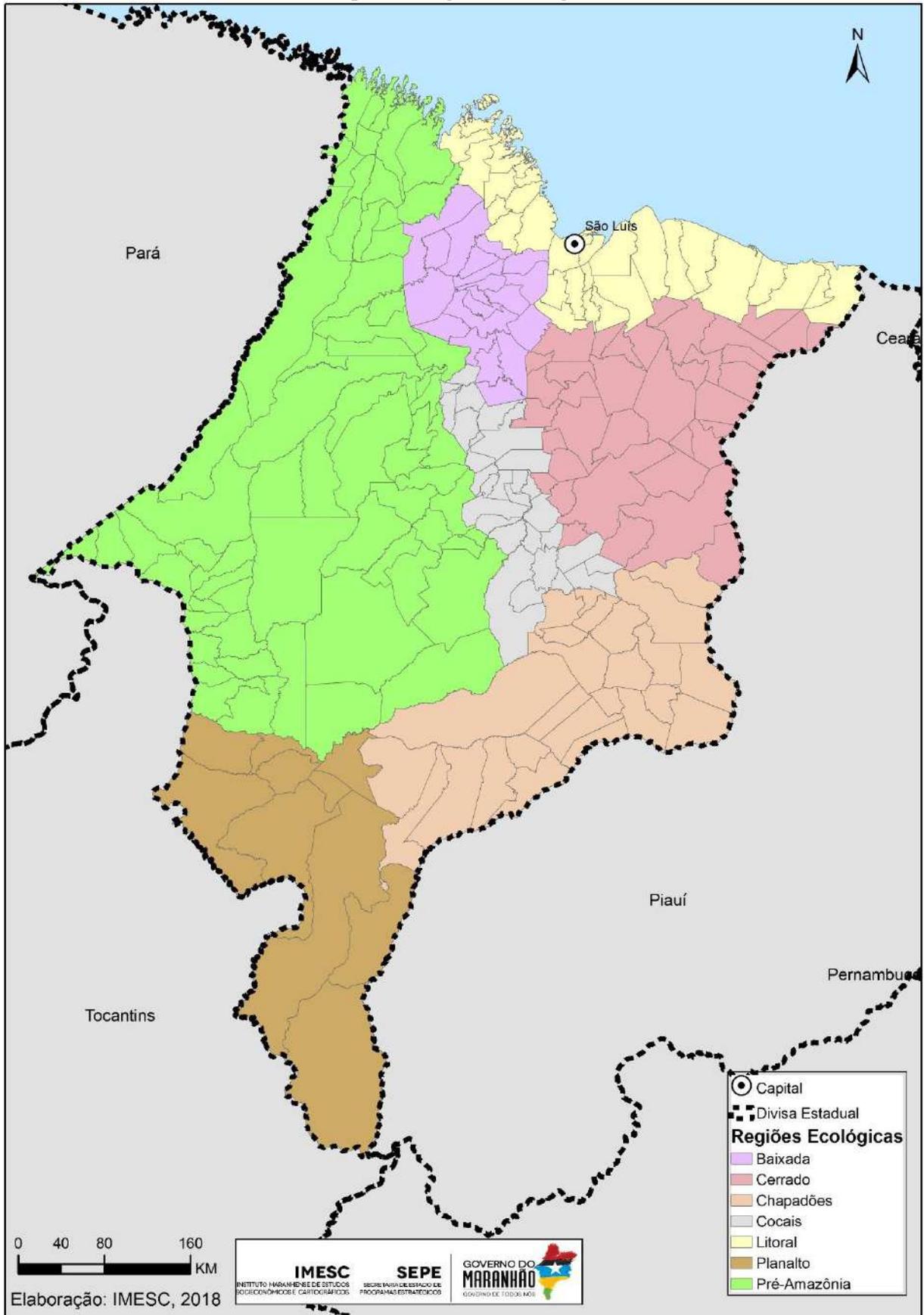
Na década de 1960, época em que a fisiografia era instrumento principal para uma distribuição regional, quando o Maranhão tinha 129 municípios, foram criadas pelo Departamento de Estatística do Estado do Maranhão treze zonas fisiográficas (Mapa 1). Nessa mesma década, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) apresentou a proposta das Regiões Ecológicas, distribuídas em sete zonas (Mapa 2), enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotava a distribuição regional com 16 Microrregiões Homogêneas (Mapa 3).

Mapa 1 – Zonas Fisiográficas



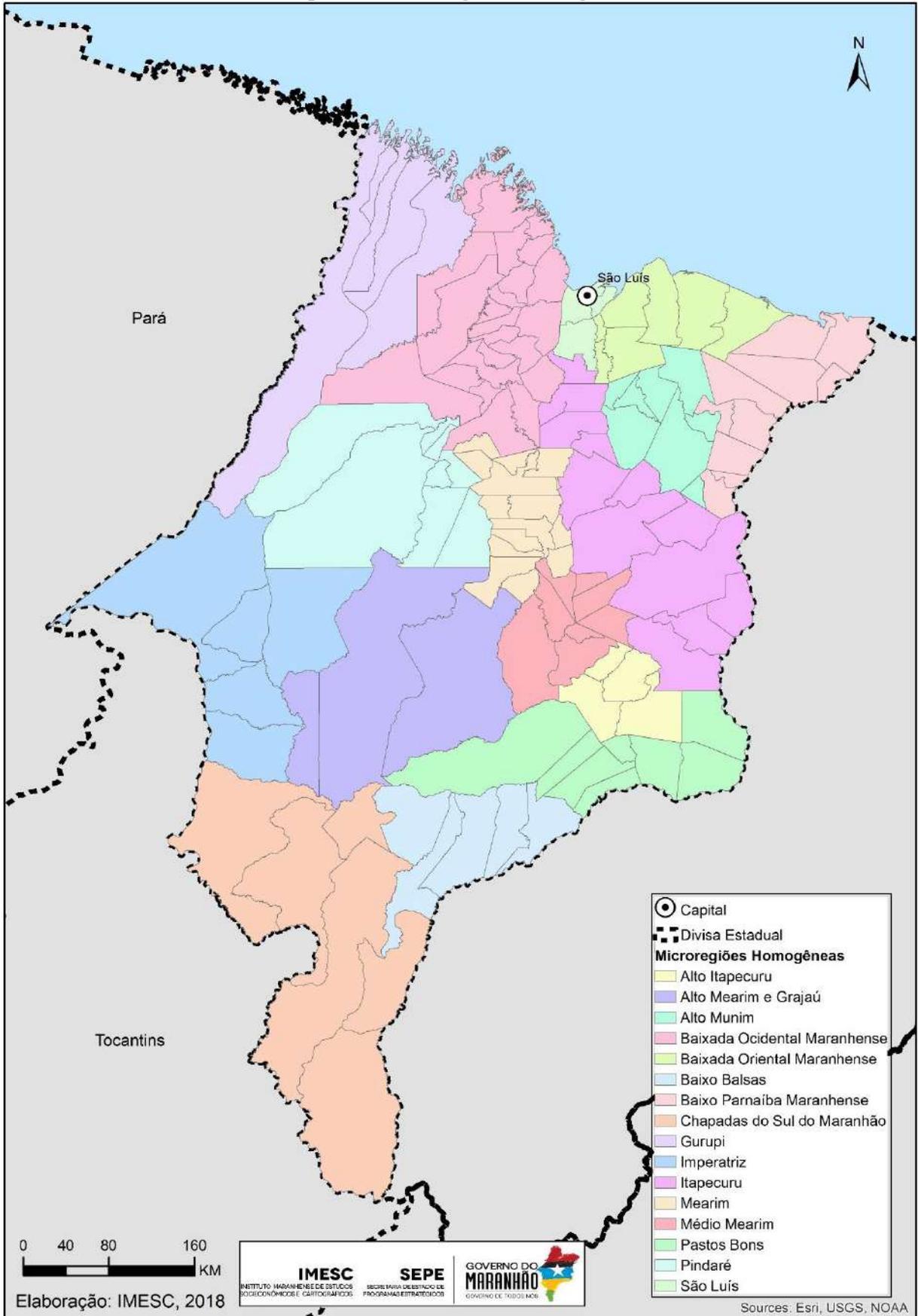
Fonte: IMESC (2019)

Mapa 2 – Regiões Ecológicas



Fonte: IMESC (2018)

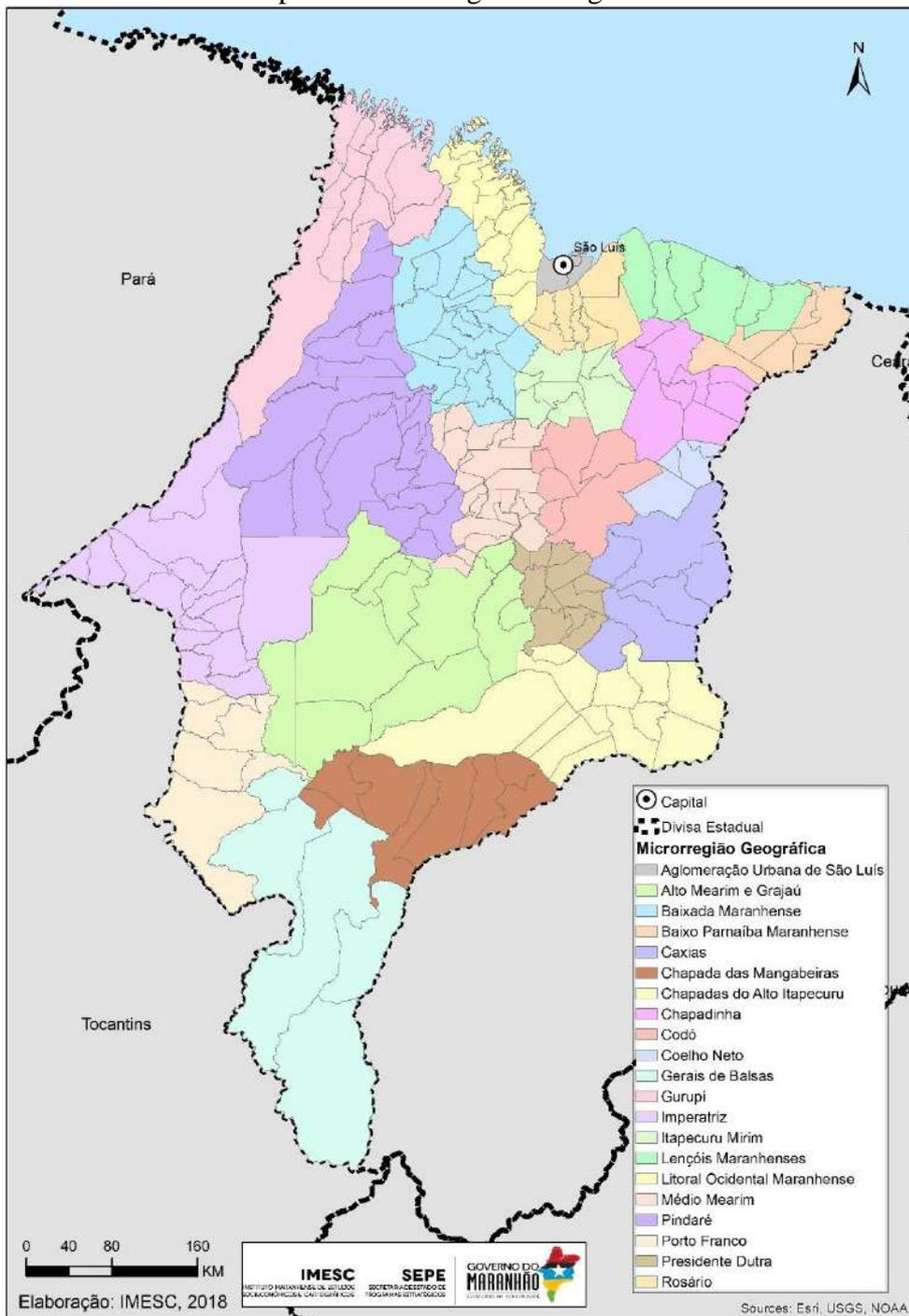
Mapa 3 – Microrregiões Homogêneas



Fonte: IMESC (2018)

Essa tricotomia regional perdurou até 1990, quando o referido Instituto desativou as Microrregiões Homogêneas e as substituiu pelas regiões geográficas, classificadas em cinco mesorregiões, subdivididas em 21 Microrregiões Geográficas (Mapa 4). Enquanto isso, alguns órgãos públicos estaduais utilizavam as Regiões Fisiográficas, outros as Microrregiões Geográficas ou, o que perdura até o momento atual, cada órgão criou e usa a sua própria regionalização.

Mapa 4 – Microrregiões Geográficas



Fonte: IMESC (2018)

Em 1995, por meio da Lei nº 7356, o Governo do Estado criou as Gerências Regionais Administrativas – GRA (Mapa 5), que tiveram efêmera vigência de quatro anos, sendo logo depois esquecidas. Dentre os fatores que colaboraram para que as GRA não dessem o resultado esperado, destacam-se: extensão e distância entre as sedes municipais que compunham cada unidade regional; precariedade do sistema viário existente e concentração direta das decisões de cada região, que dependiam da centralização do poder executivo, além de outras.

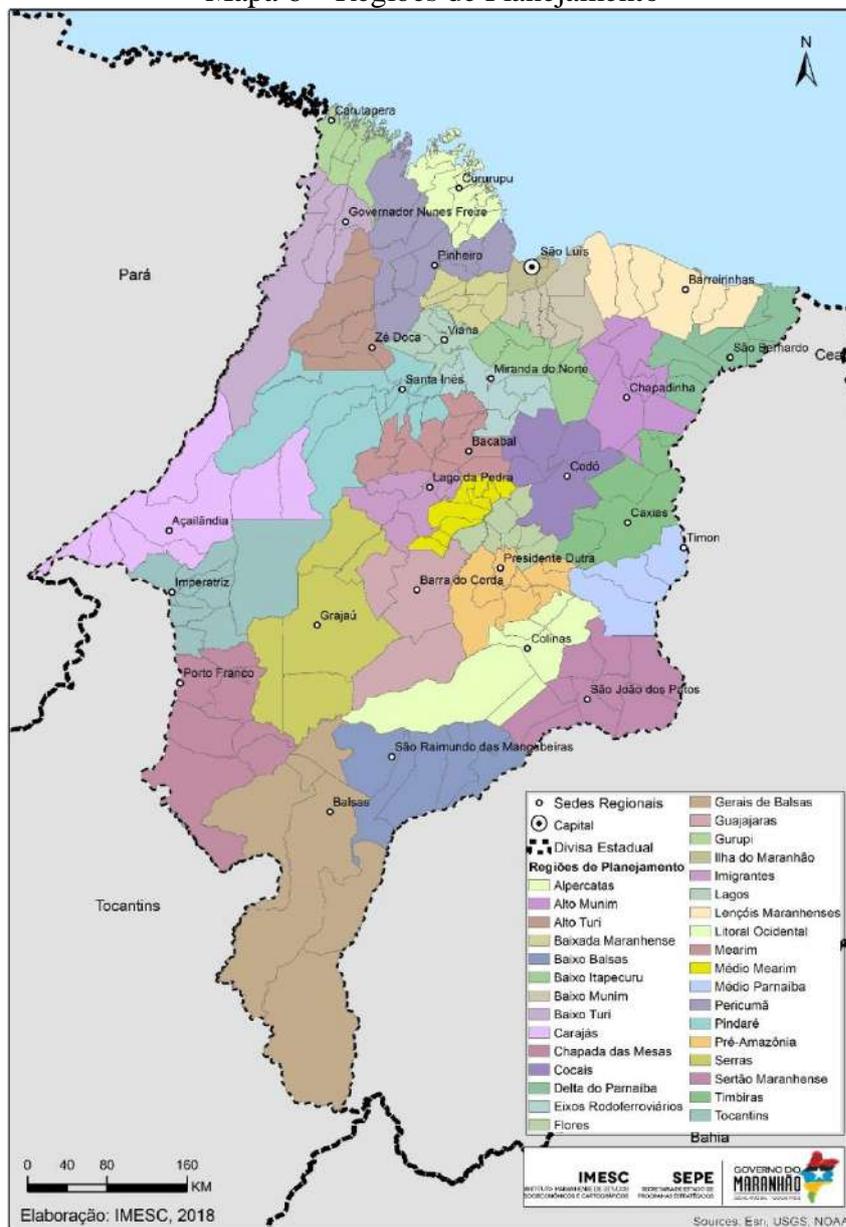
Mapa 5 – Gerências Regionais



Fonte: IMESC (2018)

Entre 1998 e 2006, o planejamento estadual “navegou” em sucessivas regiões pontuais, conforme a percepção de cada unidade administrativa, sem maiores consequências, no que se refere a uma regionalização efetiva. Em 2007, uma nova proposta foi apresentada, dividida em 32 Regiões de Planejamento (Mapa 6) que, embora não tenham sido revogadas, não foram efetivamente utilizadas. Dentre os fatores que colaboraram para sua não execução, cabe destacar o grande número de regiões, o qual elevou o custo administrativo-financeiro para manutenção operacional de cada Unidade Regional e dificultou, aos órgãos do Estado, o compartilhamento e a transferência de ações dos seus programas, em relação à execução do Plano Plurianual (PPA) de forma articulada e, principalmente, regionalizada.

Mapa 6 – Regiões de Planejamento



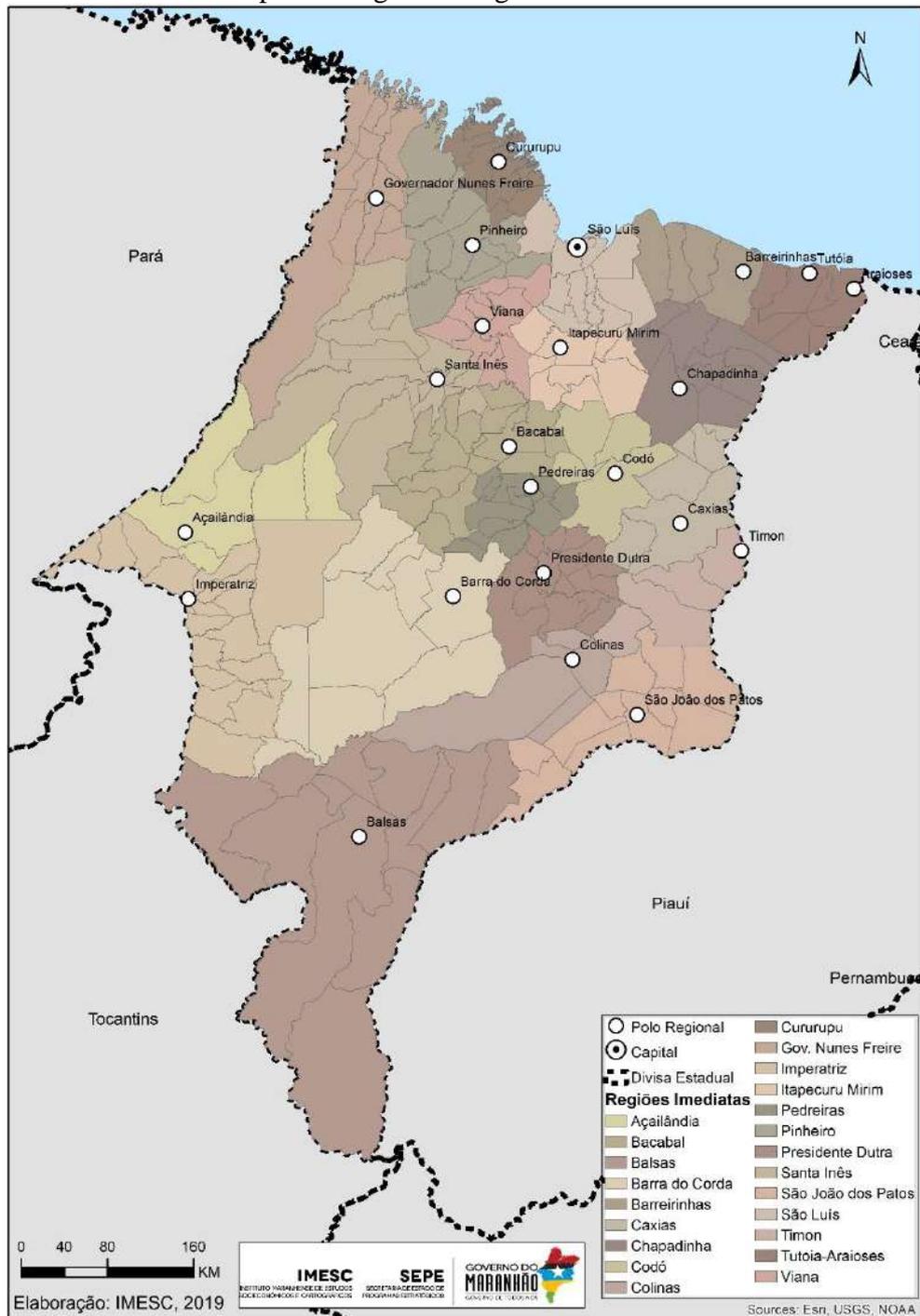
A partir de 2017, considerando as modificações econômicas globais das últimas três décadas, a inserção do Brasil nos circuitos mundiais, as novas polarizações globais, o intenso processo de transformação que o território brasileiro vem passando, o IBGE elaborou uma nova regionalização, baseada nas cidades-polo e nos municípios a elas contíguos espacialmente e/ou nos fluxos materiais que os atravessam. Dessa forma, buscou identificar elementos concretos para aquela divisão territorial, tais como: rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros, com o intuito de elaborar recortes espaciais regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017). Criou-se, portanto, as Regiões Geográficas Imediatas e as Regiões Intermediárias.

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões estão estruturadas por meio de centros urbanos próximos, para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros.

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017).

No Maranhão, foram criadas cinco Regiões Intermediárias e 22 Regiões Imediatas (Mapa 7). O IMESC, observando algumas disparidades e equívocos nesta nova regionalização estadual, procurou o IBGE, a fim de abrir um diálogo, para reparar e adequar a nova regionalização dentro do estado. Após várias reuniões, o IBGE acatou parte das solicitações propostas pelo IMESC.

Mapa 7 – Regiões Geográficas Imediatas



Fonte: IMESC (2019)

As disparidades entre a nova regionalização do IBGE e a proposta de Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão do IMESC são relativas a apenas três áreas específicas: 1) O município de Paulino Neves – na regionalização do IBGE, este se encontra na Região Imediata de Tutóia-Araioes (Região de Desenvolvimento do Delta das Américas), por outro lado, na do IMESC, encontra-se na Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses (Região Imediata de Barreirinhas), reflexo da pavimentação da MA-315,

construção do parque eólico e maior ligação com o município de Barreirinhas, incentivando os fluxos comerciais e turísticos por meio da Rota das Emoções; 2) O município de Afonso Cunha – na regionalização do IBGE, este se encontra na Região Imediata de Caxias (Região de Desenvolvimento dos Timbiras), já na do IMESC, encontra-se na Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense (Região Imediata de Chapadinha), a inserção deste deve-se principalmente à maior ligação rodoviária com o município de Chapadinha, em vez de Caxias, uma vez que a rodovia que o liga a este município está em estado precário; 3) Os municípios de Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão – na regionalização do IBGE, estes se encontram na Região Imediata de Barra do Corda (Região de Desenvolvimento das Serras), ao passo que na do IMESC, encontram-se na Região de Desenvolvimento dos Guajajaras (Região Imediata de Presidente Dutra), a maior motivação para inserção desses municípios nessa região dá-se, principalmente, pela maior ligação com o município de Presidente Dutra, por meio da BR-226, e pelo grande vazio demográfico entre Barra do Corda e Grajaú, reflexo da extensão de terras indígenas nesta área territorial.

Uma característica da atual política de regionalização do estado é a variedade de regionalizações operacionais existentes entre os órgãos do Poder Estadual. Observa-se divergências na distribuição, tanto das regiões quanto do número de municípios dessas; às vezes, se aproximam, como as secretarias de Educação com dezoito e de Saúde com dezenove regiões; outras vezes divergem, como a Secretaria de Território e Cidadania com quatorze, a Secretaria de Planejamento e Orçamento com trinta e duas regiões e o IBGE com vinte e uma. Sendo assim, tomou-se como objetivo principal desta proposta evitar as diferenças entre as que têm maior número de regiões e aquelas que têm um número insuficiente, pois isso dificulta uma melhor espacialização. É necessário, portanto, adotar o nivelamento, para que as regiões possam caracterizar seus espaços e limites.

Com exceção do breve interregno, durante o Governo Jackson Lago (2007-08), quando se avançou na direção de uma nova regionalização secundada por uma experiência breve e precocemente interrompida por planejamento participativo, as gestões anteriores no Governo do Maranhão mantiveram-se à margem das intervenções efetivas sobre seu território, demonstrando sérias dificuldades em passar dos planos às ações. Uma situação na qual o discurso do planejamento regional se efetivava de forma fragmentada, pela iniciativa particularizada de alguns órgãos estatais que, premidos por exigências federais, produziam e implementavam, cada um a seu modo, regionalizações próprias e divergentes para políticas específicas de educação, saúde, segurança, entre outras. A disparidade entre as várias regionalizações adotadas e a desarticulação dessas, em relação ao ciclo do planejamento,

terminaram por reduzir a capacidade de intervenção do Governo do Estado sobre as disparidades regionais.

Nas últimas décadas, a ausência de políticas estaduais em escala regional contribuiu decisivamente para manter e agravar os obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico do Maranhão. Esse cenário, de reduzida e concentrada distribuição territorial de bens e de oportunidades a todos os maranhenses, muito se explica pelas díspares identidades produtivas regionais, que combinam a prevalência de formas tradicionais com avançadas, mas reduzidos e localizados padrões tecnológicos já instalados, todos isolados entre si e submetidos a graves problemas de circulação de pessoas e produtos. Sem dispor de uma rede urbana capaz de oferecer infraestrutura, serviços e suporte necessário às atividades socioeconômicas e, adequada à reprodução ampliada do trabalho e à consolidação de um mercado de consumo local, o futuro do Maranhão tem se debatido nas restritas possibilidades de desenvolvimento. Possibilidades quase sempre oferecidas por descompromissados vínculos exógenos ou frágeis articulações locais, incapazes de reestruturar os sistemas produtivos do estado, dando-lhes um sentido de verdadeiro desenvolvimento.

A experiência mostra que, na ausência de um esforço consistente para identificar as diferentes realidades socioeconômicas e ambientais existentes nos vários rincões do estado, cada um deles com seus potenciais, oportunidades e entraves ao desenvolvimento e para demandar políticas públicas adequadas, torna-se extremamente difícil atuar espacialmente sobre o território. Nesse sentido, somente a função pública do Governo do Estado, por meio de sua capacidade política e econômica e de sua autoridade institucionalizada sobre o território e a sociedade, tem o poder de intervir significativamente sobre os destinos da sociedade, corrigindo desequilíbrios sociais e econômicos, investindo em espaços carentes, disponibilizando infraestrutura e logística, atendendo carências e controlando excessos.

O compromisso do Governo Flávio Dino com o desenvolvimento do mercado interno, por meio das atividades geradoras de emprego, renda e arrecadação de impostos, coloca-se, nesse sentido, como uma ruptura com o modelo de intervenção do Estado seguido nas últimas décadas. O Plano de Ações Mais IDH, ao priorizar ações multissetoriais nos municípios de menores indicadores de desenvolvimento humano do estado, mostra a importância do planejamento territorial estatal para superar a estagnação econômica de regiões que permanecem excluídas do circuito mais dinâmico do desenvolvimento. Comprovando o poder do investimento político e econômico do estado para mudar a realidade, o Plano vem concentrando ações interinstitucionais no campo da educação, saúde e geração de renda, um

passo inicial que irá se consolidar com as articulações regionais, para a inserção de cada um dos 30 municípios selecionados, na dinâmica socioeconômica do entorno territorial.

O reconhecimento dessa nova visão na gestão estadual, que enxerga o potencial do planejamento regional como vetor imprescindível para o desenvolvimento equilibrado do Maranhão, é o ponto de partida que move o esforço contido neste estudo – o de propor uma regionalização para o desenvolvimento do estado, que consubstancie, em unidades regionais, os territórios constituídos, com base na identidade histórica e cultural, na hierarquia das redes urbanas, nas similaridades e potencialidades identificadas nos estudos do Macro Zoneamento Ecológico Econômico – MACRO ZEE, na articulação da malha de transportes, nos fluxos de pessoas e mercadorias, assim como nas identidades econômicas existentes e potenciais.

Como subsídio indispensável para a criação das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão, foram observadas determinadas particularidades de dois dos zoneamentos que se aplicavam até recentemente para determinados fins de produção e disseminação de dados (as Microrregiões Geográficas IBGE) e para a elaboração do Processo Formal de Planejamento Orçamentário (Regiões de Planejamento, de 2007), além da orientação de políticas de inclusão socioproductiva (Sistema SAF) e também orientação das ações da Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP).

O IMESC a partir de 2015, constatou que havia também a necessidade de rever o recorte regional do estado maranhense, e propôs uma regionalização baseada em alguns critérios parecidos com os do IBGE, especialmente as camadas de informações fornecidas pela análise da rede urbana e da articulação dos meios de acesso viários (IMESC, 2015). Assim, ambos os institutos identificaram a necessidade de uma regionalização mais adequada às últimas transformações que os territórios vêm passando e utilizaram em suas metodologias elementos similares e oportunos, evitando a criação de recortes regionais muito heterogêneos, uma vez que as experiências passadas não lograram muito êxito.

### **3 REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO**

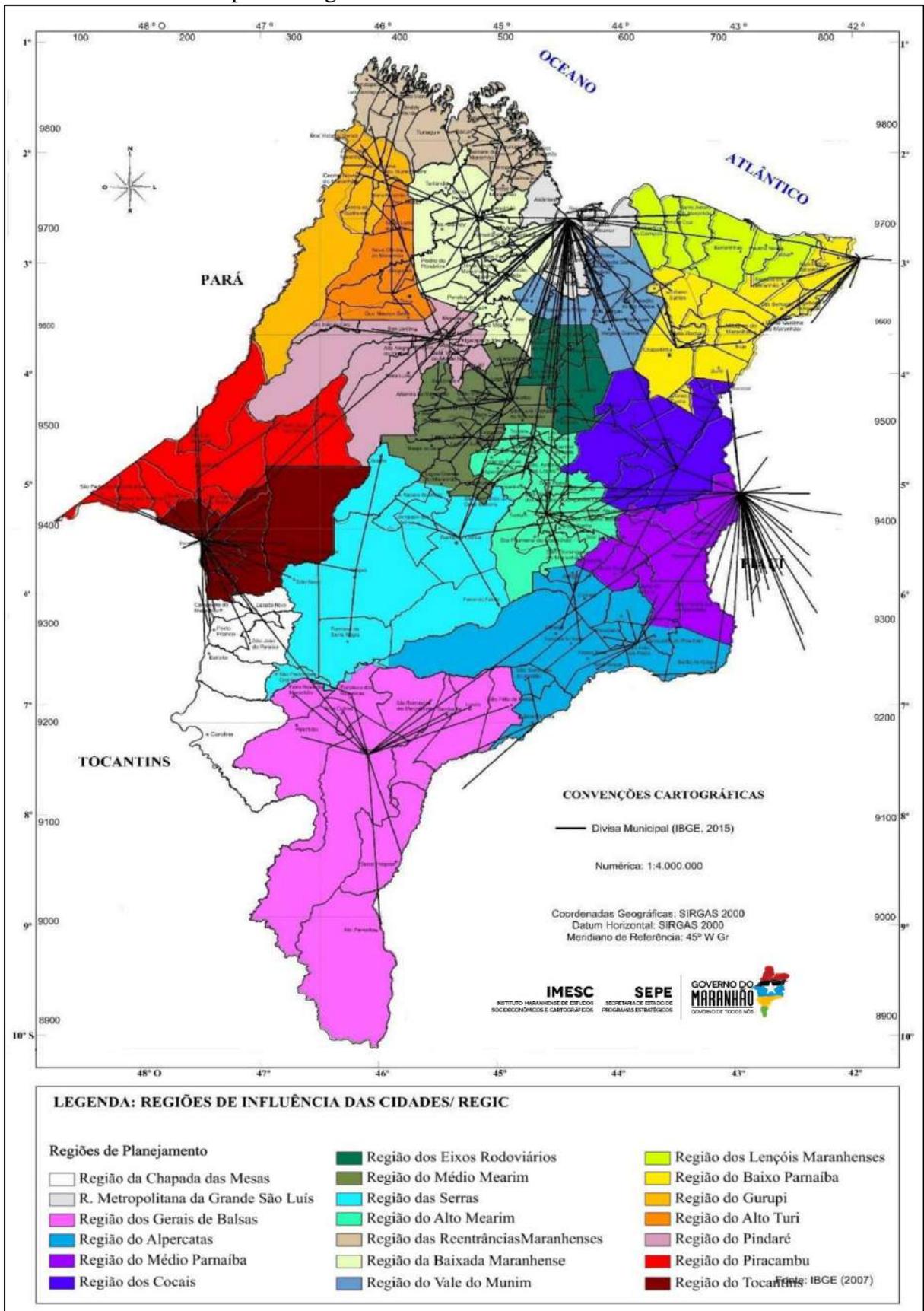
#### **3.1 Procedimentos Metodológicos para Criação das Regiões de Desenvolvimento**

A regionalização do território estadual, que se propõe como estratégia para seu desenvolvimento, deve ser capaz de articular espacialmente os investimentos do Plano Plurianual (PPA 2020-2023). Nesse mister, torna-se necessário partir de duas premissas, ambas coerentes com a ideia de desenvolvimento adotada pelo Governo Flávio Dino, que fundamenta sua gestão no enfrentamento das graves desigualdades do estado e dos baixos índices de desenvolvimento humano de mais da metade dos municípios maranhenses.

A primeira dessas premissas parte da relevância da cidade, como centro polarizador, com papel decisivo enquanto núcleo político-administrativo, dotado de diversidade de oportunidades. A segunda proposição destaca a centralidade das identidades produtivas regionais, as cadeias de trabalho e a renda capazes de especializações e demandas tecnológicas que unificam lugares. Tomando esses elementos como motores dinâmicos do desenvolvimento, a proposta de regionalização buscou, nos limites do espaço maranhense, as relações existentes entre eles, polos de atração e de oferta de oportunidade que articulam espaços e suas atividades, mediante determinadas hierarquias.

Materializadas no mapa de fluxos – circulação de pessoas e de produtos entre lugares –, construído pelo IBGE em 2007 e denominado Regiões de Influência das Cidades – REGIC (Mapa 8), as centralidades maranhenses constituem uma rede urbana de hierarquia desigual e de frágil configuração espacial, traduzindo o padrão centralizado do desenvolvimento estadual, no qual vastas regiões permanecem isoladas das redes de relações socioeconômicas vigentes. Ainda que precária e descontínua, é por meio dessa trama que, atualmente, se dão as conexões entre as regiões. Sendo assim, cabe considerá-la como ponto de partida para uma proposta de planejamento que tem como prioridade uma ideia de futuro – o desenvolvimento homogêneo do Maranhão –, mas não deve esquecer seu vínculo com a realidade concreta e atual.

Mapa 8 – Regiões de Influência das Cidades – REGIC



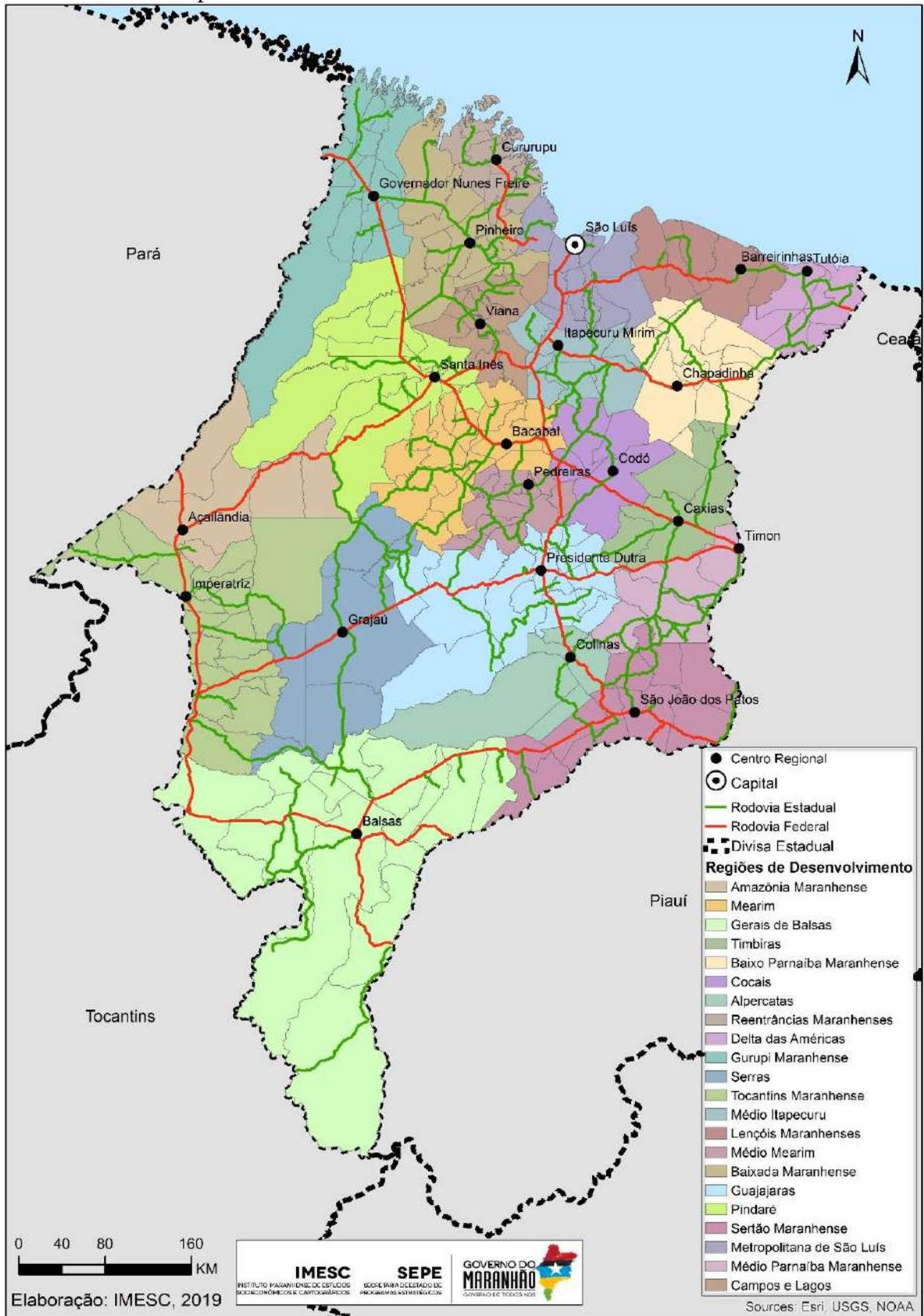
Fonte: IMESC (2018)

Entretanto, considerando que a base de dados da REGIC foi pensada e elaborada há 11 anos, momento em que se iniciava um ciclo de instalação de um conjunto de projetos de investimento de grande porte, que contribuiu para transformar, de forma significativa, determinadas relações intermunicipais, essa matriz inicial da REGIC – sobre a qual foi desenhado o primeiro esboço de regionalização para o estado – passou a ser submetida a distintas e simultâneas verificações. Essas comprovações se constituíram, por um lado, no confronto da proposta inicial com a atualidade das realidades socioeconômicas próprias do Maranhão e suas conseqüências espaciais sobre os espaços do entorno. Concomitantemente, passou-se a incorporar, às regiões predefinidas, os dados fisiográficos e socioculturais, base da proposta das Regiões de Planejamento do Estado, elaborada em 2007, mas nunca efetivada. A atualização dessas informações, com base na análise do Macrozoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão – Macro ZEE, finalizado em 2014, permitiu avançar na reflexão sobre as similaridades e potencialidades ambientais e socioeconômicas.

Finalmente, sobre este conjunto de dados atualizados, de fato já incorporados à realidade estadual, um novo refinamento foi efetivado com a sobreposição da atual infraestrutura rodoviária estadual (Mapa 9) que, tal como o desenvolvimento estadual, é irregular e desigual. Disponibilizando precárias condições de mobilidade para muitos dos municípios maranhenses, em alguns casos inacessíveis em certos períodos do ano, a análise do sistema rodoviário no Maranhão foi subordinada à proposta de desenvolvimento regional, permitindo verificar a viabilidade atual e futura da constituição de relações intermunicipais. Apesar de não se tomar essas verificações como determinantes para a proposta de regionalização aqui apresentada, que se mantém focada naqueles eixos citados anteriormente, isto é, a qualidade das estruturas urbanas e as relações produtivas existentes, a inclusão dessas realidades acessórias foi um importante elemento para comprovar a lógica da proposta.

Os movimentos complementares, objetivando inserir sobre a proposta inicial as identidades socioculturais, os dados econômicos e a rede rodoviária, todos devidamente atualizados, resultaram em ajustes e complementações da REGIC do Maranhão, permitindo a necessária reconfiguração da primeira proposta de regionalização, inicialmente pensada com 21 unidades, mas reestruturada e finalizada com 22 Regiões. Um quantitativo que, por aproximação, se assemelha às regionalizações adotadas pelo IBGE, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Saúde e Territórios da Cidadania, respectivamente com 21, 19, 18 e 14 unidades, abrindo pela primeira vez a possibilidade efetiva de um acordo interinstitucional, com vistas à adoção da Regionalização para o Desenvolvimento, aqui proposta como matriz das demais classificações territoriais feitas sobre o território estadual.

Mapa 9 – Infraestrutura Rodoviária do Estado do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

Partindo do pressuposto que o processo de descentralização administrativa de um estado depende de uma regionalização eficiente que possa promover o desenvolvimento equilibrado e equitativo de todos os territórios municipais e, conseqüentemente, do Maranhão como um todo, a presente proposta define a divisão do território maranhense em 22 unidades, aqui denominadas de Regiões de Desenvolvimento do Maranhão (Tabela 1/Mapa 10).

Como subsídio indispensável a um equilíbrio na delimitação das 22 regiões que ora se propõe, foram observadas, e mesmo adotadas, determinadas particularidades das Regiões de Planejamento, de 2007, e das Microrregiões Geográficas do IBGE, mantendo, no entanto, como premissa o desenvolvimento integral e equilibrado dos municípios maranhenses. Assim, foram considerados aspectos fisiográficos; cobertura vegetal; clima; hidrografia; hierarquia dos centros urbanos, conforme a Região de Influência das Cidades (REGIC); uniformização dos municípios na distribuição regional; ocupação humana; etnia; inter-relação dos eixos viários; influência de determinados municípios em relação aos seus circunvizinhos; facilidade do fluxo de transporte rodoviário de cargas e de passageiros; e serviços públicos de abastecimento de água, esgoto e energia.

Nesta proposta de regionalização, foram feitas algumas fusões de regiões de planejamento e/ou transferências de municípios entre elas, além da seleção de municípios-polo.

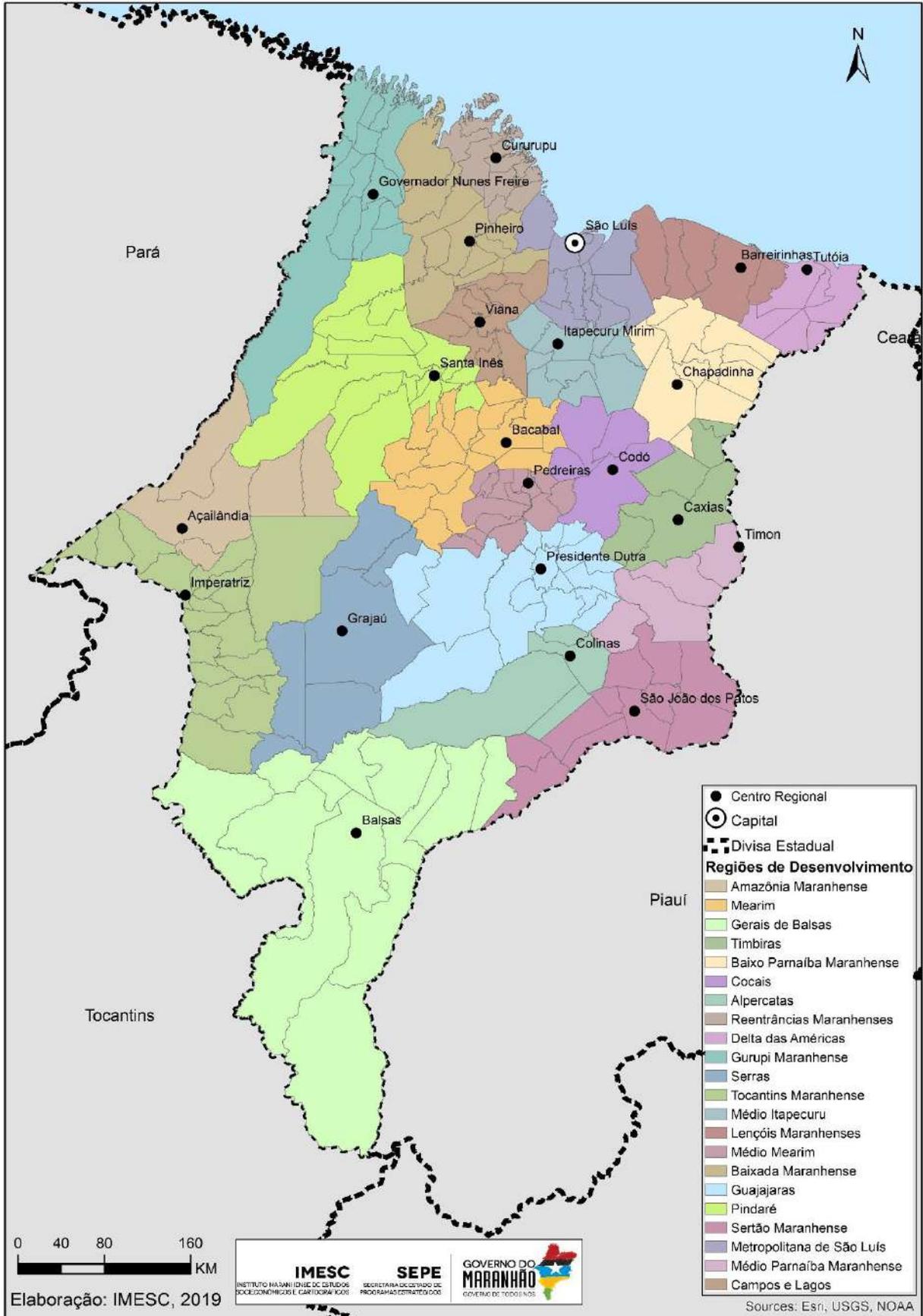
A distribuição dos municípios por região, em que pese às semelhanças fisiográficas, etnia, cultura e cadeias produtivas existentes ou potencialmente dinâmicas, teve-se principalmente à funcionalidade intermunicipal e inter-regional, ou seja, aos fluxos entre todas as cidades que compõem a região e sua interdependência com um município mais desenvolvido e com maior quantidade de serviços e infraestrutura. Para isso, algumas fusões e incorporações em parte de determinadas regiões existentes foram sendo observadas e, a partir disso, traçou-se os nossos limites regionais.

Tabela 1 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão

Região /Municípios	Área (Km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Metropolitana de São Luís</b>	8.303,469	1.166.758	325.612	1.492.370	1.633.117	196,68	34.315.011
<b>Amazônia Maranhense</b>	15.357,699	149.933	82.934	232.867	256.629	16,71	3.342.736
<b>Mearim</b>	13.957,494	232.881	159.263	392.144	413.925	29,66	3.319.463
<b>Gerais de Balsas</b>	57.171,461	145.402	64.566	209.968	226.915	3,97	6.045.063
<b>Serras</b>	20.863,635	67.379	79.897	168.139,64	160.123	7,67	1.290.294
<b>Lençóis Maranhenses</b>	8.660,563	45.132	78.280	123.412	138.441	15,99	867.922
<b>Timbiras</b>	9.870,421	182.883	70.835	253.718	270.739	27,43	2.391.605
<b>Cocais</b>	8.936,425	149.325	79.636	228.961	240.475	26,91	1.690.773
<b>Alpercatas</b>	12.167,451	43.632	34.922	78.554	82.982	6,82	637.412
<b>Reentrâncias Maranhenses</b>	5.660,172	69.179	56.489	125.668	131.084	23,16	808.132
<b>Gurupi Maranhense</b>	19.010,780	123.523	70.359	193.882	213.022	11,21	1.454.930
<b>Tocantins Maranhense</b>	25.916,601	388.690	120.553	509.243	541.338	20,89	10.289.638
<b>Médio Itapecuru</b>	7.850,500	125.693	110.351	236.044	262.909	33,49	2.004.033
<b>Médio Mearim</b>	6.172,945	113.941	82.069	196.010	198.896	32,22	3.359.563
<b>Baixada Maranhense</b>	12.875,771	136.192	176.696	312.888	336.977	26,17	2.436.524
<b>Guajaras</b>	22.779,915	186.330	158.449	344.779	364.277	15,99	2.769.377
<b>Pindaré</b>	24.386,582	244.662	199.380	444.042	468.402	19,21	3.921.094
<b>Sertão Maranhense</b>	15.591,786	91.491	51.745	143.236	151.453	9,71	1.373.028
<b>Médio Parnaíba Maranhense</b>	8.695,059	179.312	64.648	243.960	261.680	30,10	2.332.211
<b>Delta das Américas</b>	6.167,794	56.463	106.135	162.598	179.590	29,12	1.161.683
<b>Campos e Lagos</b>	6.645,305	109.610	138.638	248.248	265.062	39,89	1.733.418
<b>Baixo Parnaíba Maranhense</b>	12.600,342	138.738	116.183	254.921	277.195	22,00	1.980.272

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Mapa 10 – Proposta de Regionalização de Desenvolvimento do Estado do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

### 3.2 Toponímia das Regiões de Desenvolvimento

No que se refere à definição da toponímia adotada para cada uma das Regiões de Desenvolvimento e com o objetivo de reforçar a identidade conjunta de todos os seus municípios componentes, foram propostos títulos que fazem referências ao relevo, à hidrografia, à vegetação, à importância turística, à herança étnica, à influência socioeconômica, política e cultural, conforme a seguir especificado. Para aquelas regiões em que as bacias hidrográficas são limítrofes e os rios divisas, foi utilizada a expressão “maranhense”, a exemplo das Regiões das Reentrâncias Maranhenses, do Gurupi Maranhense, do Tocantins Maranhense e do Baixo Parnaíba Maranhense.

#### 3.2.1 Regiões com Referências ao Relevo

Região de Desenvolvimento do Alpercatas (serra)  
 Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense (planície)  
 Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos (planície)  
 Região de Desenvolvimento do Delta das Américas (delta)  
 Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas (planalto)  
 Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses (litoral)  
 Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhenses (litoral)  
 Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense (planalto)  
 Região de Desenvolvimento das Serras (serra)

#### 3.2.2 Regiões com Referências à Hidrografia

Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense (Rio Parnaíba)  
 Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense (Rio Gurupi)  
 Região de Desenvolvimento do Mearim (Rio Mearim)  
 Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru (Rio Itapecuru)  
 Região de Desenvolvimento do Médio Mearim (Rio Mearim)  
 Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense (Rio Parnaíba)  
 Região de Desenvolvimento do Pindaré (Rio Pindaré)  
 Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (Rio Tocantins)

### 3.2.3 Regiões com Referências à Vegetação

Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (floresta equatorial)

Região de Desenvolvimento dos Cocais (mata dos cocais)

### 3.2.4 Regiões com Referências à Etnia

Região de Desenvolvimento dos Guajajaras (terras indígenas)

Região de Desenvolvimento dos Timbiras (terras indígenas)

### 3.2.5 Regiões com Referências à Área de Influência

Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís (maior influência socioeconômica)

## 3.3 Definição do Município-Polo das Regiões de Desenvolvimento

As considerações apresentadas anteriormente, embora abrangentes, têm relação direta para definição e seleção do que foi denominado como município-polo de cada uma das Regiões de Desenvolvimento, isto é, aquele que reúne as características socioeconômicas e logísticas que, atualmente, o elevam à condição de dinamizador das relações regionais e principal elemento capaz de consolidar e disseminar efeitos de desenvolvimento em escala intermunicipal. Para seleção dos 22 municípios-polo, foram considerados os seguintes critérios:

1. Relevância no que diz respeito ao PIB, área, população e densidade demográfica;
2. Eficiência na comunicação viária com as demais regiões do estado, considerando também o fluxo de transportes coletivos e de mercadoria;
3. Sede urbana dotada de estrutura física e de um conjunto diversificado de comércio e de serviços públicos e privados;
4. Significativa concentração de órgãos federais e estaduais, principalmente aqueles relacionados com o financiamento, a assistência e a formação técnica;
5. Posição geográfica na região, facilitando a comunicação e as trocas, considerando a distância e o tempo necessário para o deslocamento dos demais municípios componentes daquela região.

### 3.4 Perfil das Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão

#### 3.4.1 Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís

A Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís é composta por municípios localizados na Ilha do Maranhão, Baixo Itapecuru, Baixo Munim e por Alcântara, inseridos no grande complexo estuarino do Golfão Maranhense, maior reentrância da costa maranhense, onde se destacam as baías de São Marcos e São José. Nessa região, estão treze municípios (Mapa 11) com o total de 8.303,469 km<sup>2</sup> (Tabela 2). Sua população em 2019 era de 1.633.117 habitantes, com densidade demográfica de 196,68 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 34.315.011,00 (IMESC, 2019).

Essa região caracteriza-se por uma população economicamente ativa, com setor secundário e terciário concentrado em São Luís, onde estão as principais indústrias de transformação e comércio. Além do município de São Luís, destaca-se, nos outros municípios da ilha, a produção da horticultura e da avicultura. A atividade pesqueira também é de grande importância, principalmente em Raposa e São José de Ribamar, garantindo parte do consumo ao mercado interno.

A cidade de São Luís é o núcleo a partir do qual se desenvolveu o processo de ocupação do estado para Litoral, Baixada e vales úmidos dos rios Itapecuru, Pindaré, Munim e Mearim. São Luís é o centro político-administrativo do estado, destacando-se turisticamente, em função do conjunto arquitetônico colonial, considerado o maior conjunto contínuo da América do Sul, bem como folcloricamente com os tradicionais grupos de bumba meu boi, tambor de crioula e outros, tendo sido agraciada com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

São Luís também se destaca por sua malha viária (BR-135, MA-201, 202 e 203), ferroviária (Estrada de Ferro Carajás e Ferrovia Transnordestina) e portuária (portos do Itaqui, ALUMAR, Vale, Grande e da Madeira). Dispõe também do maior distrito industrial do Maranhão, com presença de usinas de transformação, bens de consumo não duráveis, produtos alimentares, bebidas e outros.

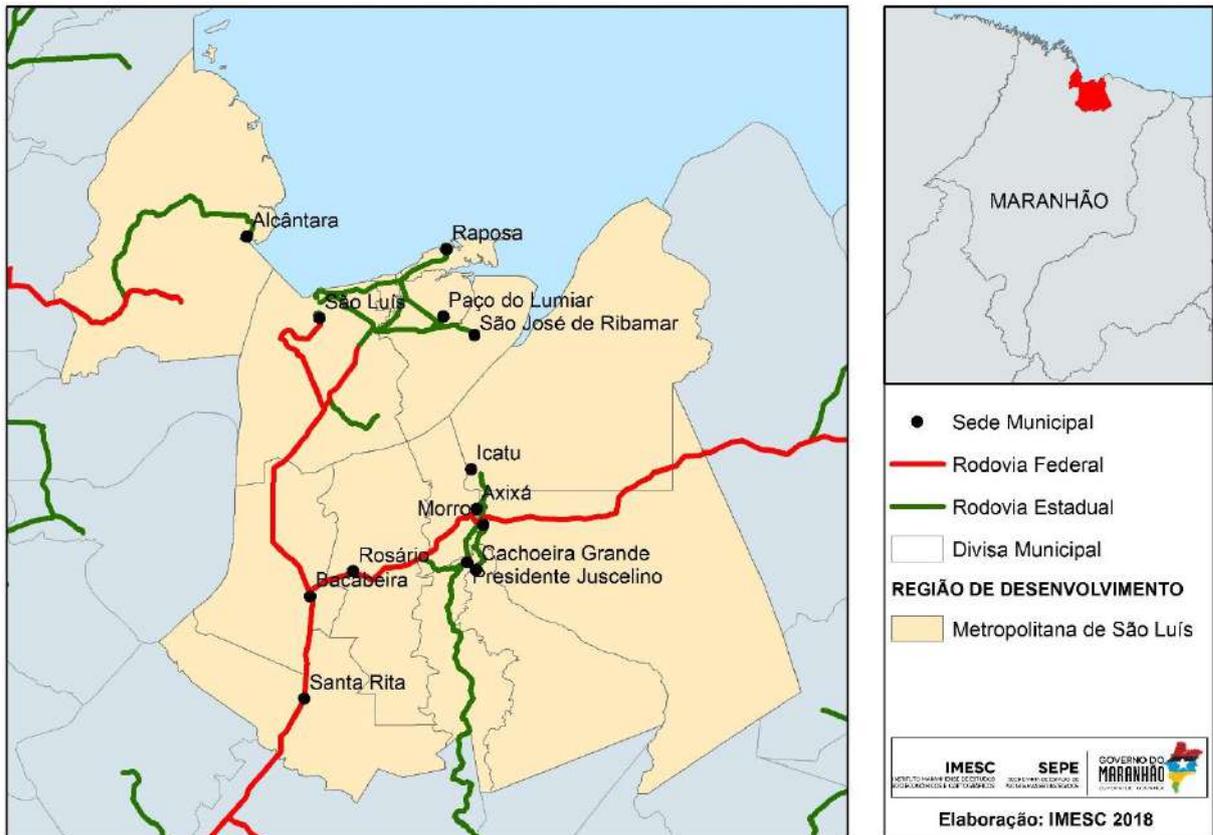
O crescimento urbano de São Luís em direção a outros municípios da Ilha do Maranhão acarretou a conurbação desses, concentrando a maior área urbana e populacional do estado, o que justifica, portanto, São Luís ser o município-polo da região.

Vale destacar também o crescimento de outras cidades, como Rosário e, principalmente, Bacabeira, com a futura implantação de siderurgias. Também se destaca, nos

municípios fora da Ilha do Maranhão, o setor primário com a produção da horticultura e da mandioca, além da produção da brita, cerâmicas e pesca.

A cidade de Alcântara, também, é importante, não só pela arquitetura colonial, mas por estar ali instalado o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Mapa 11 – Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Nome da região metropolitana dado aos municípios que compõem esse conjunto de município.

### Localização

- Golfão Maranhense, entre as baías de São Marcos e São José, além do espaço físico dos baixos vales dos rios Munim e Itapecuru.

## **Potencialidades**

- Hortifruticultura
- Indústria
- Complexo portuário
- Apicultura
- Comércio
- Turismo
- Avicultura
- Suinocultura
- Artesanato
- Piscicultura
- Pesca
- Extrativismo vegetal e mineral
- Cerâmica
- Educação

## **Principais Demandas**

- Incentivar a execução de projetos de hortifruticultura e avicultura;
- Atualizar e regulamentar as divisas intermunicipais;
- Implantar e implementar programas de fomento do turismo sustentável;
- Implementar a reforma agrária com distribuição de terra, assessoria técnica e financiamento;
- Dinamizar o sistema de segurança;
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio;
- Dinamizar a restauração dos prédios históricos e desenvolver um processo de ocupação equilibrado;
- Ampliar e melhorar a matriz de transportes;
- Implantar polo digital;
- Implantar projeto de casa própria;
- Delimitar os bairros;
- Melhorar a infraestrutura (esgoto e canais de drenagem);
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterro

sanitário);

- Arborizar e ajardinar avenidas, praças e ruas;
- Recuperar e proteger as bacias dos rios Munim e Itapecuru;
- Proteger e conservar a mata ciliar, o leito dos rios e os manguezais;
- Reciclar e ampliar o artesanato de cerâmica.

Tabela 2 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social Metropolitana de São Luís

Região /Municípios	Área (Km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Metropolitana de São Luís</b>	<b>8.303,469</b>	<b>1.166.758</b>	<b>325.612</b>	<b>1.492.370</b>	<b>1.633.117</b>	<b>196,68</b>	<b>34.315.011</b>
Alcântara	1.168,246	6.399	15.452	21.851	22.097	18,91	116.770
Axixá	159,491	4.703	6.704	11.407	12.130	76,05	68.996
Bacabeira	542,962	3.324	11.601	14.925	17.055	31,41	339.837
Cachoeira Grande	864,808	3.792	4.654	8.446	9.431	10,91	57.128
Icatu	1.124,730	7.816	17.329	25.145	27.113	24,11	134.116
Morros	1.712,711	6.720	11.063	17.783	19.433	11,35	117.368
Paço do Lumiar	126,803	78.811	26.310	105.121	122.197	963,68	869.375
Presidente Juscelino	355,893	4.120	7.421	11.541	12.734	35,78	92.406
Raposa	79,823	16.675	9.652	26.327	30.761	385,37	213.934
Rosário	647,998	23.252	16.324	39.576	42.740	65,96	311.894
Santa Rita	756,797	14.915	17.451	32.366	37.855	50,02	269.333
São José de Ribamar	180,233	37.709	125.336	163.045	177.687	985,87	1.996.204
São Luís	582,974	958.522	56.315	1.014.837	1.101.884	1.890,11	29.727.650

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.2 Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense

Corresponde à área do Oeste Maranhense, na planície fluvial, drenada pelas bacias hidrográficas dos rios Pindaré e Gurupi, em plena Amazônia Maranhense, a qual caracteriza essa região. Nela estão cinco municípios (Mapa 12) com o total de 15.357,699 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 256.629 habitantes (IBGE, 2019), com densidade demográfica de 16,71 hab./km<sup>2</sup> e PIB de R\$ 3.342.736,00 (IMESC, 2019).

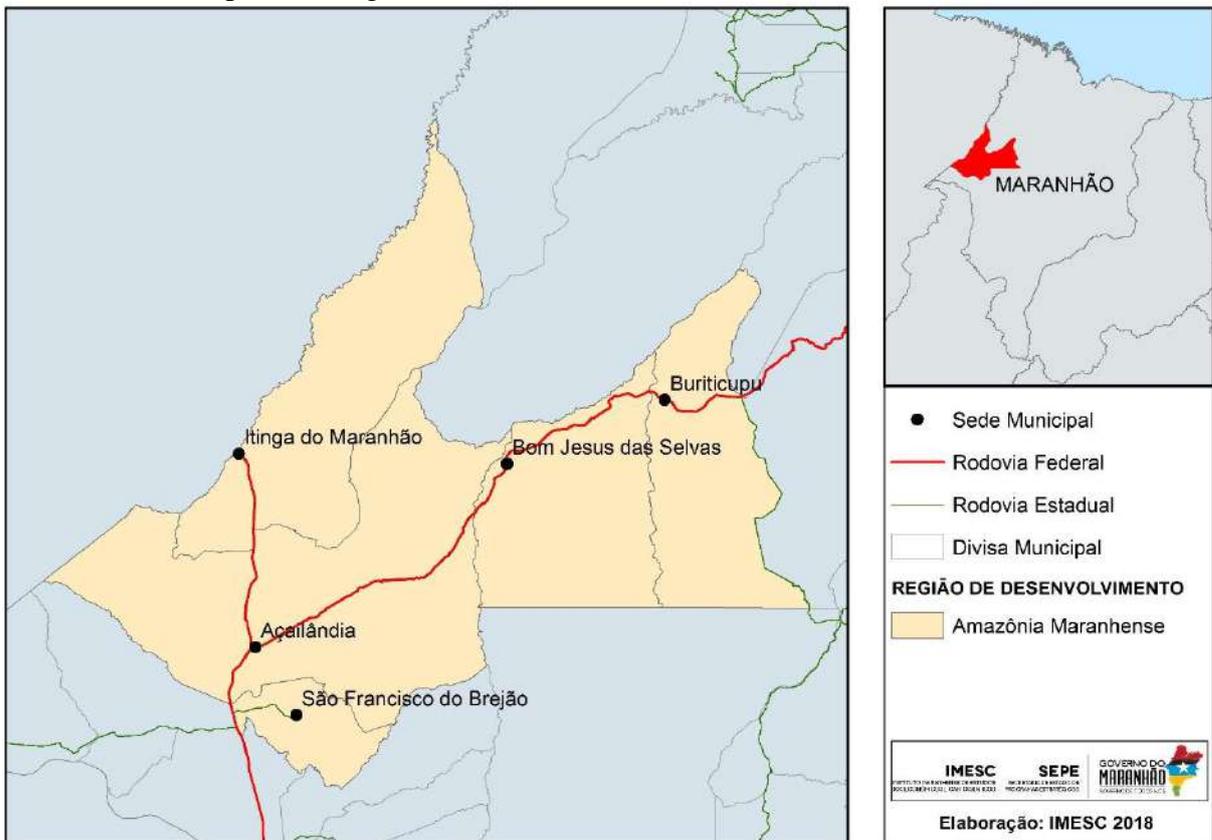
Destaca-se como mais importante município regional Açailândia, cujo fluxo de renda está ligado, principalmente, às metalúrgicas e siderúrgicas assim como à produção de carvão vegetal, extração de madeira e indústrias diversificadas, favorecido principalmente em

função de a área fazer parte do projeto Grande Carajás, do qual advém sua diversificação econômica.

Açailândia, município-polo, importante parque industrial da região, por concentrar maior território, maior população, segunda densidade demográfica e maior PIB (Tabela 3), foi escolhido para polo regional.

Como meio de comunicação, dispõe das BRs-010 e 222 e MA-006, além da Estrada de Ferro Carajás que a comunica diretamente com o Porto do Itaqui e da Ferrovia Norte/Sul que passa pelo território regional.

Mapa 12 – Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

Área territorial englobada no território da Floresta Amazônica.

### Localização

Oeste do estado em um trecho da planície fluvial da Amazônia Maranhense.

## **Potencialidades**

- Silvicultura
- Agronegócio
- Ferrovia
- Agricultura
- Madeira
- Pecuária
- Turismo
- Indústria
- Pesca

## **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Controlar a poluição do ar provocada pelas carvoarias e guseiras;
- Revitalizar a coleta e o aproveitamento integral do babaçu;
- Proteger as bacias hidrográficas;
- Incentivar a agroindústria;
- Coibir o desmatamento não sustentável;
- Incentivar o turismo rural, o religioso e o ecoturismo;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas;
- Implementar políticas de inclusão social dos gentios e seus descendentes;
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária;
- Ampliar vagas e cursos universitários e cursos profissionalizantes de nível médio;
- Instalar hospitais de alta complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário;
- Melhorar o sistema de políticas públicas voltadas aos assentamentos rurais.

Tabela 3 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Amazônia Maranhense

Região/ Municípios	Área (Km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Amazônia Maranhense</b>	<b>15.357,699</b>	<b>149.933</b>	<b>82.934</b>	<b>232.867</b>	<b>256.629</b>	<b>16,71</b>	<b>3.342.736</b>
Açailândia	5.806,439	78.237	25.810	104.047	112.445	19,37	2.202.287
Bom Jesus das Selvas	2.679,074	13.431	15.028	28.459	34.028	12,70	262.621
Burititupu	2.544,857	35.789	29.448	65.237	72.358	28,43	497.781
Itinga do Maranhão	3.581,723	17.640	7.223	24.863	26.000	7,26	284.222
São Francisco do Brejão	745,606	4.836	5.425	10.261	11.798	15,82	95.825

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.3 Região de Desenvolvimento do Mearim

Região localizada no Centro Maranhense e drenada pelo curso dos rios Mearim e Grajaú; nela estão incluídos 16 municípios (Mapa 13) com uma área total de 13.957,494 km<sup>2</sup>. Sua população estimada em 2019 era de 413.925 habitantes (Tabela 4), com densidade demográfica de 29,66 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 3.319.463,00 (IMESC, 2019).

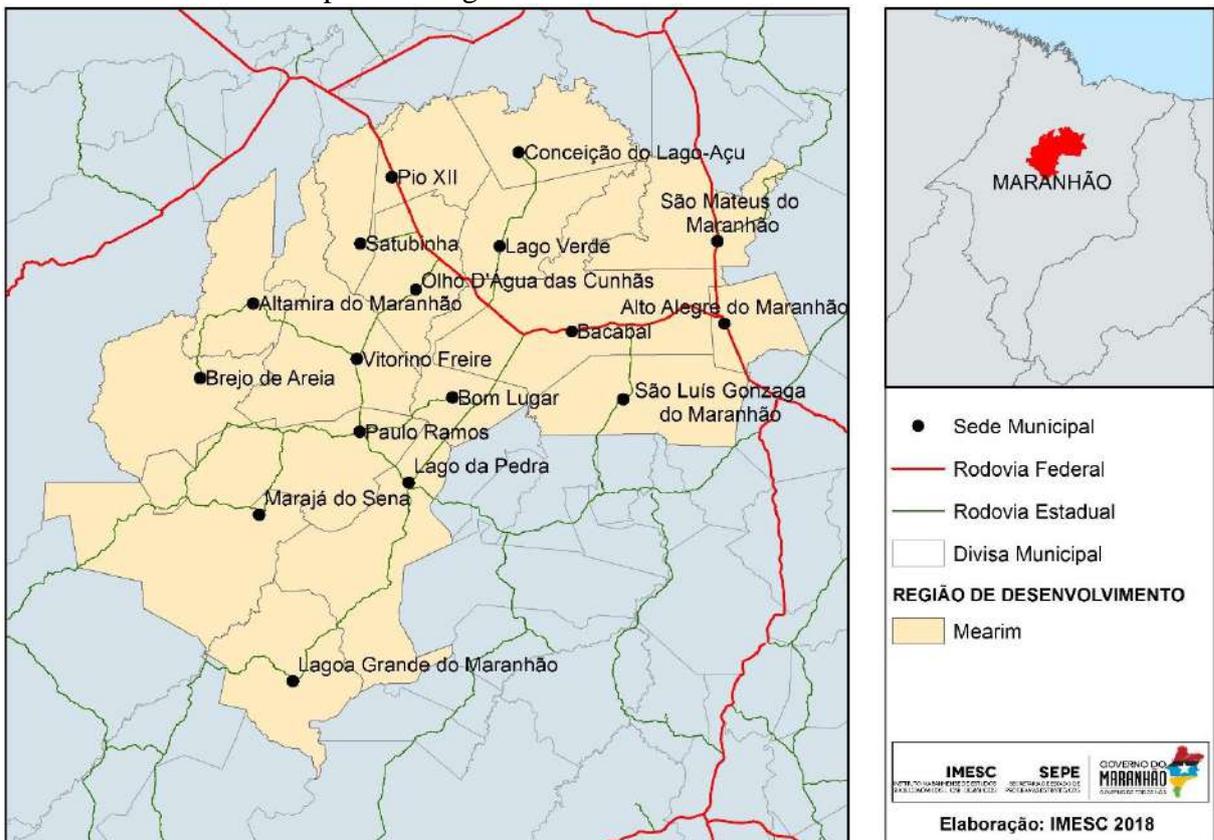
A região tem sua estrutura de produção baseada na agropecuária, especialmente a rizicultura e a pecuária semi-intensiva de gado bovino, destacando-se como criatório mais importante do espaço maranhense, com a introdução de rebanho leiteiro em áreas ocupadas com pastos plantados, em detrimento das áreas de lavouras.

A região concentra a bacia leiteira de Bacabal, onde parte do leite é consumida e o excedente é estocado, resfriado e enviado para outros mercados, principalmente para a Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís.

Bacabal destaca-se como município-polo, com foco para seu centro comercial e educacional. Na região, ocupa o primeiro lugar em área, população e PIB, sendo o segundo em densidade demográfica.

Esta região tem como sistema viário a BR-316 e as MAs 012, 020, 119, 122, 259, 336, 352 e 381.

Mapa 13 – Região de Desenvolvimento do Mearim



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Influência econômica e ambiental da bacia do Mearim.

### Localização

- Planície fluvial, no Centro-Norte do estado.

### Potencialidades

- Agricultura
- Pecuária
- Pesca
- Agroindústria
- Apicultura
- Leite e laticínios

- Agronegócio
- Piscicultura
- Extrativismo vegetal
- Fruticultura
- Horticultura
- Cerâmica
- Turismo

### **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Incentivar o agronegócio;
- Instalar assentamentos rurais;
- Elaborar e executar projetos para o desenvolvimento do turismo;
- Criar programa de reflorestamento ambiental e de proteção do leito dos rios;
- Expandir polo universitário e criar cursos técnicos profissionalizantes;
- Proteger a vegetação ciliar e o leito dos rios;
- Arborizar áreas urbanas e dotá-las de melhor infraestrutura;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Implantar políticas de inclusão social dos afrodescendentes;
- Desenvolver o arranjo produtivo do babaçu;
- Criar centro de comercialização de artesanato;
- Incrementar o laticínio;
- Desenvolver políticas públicas às comunidades remanescentes quilombolas;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 4 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Mearim

Região /Municípios	Área (Km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ Milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Mearim</b>	<b>13.957,494</b>	<b>232.881</b>	<b>159.263</b>	<b>392.144</b>	<b>413.925</b>	<b>29,66</b>	<b>3.319.463</b>
Altamira do Maranhão	524,373	3.154	7.909	11.063	8.128	15,50	56.487
Alto Alegre do Maranhão	383,308	19.374	5.225	24.599	27.053	70,58	220.570
Bacabal	1.683,073	77.860	22.154	100.014	104.949	62,36	1.137.995
Bom Lugar	445,476	4.181	10.637	14.818	16.294	36,58	86.132
Brejo de Areia	986,036	2.853	2.724	5.577	9.188	9,32	52.190
Conceição do Lago Açu	733,228	6.869	7.567	14.436	16.237	22,14	101.516
Lago da Pedra	1.240,444	30.046	16.037	46.083	50.266	40,52	367.937
Lagoa Grande do Maranhão	744,201	5.499	5.018	10.517	11.394	15,31	72.409
Lago Verde	623,237	5.052	10.360	15.412	16.257	26,08	99.575
Marajá do Sena	1.402,593	1.158	6.893	8.051	7.792	5,56	50.609
Olho D'água das Cunhãs	695,333	9.592	9.009	18.601	19.505	28,05	137.418
Paulo Ramos	1.168,609	10.825	9.254	20.079	21.040	18,00	146.152
São Luís Gonzaga do Maranhão	909,164	7.896	12.257	20.153	18.856	20,74	127.313
São Mateus do Maranhão	783,224	28.712	10.381	39.093	41.529	53,02	371.269
Satubinha	441,811	3.634	8.356	11.990	13.914	31,49	66.492
Vitorino Freire	1.193,385	16.176	15.482	31.658	31.523	26,41	225.399

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

#### 3.4.4 Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas

Localizada no Sul do Maranhão e constituída por chapadas revestidas de campos cerrados e ocupação rarefeita. Nessa região, estão inseridos 12 municípios (Mapa 14) com uma área total de 57.171,461 km<sup>2</sup>. Sua população estimada em 2019 era de 226.915 habitantes (Tabela 5), com densidade demográfica de 3,97 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 6.045.063,00 (IMESC, 2019).

Nas últimas décadas, a região vem passando por um processo de dinamização com a modernização e mecanização das lavouras de arroz, milho, sorgo e principalmente soja. Tal processo se verifica pelo fluxo migratório de sulistas, que passaram a ocupar as áreas rurais, às margens dos rios e riachos e nos baixos mais úmidos, com a lavoura de arroz.

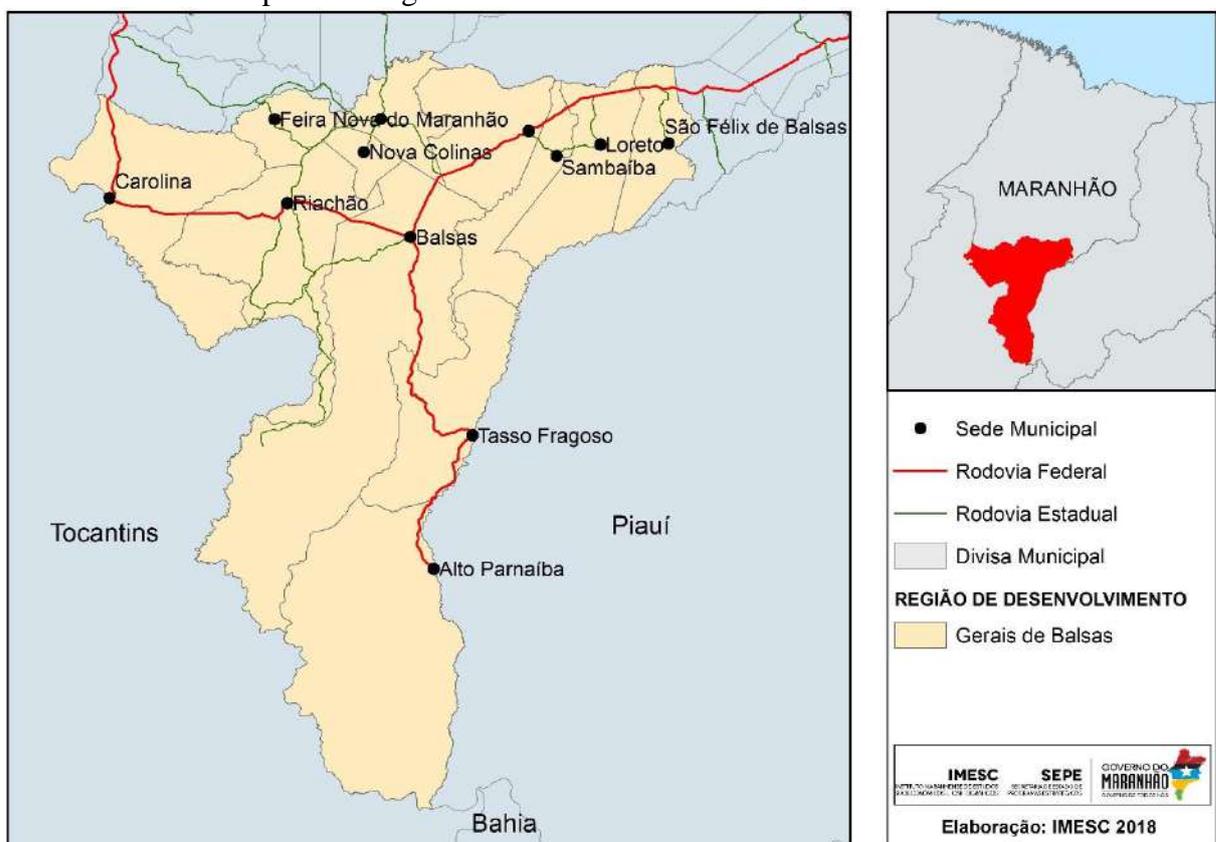
O centro dinâmico da região é o município-polo de Balsas que, nas últimas décadas, se tornou foco de atração populacional mais recente do estado do Maranhão. A atuação regional

de Balsas vem se fortalecendo gradativamente, a partir da década de 1980, graças ao desempenho do setor de serviços e à implantação de novos estabelecimentos industriais, como os de beneficiamento de arroz e soja.

A pecuária constitui-se uma atividade complementar, praticada em caráter extensivo, com a criação de gado bovino e caprino.

Esta região tem como sistema viário as BRs 230, 324 e 235 e as MAs 006, 007, 132, 140, 334, 373, 374 e 375.

Mapa 14 – Região de Desenvolvimento dos Gerais de Balsas



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Prolongamento dos campos gerais do planalto brasileiro denominado na parte meridional do Maranhão dos Gerais de Balsas.

### Localização

- Sul do estado em uma região do planalto maranhense.

## **Potencialidades**

- Agricultura
- Pecuária
- Agroindústria
- Extrativismo vegetal
- Leite
- Agronegócio
- Turismo

## **Principais Demandas**

- Proteger o meio ambiente, por meio da recomposição das matas ciliares e evitar o assoreamento e poluição dos rios;
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Implantar o ramal ferroviário Estreito/Balsas;
- Direcionar políticas para a preservação da identidade cultural;
- Executar programas para a geração de emprego e renda;
- Incentivar o desenvolvimento agroindustrial;
- Implantar programas de inclusão digital;
- Diversificar o agronegócio;
- Montar infraestrutura e dinamizar o ecoturismo;
- Retificar as divisas dos municípios;
- Arborizar e ajardinar a área urbana;
- Expansão do polo universitário e ampliação de vagas universitárias;
- Implantar hospitais de média complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 5 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Gerais de Balsas

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2018	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Gerais de Balsas</b>	<b>57.171,461</b>	<b>145.402</b>	<b>64.566</b>	<b>209.968</b>	<b>226.915</b>	<b>3,97</b>	<b>6.045.063</b>
Alto Parnaíba	11.132,176	7.028	3.738	10.766	11.190	1,01	287.919
Balsas	13.141,757	72.771	10.757	83.528	94.887	7,22	3.046.413
Carolina	6.441,603	16.237	7.722	23.959	24.322	3,78	309.096
Feira Nova do Maranhão	1.473,414	1.927	6.199	8.126	8.504	5,77	65.265
Fortaleza dos Nogueiras	1.853,994	7.019	4.627	11.646	12.631	6,81	142.144
Loreto	3.596,844	6.360	5.030	11.390	12.157	3,38	192.188
Nova Colinas	743,087	2.210	2.675	4.885	5.384	7,25	55.955
Riachão	6.373,030	10.205	10.004	20.209	20.195	3,17	310.487
Sambaíba	2.478,702	2.836	2.651	5.487	5.671	2,29	216.683
São Félix de Balsas	2.032,364	1.628	3.074	4.702	4.585	2,26	48.009
São Raimundo das Mangabeiras	3.521,515	12.533	4.941	17.474	18.868	5,36	386.359
Tasso Fragoso	4.382,975	4.648	3.148	7.796	8.521	1,94	984.545

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.5 Região de Desenvolvimento das Serras

Essa região está a Oeste do estado, no planalto maranhense, nos vales dos rios Grajaú e Mearim. O relevo, continuação do planalto central brasileiro, apresenta várias serras em forma de chapadas, cuestas e morros testemunhos.

Nessa região, estão seis municípios (Mapa 15), com área total de 20.863,635 km<sup>2</sup>. A população estimada em 2019 foi de 160.123 habitantes (Tabela 6), com densidade demográfica de 7,67 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.290.294,00 (IMESC, 2019).

A ocupação do espaço é resultado do avanço no século XVIII das frentes pecuaristas baiana e pernambucana que, atravessando o Vale do Parnaíba, alcançaram o sertão maranhense, implantando fazendas que deram origem a extensos municípios que, só a partir da década de 1960, redistribuíram seus territórios, dando origem a outros municípios.

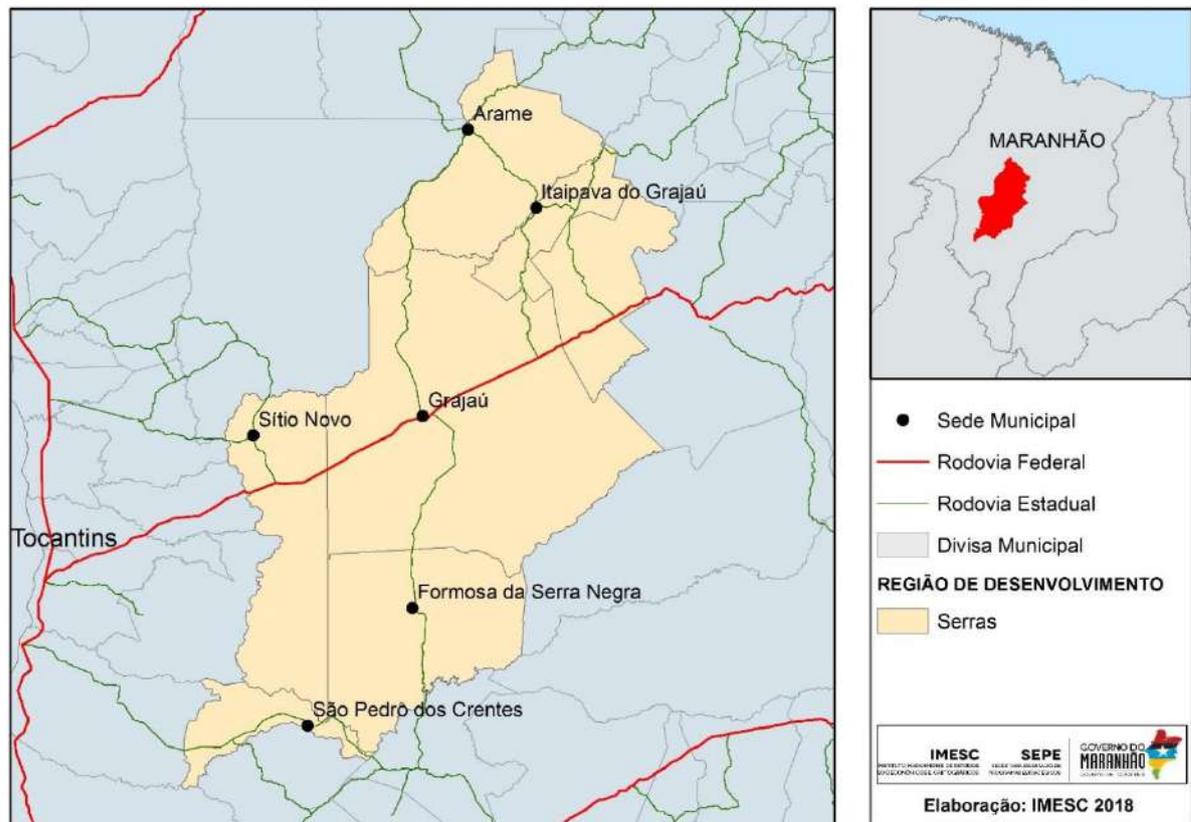
A principal atividade econômica é a agropecuária. Embora não tenha influência turística, tem, no entanto, um significativo potencial, se considerarmos as serras e os vales existentes na região, assim como a herança arquitetônica, principalmente Grajaú, cuja cidade

de ruas estreitas e cheias de ladeiras confere-lhe um bucolismo especial, enquanto na área rural, observam-se várias cachoeiras e corredeiras.

O polo regional é o município de Grajaú, que é o primeiro classificado em extensão territorial, população e PIB, e o terceiro em densidade demográfica.

A região é servida pela BR-226, pelas MAs 006, 008, 122, 138, 275, 380, 328, 329, 379, 380, 384 e pela Ferrovia Norte Sul.

Mapa 15 – Região de Desenvolvimento das Serras



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- A incidência de serras, resultado da ramificação da Serra Negra.

### Localização

- Centro Oeste do planalto maranhense.

### Potencialidades

- Agricultura

- Leite
- Pecuária
- Agroindústria
- Turismo
- Extrativismo mineral e vegetal
- Plantas medicinais

### Principais Demandas

- Proteger a bacia do rio Grajaú;
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Desenvolver polo gesseiro;
- Incrementar o turismo rural e cultural;
- Incentivar a implantação e implementação de agroindústrias;
- Incentivar as indústrias de laticínio;
- Proteger e assistir as áreas indígenas;
- Ampliação da oferta de cursos de nível superior;
- Proteger as nascentes dos mananciais;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Implantar hospital de média complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 6 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Serras

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Serras</b>	<b>20.863,635</b>	<b>67.379</b>	<b>79.897</b>	<b>147.276</b>	<b>160.123</b>	<b>7,67</b>	<b>1.290.294</b>
Arame	2.976,039	12.551	19.151	31.702	32.701	10,99	212.474
Formosa da Serra Negra	3.690,610	5.915	11.842	17.757	19.089	5,17	132.156
Grajaú	8.863,570	37.041	25.052	62.093	69.527	7,84	671.916
Itaipava do Grajaú	1.238,914	4.296	10.001	14.297	16.057	12,96	78.765
São Pedro dos Crentes	979,631	2.437	1.988	4.425	4.668	4,77	51.872
Sítio Novo	3.114,871	5.139	11.863	17.002	18.081	5,80	143.111

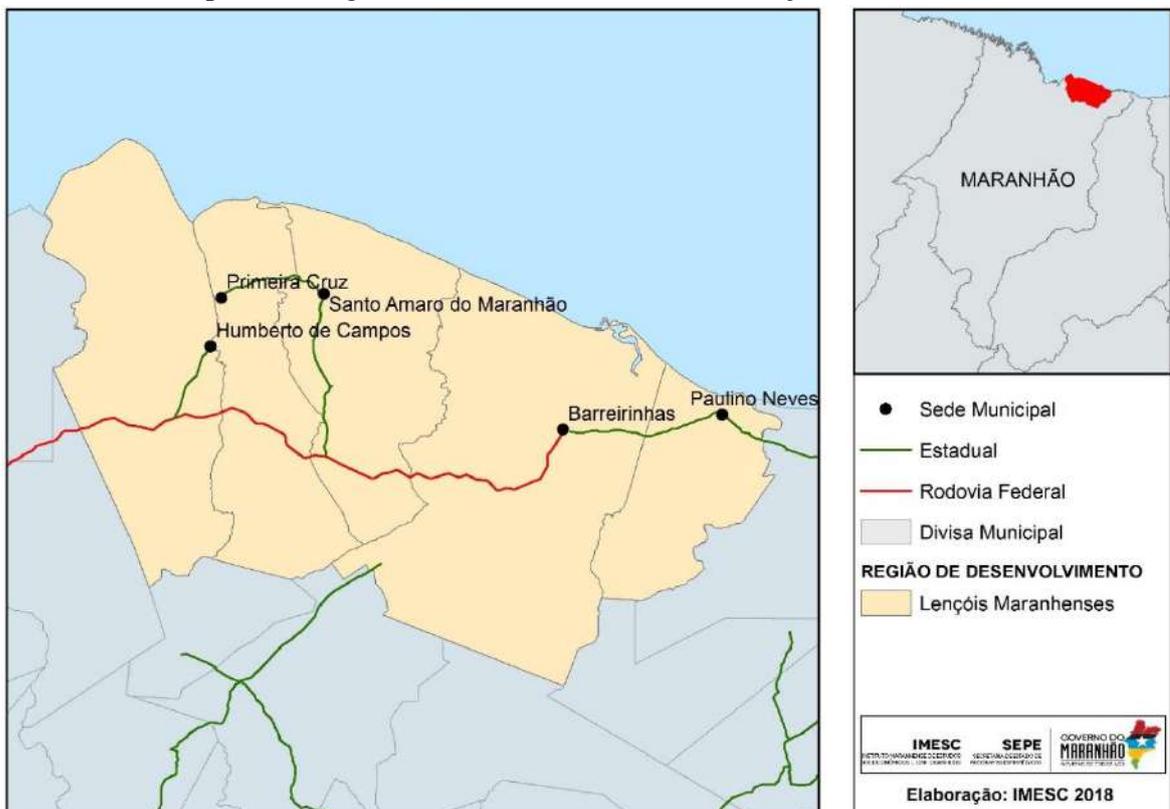
Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.6 Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses

Inserida no Litoral Oriental do Maranhão e constituída por faixa litorânea retilínea, com solos pobres, arenosos e pouco adaptáveis à agricultura. Nesta região, estão cinco municípios (Mapa 16) com uma área total de 8.660,563 km<sup>2</sup>. Sua população estimada em 2019 era de 138.441 habitantes (Tabela 7), com densidade demográfica de 15,99 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 867.922,00 (IMESC, 2019).

Todos os municípios desta área formam uma unidade homogênea de grande planície costeira, com longo estirâncio, coberto de sucessivas dunas, intercaladas de lagoas sazonais e perenes, dotando-a de um grande potencial turístico, conhecido e visitado por pessoas praticamente de todos os continentes. Além do turismo, a área é de grande produção pesqueira e a única exportadora de castanha de caju; também se destaca a produção de artesanato oriundo das folhas do buritizeiro. A população está concentrada principalmente nas margens dos rios, enquanto a área de dunas é um grande vazio demográfico. É cortada pela BR-402 e pelas MAs 225, 311, 102, 320 e 382. Por ser o município, cuja sede tem a melhor infraestrutura, Barreirinhas foi escolhido para município-polo, ocupando o primeiro lugar em área, população, densidade demográfica e PIB.

Mapa 16 – Região de Desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses



Fonte: IMESC (2018)

**Toponímia**

- A predominância de dunas e lagos que integram o ecossistema homônimo.

**Localização**

- Entre o litoral oriental e a planície costeira adjacente.

**Potencialidades**

- Agricultura
- Caprinocultura
- Pesca
- Artesanato
- Turismo
- Pecuária
- Extrativismo animal e vegetal
- Fruticultura
- Gás Natural
- Eólica

**Principais Demandas**

- Incentivar a pesca artesanal com sustentabilidade;
- Incentivar a agricultura familiar (a cultura do caju e seu aproveitamento);
- Dinamizar o turismo;
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Capacitar, apoiar e financiar os artesãos;
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio e polos universitários;
- Preservar as áreas de dunas e lagos;
- Dotar os municípios de uma rede hoteleira de qualidade capaz de satisfazer a demanda;
- Evitar a erosão na bacia hidrográfica e assoreamento dos rios;
- Proteger a fauna, especialmente a alada;
- Adaptar transportes para a visitação do turismo nos lençóis;

- Retificar as divisas dos municípios;
- Implantar hospital de média e alta complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 7 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Lençóis Maranhenses

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Lençóis Maranhenses</b>	<b>8.660,563</b>	<b>45.132</b>	<b>78.280</b>	<b>123.412</b>	<b>138.441</b>	<b>15,99</b>	<b>867.922</b>
Barreirinhas	3.047,050	22.053	32.877	54.930	62.528	20,52	459.506
Humberto de Campos	1.714,216	10.506	15.683	26.189	28.717	16,75	145.206
Paulino Neves	979,739	4.654	9.865	14.519	16.035	16,37	106.254
Primeira Cruz	1.334,726	4.289	9.665	13.954	15.315	11,47	75.719
Santo Amaro do Maranhão	1.584,832	3.630	10.190	13.820	15.846	10,00	81.237

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.7 Região de Desenvolvimento dos Timbiras

A referida região está localizada ao Leste do estado, na planície fluvial drenada pelos rios das bacias hidrográficas do Munim, Parnaíba e Itapecuru.

Nesta região, estão inseridos cinco municípios (Mapa 17), com área total de 9.870,421 km<sup>2</sup>. A população estimada em 2019 foi de 270.739 habitantes (Tabela 8), com densidade demográfica de 27,43 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 2.391.605,00 (IMESC, 2019).

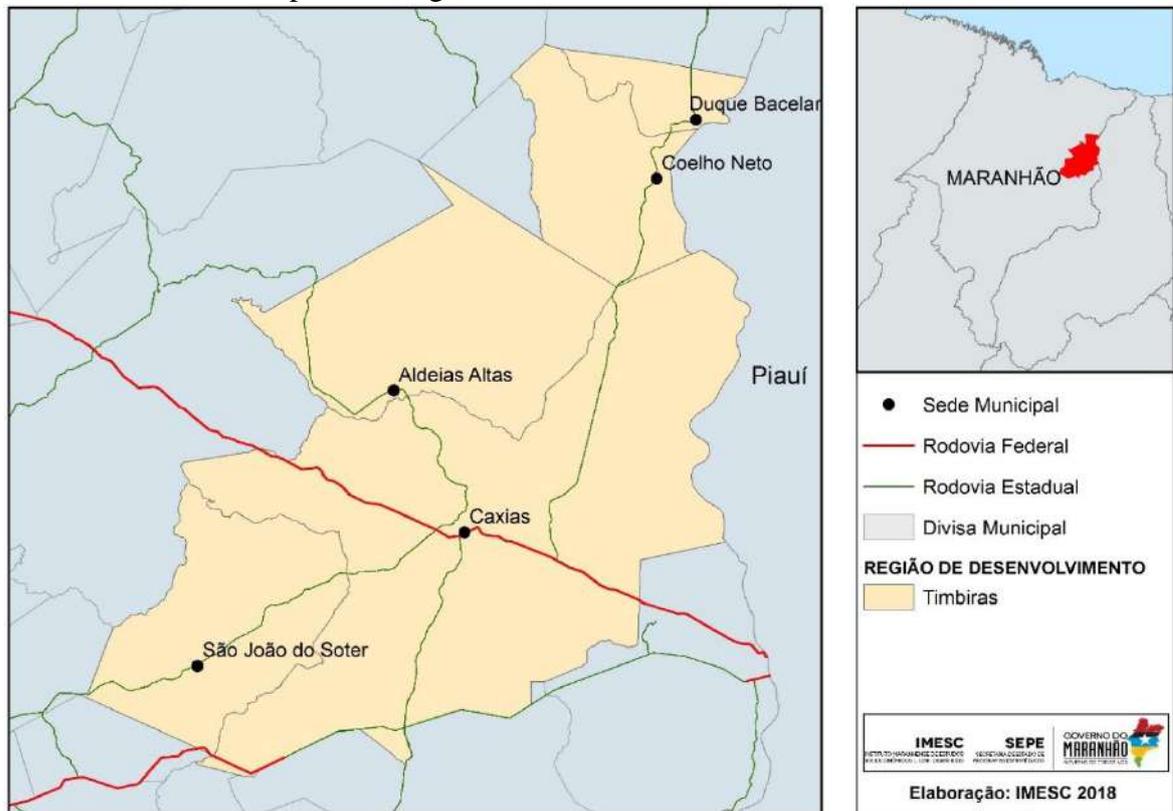
A ocupação do espaço se processou principalmente por meio do Rio Itapecuru que exerceu papel importante na economia, quando esta esteve centrada principalmente na cotonicultura e produtos têxteis.

Dispõe de diversificados elementos que podem ser explorados turisticamente como as ruínas das fábricas de tecido, igrejas, rios, corredeiras e o bucolismo urbano, principalmente das cidades ribeirinhas, com suas heranças étnicas e socioculturais.

Atualmente, a agropecuária e a agroindústria são as atividades, ao lado da prestação de serviços, principais responsáveis pela economia regional. Caxias, polo regional, está em primeiro lugar em área, população e PIB, ocupa a terceira posição em densidade demográfica (Tabela 8).

É bem servida de transportes, graças às rodovias que passam pelo seu território: BRs 226 e 316, MAs: 034, 127 e 349, além da Estrada de Ferro Transnordestina.

Mapa 17 – Região de Desenvolvimento dos Timbiras



### Toponímia

- Homenagem às tribos indígenas que predominaram na região.

### Localização

- Leste e Nordeste do estado, na planície fluvial.

### Potencialidades

- Silvicultura
- Agroindústria
- Agricultura
- Pecuária

- Ovinocaprinocultura
- Indústria
- Extrativismo vegetal e mineral

### Principais Demandas

- Revitalizar o parque industrial de Coelho Neto;
- Erradicar a prostituição infantil;
- Recuperar a rede ferroviária;
- Proteger as bacias hidrográficas dos rios Itapecuru, Munim e Parnaíba;
- Incrementar o turismo cultural e o ecoturismo;
- Assistir as micro e médias empresas;
- Desenvolver projetos de educação ambiental;
- Fomentar o associativismo e o cooperativismo;
- Criar museu ou parque cultural capaz de retratar o período têxtil e a rede ferroviária;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Arborizar a área urbana e melhorar a infraestrutura das sedes municipais;
- Revitalizar a fonte hidrotermal de Veneza (Caxias);
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 8 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Timbiras

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Timbiras</b>	<b>9.870,421</b>	<b>182.883</b>	<b>70.835</b>	<b>253.718</b>	<b>270.739</b>	<b>27,43</b>	<b>2.391.605</b>
Aldeias Altas	1.942,121	13.634	10.318	23.952	26.532	13,66	174.528
Caxias	5.196,769	118.534	36.595	155.129	164.880	31,73	1.714.089
Coelho Neto	975,543	38.729	8.021	46.750	49.435	50,67	339.183
Duque Bacelar	317,921	5.340	5.309	10.649	11.349	35,70	68.840
São João do Soter	1.438,067	6.646	10.592	17.238	18.543	12,89	94.965

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

#### 3.4.8 Região de Desenvolvimento dos Cocais

Localizada no Centro-Leste do estado, essa região é caracterizada pela predominância da Mata de Cocais, inserida na bacia do Rio Itapecuru. Nela estão quatro

municípios (Mapa 18) com uma área total de 8.963,425 km<sup>2</sup>. Sua população estimada em 2019 era de 240.475 habitantes (Tabela 9), com densidade demográfica de 26,91 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.690.773,00 (IMESC, 2019).

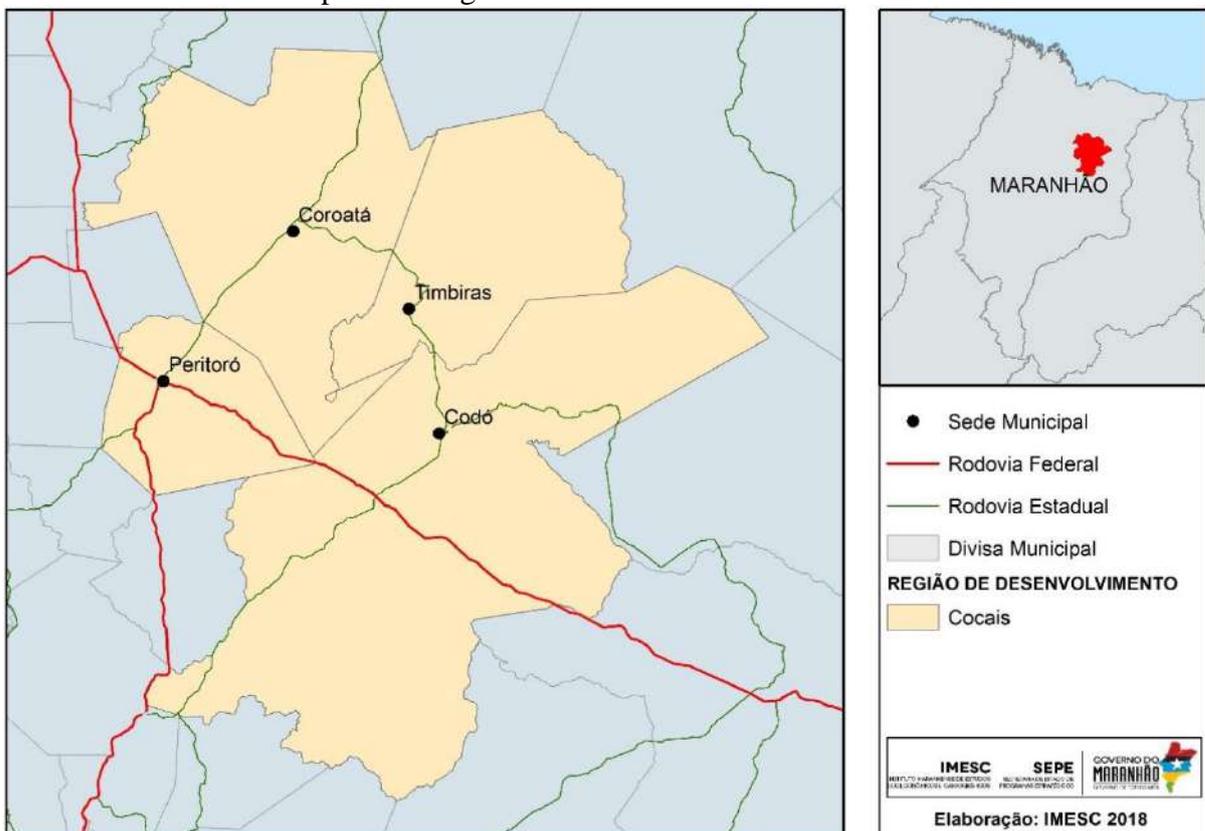
Área de ocupação antiga, atualmente tem posição de destaque pela lavoura de arroz e pelo cultivo da cana-de-açúcar, este último decorrente da implantação de projetos agroindustriais. A região também agrega projetos agropastoris, definidos pelo cultivo de arroz e a criação do gado bovino. O extrativismo vegetal também se destaca, com elevados valores de produção, especialmente para a coleta do babaçu.

O município de Codó constitui um dos núcleos urbanos mais importantes da região, com destacada função comercial graças à sua posição como ponto de partida das ligações entre os vales do Itapecuru e Mearim. Apresenta setor industrial expressivo, principalmente quanto à indústria do cimento. Por essas qualidades, esse município é polo da referida região.

Vale ressaltar a importância do potencial turístico-religioso de origem africana, em virtude dos diversos terreiros de candomblé.

A região é servida pelas BRs 135 e 316, pelas MAs 020, 026, 235 e 332 e pela Ferrovia Transnordestina.

Mapa 18 – Região de Desenvolvimento dos Cocais



Fonte: IMESC (2018)

**Toponímia**

- Predominância da mata dos cocais.

**Localização**

- Centro Leste do estado na planície fluvial.

**Potencialidades**

- Babaçu
- Indústria
- Pesca
- Pecuária
- Piscicultura
- Agricultura
- Turismo
- Extrativismo mineral

**Principais Demandas**

- Incentivar a agroindústria (babaçu e cerâmica);
- Conservar rodovias e melhorar a ferrovia;
- Recuperar a bacia do Itapecuru;
- Fortalecer a cadeia de produção artesanal;
- Construir postos de saúde nos territórios quilombolas;
- Instalar usina de reciclagem de resíduos sólidos;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas;
- Implementar políticas de inclusão social dos afrodescendentes;
- Criar polos universitários;
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio;
- Instituir um museu voltado para o acesso da economia têxtil e da rede ferroviária;
- Elaborar projeto para delimitar e tomba a área de arquitetura colonial;
- Implantar hospital de alta complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 9 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Cocais

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Cocais</b>	<b>8.936,425</b>	<b>149.325</b>	<b>79.636</b>	<b>228.961</b>	<b>240.475</b>	<b>26,91</b>	<b>1.690.773</b>
Codó	4.361,344	81.045	36.993	118.038	122.859	28,17	957.336
Coroatá	2.263,772	43.057	18.668	61.725	65.296	28,84	399.404
Peritoró	824,725	7.752	13.449	21.201	23.196	28,13	183.227
Timbiras	1.486,584	17.471	10.526	27.997	29.124	19,59	150.806

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.9 Região de Desenvolvimento do Alpercatas

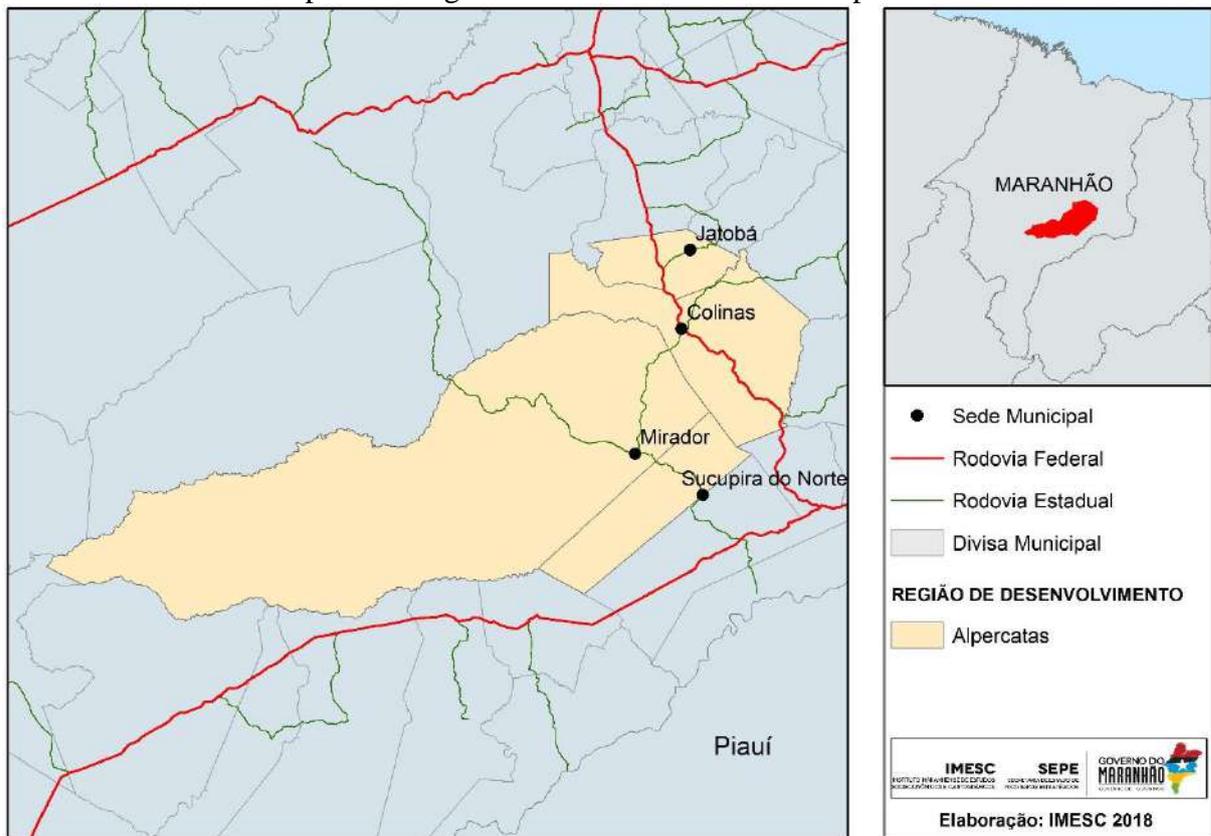
Ocupa parte do planalto do Sudeste maranhense, entre as serras das Alpercatas e do Itapecuru, rio que, assim como seu afluente Alpercatas, determina a identidade geográfica da região.

Caracteriza-se por apresentar solos arenosos, ser recoberto de campos cerrados e ter próximo às margens dos rios a mata ciliar em forma de cerradão. Nessa região, está o Parque Estadual do Mirador, uma reserva ambiental com aproximadamente 5.000 km<sup>2</sup>, o que colabora para a apresentação de um grande vazio demográfico, em que pese ser uma região de povoamento antigo, resultado da penetração da frente pastoril da Bahia, que colaborou para que a sua principal atividade econômica fosse a pecuária extensiva, desenvolvendo-se principalmente nas partes mais elevadas e arenosas das chapadas, onde aproveitou o cerrado como pastagem natural. Como meio de comunicação são utilizadas as BRs 135 e 203 e as MAs 034, 036 e 371.

Esta região é composta por quatro municípios (Mapa 19), com área total de 12.167,451 km<sup>2</sup>. Em 2019, sua população estimada era de 82.982 habitantes (Tabela 10), com densidade demográfica de 6,82 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 637.412,00.

Colinas é o município-polo, por apresentar melhor infraestrutura das cidades da região, além de ocupar o primeiro lugar em população, densidade demográfica e PIB, e o segundo em área.

Mapa 19 – Região de Desenvolvimento do Alpercatas



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Influência da microbacia do Rio Alpercatas.

### Localização

- Sudoeste do estado nas chapadas das serras das Alpercatas e do Itapecuru.

### Potencialidades

- Agricultura
- Pecuária
- Agroindústria
- Turismo
- Comércio
- Extrativismo vegetal

## Principais Demandas

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Implantar programas para desenvolver o turismo;
- Intensificar a assistência à agricultura e pecuária;
- Criar cursos profissionalizantes e expandir as ofertas de cursos universitários;
- Incentivar a participação de cursos superiores pelas universidades públicas;
- Conservação do Parque Estadual do Mirador;
- Proteger as nascentes dos mananciais;
- Retificar as divisas dos municípios;
- Controlar a poluição e desassorear rios, protegendo as suas nascentes;
- Controlar o desmatamento;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 10 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Alpercatas

Região/ Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Alpercatas</b>	<b>12.167,451</b>	<b>43.632</b>	<b>34.922</b>	<b>78.554</b>	<b>82.982</b>	<b>6,82</b>	<b>637.412</b>
Colinas	1.980,551	25.575	13.557	39.132	41.178	20,79	322.630
Jatobá	591,384	3.740	4.786	8.526	10.153	17,17	60.056
Mirador	8.521,081	9.373	11.079	20.452	21.015	2,47	180.197
Sucupira do Norte	1.074,435	4.944	5.500	10.444	10.636	9,90	74.529

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.10 Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhenses

A região em apreço corresponde à parte do Litoral Ocidental, compreendida entre os municípios de Guimarães e Apicum-Açu, banhados pelo Oceano Atlântico. Caracteriza-se por duas paisagens físicas: a continental, distribuída no extremo Norte entre reentrâncias, e a parte insular, representada por dois arquipélagos, o Maiaú e o Cabelo de Velha.

Nesse conjunto regional, estão nove municípios (Mapa 20) distribuídos em uma área de 5.660,172 km<sup>2</sup>. Ali residiam 131.084 habitantes (Tabela 11), com densidade demográfica de 23,16 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 808.132,00 (IMESC, 2019).

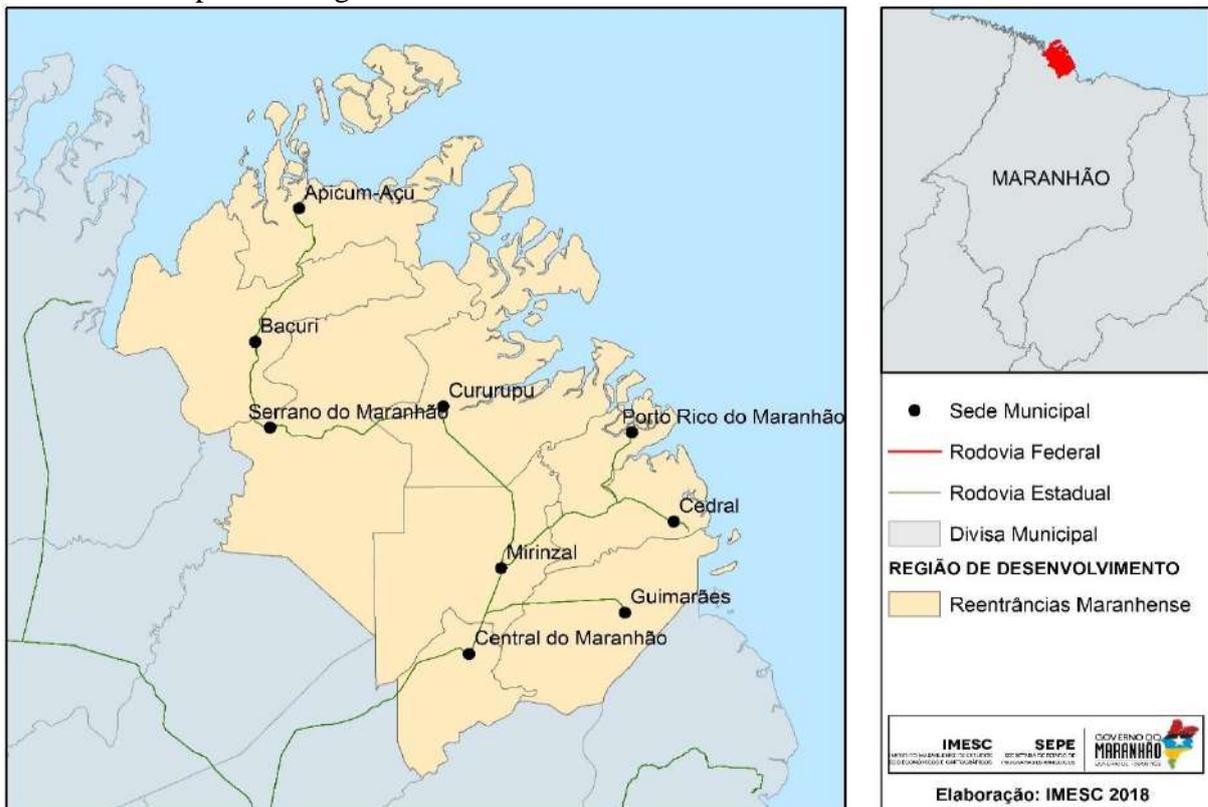
A ocupação do território acentua-se principalmente nas proximidades da orla marítima, começando a partir do século XVIII, por portugueses, seus descendentes e africanos, fixando-se inicialmente em Guimarães e depois em Cururupu; destes dois municípios, desmembraram-se direta ou indiretamente os outros sete municípios.

A economia está baseada na pesca artesanal e na agricultura familiar, principalmente da mandioca. Entretanto, o turismo começa a se manifestar na área ambiental denominada Floresta dos Guarás, onde o pássaro homônimo dá um colorido especial à paisagem, além de outros e, também, nas ilhas, graças à sucessão de dunas e lagoas intermitentes, sendo a mais conhecida a Ilha de Lençóis, embora as outras detenham o mesmo potencial. Na área urbana, o conjunto arquitetônico de Guimarães e Cururupu, com grandes áreas de prédios coloniais, é um atrativo, sem contar a riqueza folclórica conservada, graças à resistência dos afrodescendentes em manter rica a tradição, se difundindo e dotada de regular infraestrutura.

Cururupu, escolhido como polo regional, destaca-se na região em primeiro lugar em área, população e PIB; e em quarto lugar em densidade demográfica.

A região é servida pelas rodovias MAs 006, 106, 302, 303, 304 e 305, pela BR-308 e pelo transporte marítimo, único para os arquipélagos.

Mapa 20 – Região de Desenvolvimento das Reentrâncias Maranhenses



Fonte: IMESC (2018)

## **Toponímia**

- A influência do Litoral Ocidental na paisagem ambiental.

## **Localização**

- Entre o Litoral Ocidental e a planície costeira adjacente.

## **Potencialidade**

- Agricultura
- Pesca
- Cultura
- Culinária
- Extrativismo mineral e vegetal
- Construção naval
- Áreas quilombolas
- Turismo e ecoturismo
- Pecuária

## **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Elaborar e executar programas de conservação ambiental;
- Implementar políticas de inclusão social dos afrodescendentes;
- Qualificar mão de obra para agricultura e a pesca;
- Criar polo industrial;
- Construir aterros sanitários;
- Criar escola naval, capaz de profissionalizar jovens nessa atividade;
- Conservar os manguezais e apicuns;
- Incentivar implantação de polos universitários que valorizem a agropesca;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Criar casa de cultura e museu;
- Arborizar as áreas urbanas e dotá-las de melhor infraestrutura;

- Proteger a cultura dos afrodescendentes;
- Demarcar e certificar as áreas das comunidades quilombolas;
- Tombar o patrimônio arquitetônico colonial e incentivar o turismo rural nos fogos mortos (engenhos em ruínas e desativados);
- Instalar hospital de alta complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 11 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Reentrâncias Maranhenses

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Reentrâncias Maranhenses</b>	<b>5.660,172</b>	<b>69.179</b>	<b>56.489</b>	<b>125.668</b>	<b>131.084</b>	<b>23,16</b>	<b>808.132</b>
Apicum -Açu	340,288	9.162	5.797	14.959	17.239	50,66	104.336
Bacuri	881,431	8.686	7.918	16.604	18.582	21,08	96.837
Cedral	281,252	2.397	7.900	10.297	10.675	37,96	63.902
Central do Maranhão	319,053	4.086	3.801	7.887	8.673	27,18	43.832
Cururu	1.256,884	22.270	10.382	32.652	32.695	26,01	216.484
Guimarães	479,569	6.909	5.172	12.081	12.030	25,09	82.085
Mirinzal	687,748	9.031	5.187	14.218	14.962	21,76	91.228
Porto Rico do Maranhão	248,629	2.411	3.619	6.030	5.975	24,03	42.030
Serrano do Maranhão	1.165,318	4.227	6.713	10.940	10.253	8,80	67.398

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

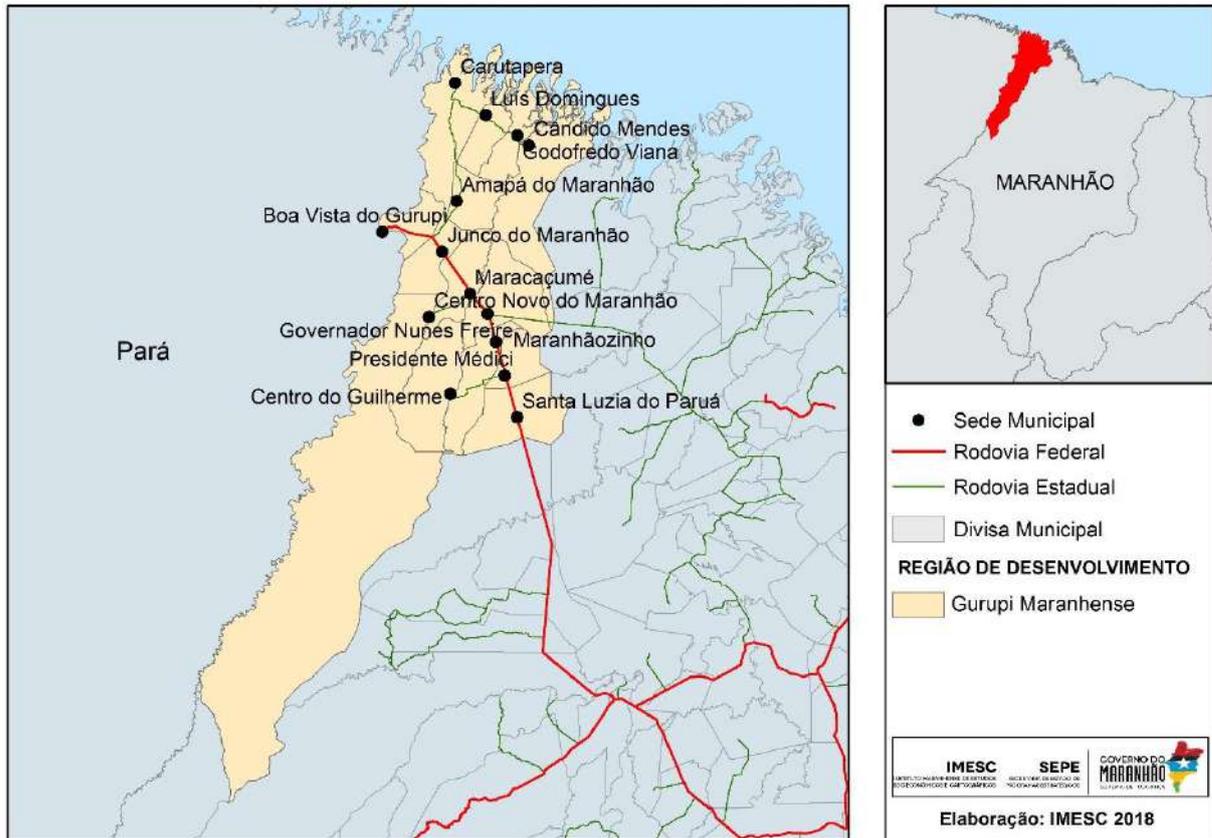
#### 3.4.11 Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense

Localizada no Noroeste Maranhense, tem seu território inserido na floresta amazônica. Nela estão 14 municípios (Mapa 21), com área total de 19.010,780 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 213.022 habitantes (Tabela 12), com densidade demográfica de 11,21 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.454.930,00 (IMESC, 2019).

Na região, destacam-se as atividades econômicas ligadas ao extrativismo vegetal, à rizicultura e ao cultivo da mandioca, além da pesca desenvolvida nas reentrâncias. A exploração de reservas auríferas é destaque em alguns municípios. Pela sua posição geográfica, sofre influências marcantes sociocultural e economicamente do estado do Pará, para onde vai o excedente da produção agrícola e pesqueira.

O município-polo da região, em decorrência da sua posição geográfica e por ocupar a primeira posição em população, é Governador Nunes Freire (Tabela 12). As principais vias de acesso à região são as BRs 308 e 316 e as MAs 206, 101, 333, 106, 306 e 307.

Mapa 21 – Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Influência que a bacia do Rio Gurupi exerce na região.

### Localização

- A Nordeste do estado, no litoral e na planície costeira.

### Potencialidade

- Agricultura
- Madeira

- Apicultura
- Turismo
- Pesca
- Extrativismo vegetal e mineral
- Crustáceo
- Plantas aromáticas

### **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Implantar rede de comercialização da pesca;
- Fomentar o turismo cultural;
- Implantar e fomentar o desenvolvimento e industrialização do açaí;
- Apoiar a apicultura;
- Conservar manguezais e apicuns;
- Controlar o desmatamento e desenvolver projetos de reflorestamento;
- Criar polos universitários e cursos médios profissionalizantes;
- Dotar a área urbana de melhor infraestrutura;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Arborizar e ajardinar a área urbana;
- Implantar hospital de média complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário;
- Fiscalizar a extração de ouro e outros minerais preciosos.

Tabela 12 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Gurupi Maranhense

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Gurupi Maranhense</b>	<b>19.010,780</b>	<b>123.523</b>	<b>70.359</b>	<b>193.882</b>	<b>213.022</b>	<b>11,21</b>	<b>1.454.930</b>
Amapá do Maranhão	502,402	4.841	1.590	6.431	6.962	13,86	49.167
Boa Vista do Gurupi	404,239	5.619	2.330	7.949	9.287	22,97	61.616
Cândido Mendes	1.634,861	11.911	6.594	18.505	20.178	12,34	122.252
Carutapera	1.260,977	16.224	5.782	22.006	23.807	18,88	155.804
Centro do Guilherme	1.167,848	7.072	5.493	12.565	13.458	11,52	71.260
Centro Novo do Maranhão	8.401,414	5.522	12.100	17.622	21.622	2,57	141.156
Godofredo Viana	720,129	6.723	3.912	10.635	11.819	16,41	75.964
Governador Nunes Freire	1.037,130	15.945	9.456	25.401	25.577	24,66	182.140
Junco do Maranhão	564,543	2.819	1.201	4.020	3.432	6,08	42.453
Luís Domingues	472,296	5.503	1.007	6.510	6.951	14,72	48.206
Maracaçumé	635,824	15.829	3.326	19.155	21.395	33,65	160.611
Maranhãozinho	760,947	9.020	5.045	14.065	16.265	21,37	94.263
Presidente Médici	437,687	3.904	2.470	6.374	7.015	16,03	47.832
Santa Luzia do Paruá	1.010,483	12.591	10.053	22.644	25.254	24,99	202.206

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.12 Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense

A região distribui-se, entre o vale do Rio Tocantins e as últimas ramificações da Serra da Menina, ramificações essas que dão origem a serras, intercaladas por vales.

Ocupa uma área total de 25.916,601 km<sup>2</sup>, composta por 17 municípios (Mapa 22) com uma população de 541.338 habitantes (Tabela 13), densidade demográfica de 20,89 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 10.289.638,00 (IMESC, 2019).

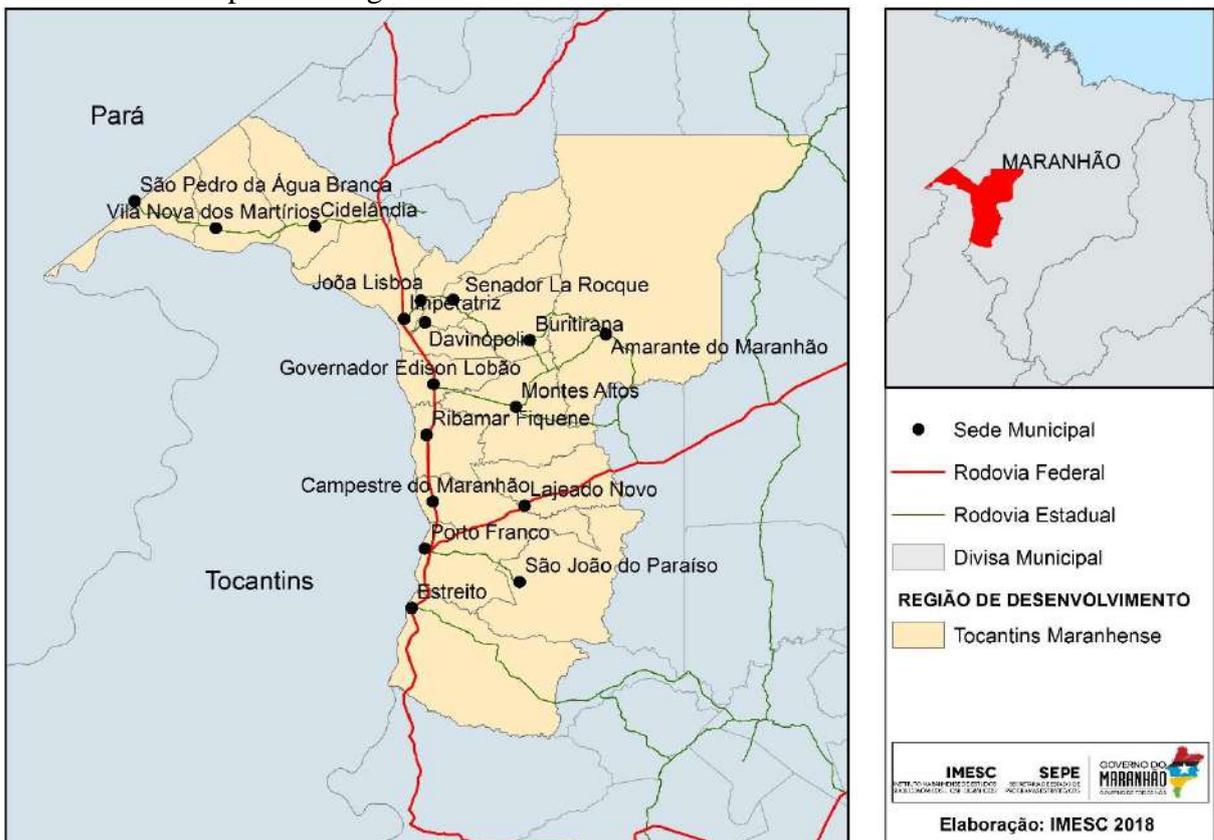
Imperatriz é considerado um marco de ocupação do espaço; fundada por determinação do Governo do Estado do Pará, quando no século XIX, ordenou ao Frei Manoel Procópio do Coração de Maria que criasse um povoamento à margem do rio Tocantins (IBGE, 1959). Disso resultou um povoado que, até a década de 1950, serpenteava às margens do referido rio. Com o surgimento da BR-010 (Belém-Brasília), cuja construção utilizou a cidade de Imperatriz como ponto de repouso para alcançar a floresta, houve aumento em sua população. A exploração madeireira acelerou a ocupação, colaborando para que a área urbana

se expandisse, diversificasse a economia, surgindo assim um polo econômico dos mais promissores do estado, do qual se emanciparam direta ou indiretamente vários municípios da região.

Por ser Imperatriz o município mais desenvolvido da região, destacando-se em primeiro lugar em área urbana, população, densidade demográfica e PIB, além de ser centro educacional, comercial e de saúde, foi escolhido como município-polo. Resta lembrar que a sua classificação territorial política em sétimo lugar é resultado da redistribuição da área com a criação dos municípios aos quais deu origem.

Pela região passam as seguintes vias de comunicação: BR-010; MAs 122, 275 e 280; e as estradas de Ferro Norte-Sul e Carajás.

Mapa 22 – Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Influência do médio vale do Rio Tocantins no estado.

### Localização

- Oeste do estado no Planalto Maranhense.

## **Potencialidades**

- Extrativismo Vegetal
- Madeira
- Agricultura
- Silvicultura
- Indústria
- Horticultura
- Pecuária
- Avicultura
- Cerâmica
- Pesca
- Turismo
- Piscicultura
- Agronegócio
- Centro universitário
- Laticínios

## **Principais Demandas**

- Incentivar a coleta e o aproveitamento integral do babaçu;
- Desenvolver a agricultura familiar;
- Melhorar a infraestrutura econômica e social;
- Conservar o meio ambiente;
- Incentivar o reflorestamento;
- Construir escolas nas áreas indígenas e de assentamentos;
- Incentivar o turismo;
- Proteger a vegetação ciliar, os cerrados e a fauna da região;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas;
- Implementar políticas de inclusão social dos gentios;
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária;
- Ampliar o aeroporto de Imperatriz;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 13 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Tocantins Maranhense

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2017	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Tocantins Maranhense</b>	<b>25.916,601</b>	<b>388.690</b>	<b>120.553</b>	<b>509.243</b>	<b>541.338</b>	<b>20,89</b>	<b>10.289.638</b>
Amarante do Maranhão	7.438,217	15.004	22.928	37.932	41.435	5,57	274.034
Buritirana	818,424	4.146	10.638	14.784	15.430	18,85	89.751
Campestre do Maranhão	615,384	10.621	2.748	13.369	14.374	23,36	174.016
Cidelândia	1.464,034	6.036	7.645	13.681	14.697	10,04	128.579
Davinópolis	335,767	10.487	2.092	12.579	12.908	38,44	620.435
Estreito	2.718,978	25.778	10.057	35.835	41.946	15,43	795.179
Governador Edison Lobão	615,860	6.957	8.938	15.895	18.296	29,71	262.922
Imperatriz	1.368,988	234.547	12.958	247.505	258.682	188,96	6.599.567
João Lisboa	1.135,211	15.336	5.045	20.381	23.632	20,82	190.960
Lajeado Novo	1.064,455	3.194	3.729	6.923	7.550	7,09	70.625
Montes Altos	1.488,336	5.126	4.287	9.413	9.160	6,15	62.007
Porto Franco	1.417,493	16.866	4.664	21.530	23.885	16,85	471.752
Ribamar Fiquene	733,830	3.677	3.641	7.318	7.791	10,62	77.676
São João do Paraíso	2.053,843	5.276	5.538	10.814	11.177	5,44	117.176
São Pedro da Água Branca	720,452	10.712	1.316	12.028	12.690	17,61	95.467
Senador La Rocque	738,548	8.739	9.259	17.998	14.293	19,35	150.974
Vila Nova dos Martírios	1.188,781	6.188	5.070	11.258	13.392	11,27	108.518

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

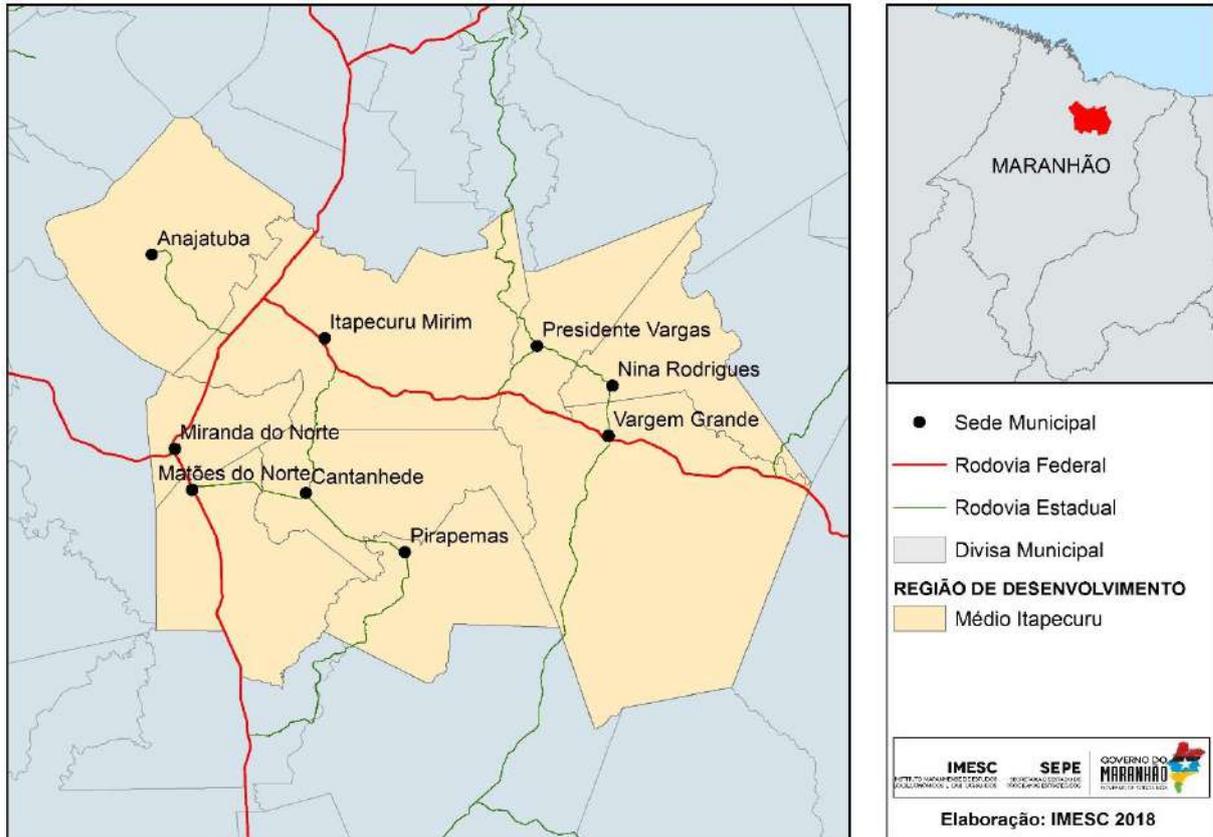
### 3.4.13 Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru

Localizada no Norte do estado, inserida nos vales dos rios Itapecuru e Munim, tem como base econômica a silvicultura, a pesca e o cultivo da mandioca, além da implantação de projetos agroindustriais. Nela estão incluídos nove municípios (Mapa 23) com uma área total de 7.850,500 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 262.909 habitantes (Tabela 14), com densidade demográfica de 33,49 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 2.004.033,00 (IMESC, 2019).

Em sua totalidade, esse segmento espacial é servido por vias de comunicação, a exemplo das BRs 135 e 222, que favoreceram um expressivo adensamento populacional e intensificação dos relacionamentos com a capital do estado (São Luís).

Itapecuru-Mirim é o principal centro urbano da região, por apresentar melhor infraestrutura e ocupar o primeiro lugar em população e PIB; e o segundo lugar em área e densidade demográfica, exercendo, assim, a função de município-polo.

Mapa 23 – Região de Desenvolvimento do Médio Itapecuru



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Predominância ambiental das bacias hidrográficas dos vales dos rios Itapecuru e Munim.

### Localização

- Norte do estado em partes da planície fluvial e da Baixada Maranhense.

### Potencialidades

- Pecuária
- Pesca
- Leite

- Turismo
- Extrativismo vegetal
- Áreas quilombolas
- Avicultura
- Agricultura
- Cerâmica
- Piscicultura
- Artesanato

### **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Recuperar o sistema ferroviário;
- Elaborar e executar projetos agrícolas;
- Recuperar e revitalizar a bacia do Rio Itapecuru;
- Proteger as áreas de babaquais, a mata ciliar e o leito dos rios;
- Ampliação de vagas no ensino superior e a criação de cursos de nível médio profissionalizante;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Dinamizar o turismo cultural e religioso;
- Incentivar o aproveitamento integral do babaçu;
- Arborizar e ajardinar a área urbana e dotá-la de melhor infraestrutura;
- Desenvolver programas sociais e econômicos nas áreas quilombolas e assentamentos;
- Dinamizar a herança folclórica;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 14 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Itapecuru

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Médio Itapecuru</b>	<b>7.850,500</b>	<b>125.693</b>	<b>110.351</b>	<b>236.044</b>	<b>262.909</b>	<b>33,49</b>	<b>2.004.033</b>
Anajatuba	942,568	7.015	18.276	25.291	26.803	28,44	177.430
Cantanhede	773,010	12.959	7.489	20.448	21.995	28,45	120.428
Itapecuru Mirim	1.478,562	34.668	27.442	62.110	68.203	46,13	595.835
Matões do Norte	794,651	4.679	9.115	13.794	16.745	21,07	79.462
Miranda do Norte	341,107	19.519	4.908	24.427	28.381	83,20	488.068
Nina Rodrigues	542,373	4.439	8.025	12.464	14.454	26,65	64.982
Pirapemas	688,761	11.146	6.235	17.381	18.625	27,04	110.708
Presidente Vargas	330,765	4.581	6.136	10.717	11.193	33,84	58.484
Vargem Grande	1.958,703	26.687	22.725	49.412	56.510	28,85	308.636

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

#### 3.4.14 Região de Desenvolvimento do Médio Mearim

A região em questão faz parte da planície fluvial do centro do estado, caracterizando-se fisiograficamente pela bacia hidrográfica do Rio Mearim, com cobertura florística primitiva em forma de florestas e matas. A referida cobertura vegetal foi destruída e modificada, por meio da sua substituição pela agricultura itinerante, principalmente de arroz. O que se observa atualmente é uma mata secundária, arbustiva ou arbórea, com a presença marcante do babaçu (*Orbygnia martiniana*).

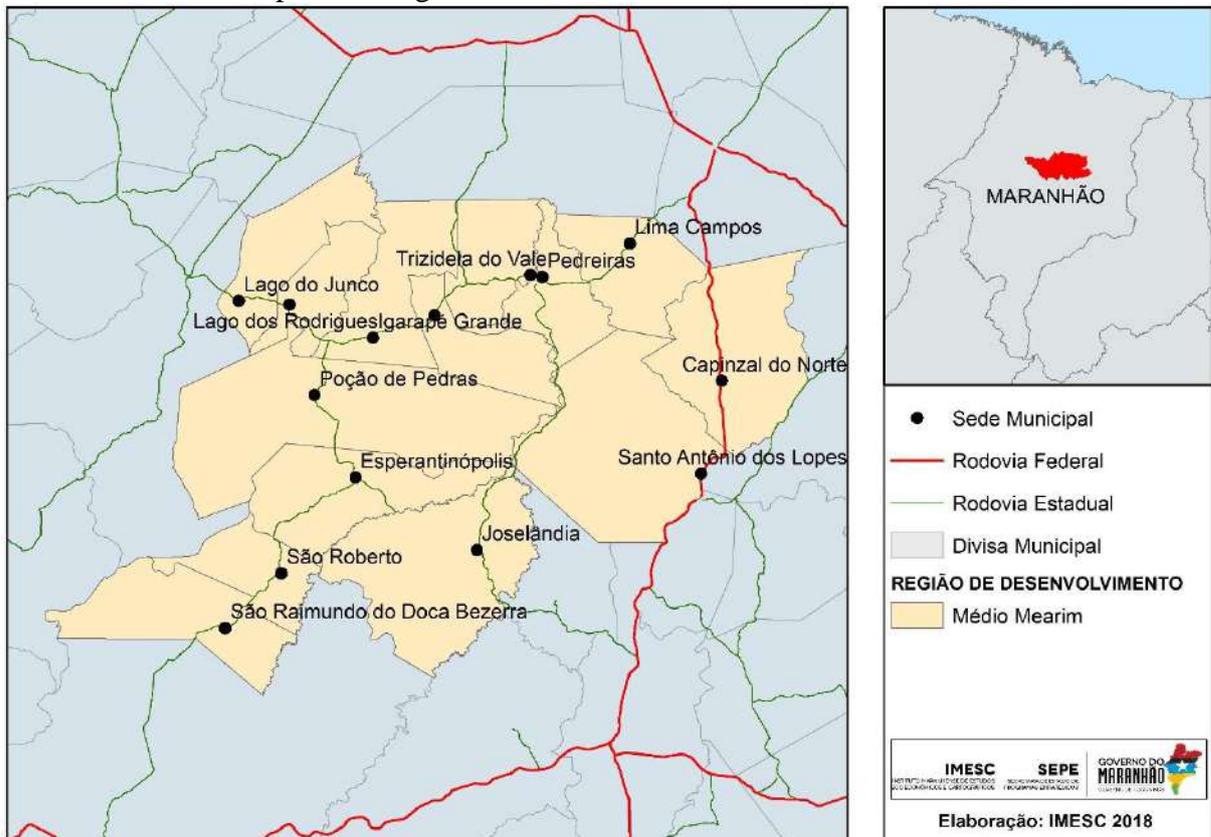
A região ocupa uma área total de 6.172,945 km<sup>2</sup>, distribuída em 14 municípios (Mapa 24), com população total de 198.896 habitantes (Tabela 15), densidade demográfica de 32,22 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 3.359.563,00.

Até o início da década de 1960, era ocupada principalmente na proximidade dos rios, os quais foram importantes como portos de escoamento da produção agrícola, principalmente Pedreiras, município mais antigo da região. A migração de nordestinos modificou o processo de ocupação, cujos participantes derrubaram a mata, plantaram arroz, cultivo que provocou o avanço da fronteira agrícola, dando origem a povoados que mais tarde transformaram-se em sedes municipais de todos os novos municípios que compõem a região. Atualmente, a exploração de gás natural traz uma nova dinamização na economia da região.

Pedreiras, município mais antigo da região e que, por sucessivos desmembramentos, teve a sua extensão territorial bastante diminuída, tem, entretanto, a maior população, densidade demográfica e é a cidade com melhor infraestrutura, elementos que contribuíram para que fosse escolhido para polo regional.

Como meios de comunicação, estão disponíveis as seguintes rodovias: BR-135 e MAs 012, 020, 026, 119, 122, 245, 247, 256, 259, 323, 336, 352 e 381.

Mapa 24 – Região de Desenvolvimento do Médio Mearim



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Concentração dos municípios no médio vale do Rio Mearim.

### Localização

- Planície fluvial, no Centro do estado.

### Potencialidades

- Agricultura

- Pecuária
- Pesca
- Extrativismo vegetal e mineral
- Piscicultura
- Leite
- Centro universitário
- Turismo
- Fruticultura
- Horticultura
- Cerâmica
- Laticínios caseiros
- Gás Natural

### **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Incentivar o agronegócio;
- Desenvolver o arranjo produtivo do babaçu;
- Incentivar o turismo;
- Criar centro de comercialização de artesanato;
- Incrementar o laticínio;
- Expansão e ampliação de cursos universitários e cursos médios profissionalizantes;
- Proteger a vegetação ciliar e o leito dos rios;
- Implantar políticas de inclusão social dos afrodescendentes;
- Retificar as divisas dos municípios;
- Arborizar as áreas urbanas e dotá-las de melhor infraestrutura;
- Proteger e revitalizar a barragem do Rio Flores;
- Elaborar e executar projetos para dinamizar a agricultura familiar;
- Melhorar a infraestrutura urbana;
- Construir aterros sanitários;
- Dinamizar políticas públicas e certificar as comunidades remanescentes de quilombos;
- Implantar hospital de alta complexidade;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 15 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Mearim

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Médio Mearim</b>	<b>6.172,945</b>	<b>113.941</b>	<b>82.069</b>	<b>196.010</b>	<b>198.896</b>	<b>32,22</b>	<b>3.359.563</b>
Bernardo do Mearim	247,221	2.324	3.672	5.996	6.043	24,44	49.309
Capinzal do Norte	590,529	5.610	5.088	10.698	10.934	18,52	131.267
Esperantinópolis	452,439	10.035	8.417	18.452	17.241	38,11	124.588
Igarapé Grande	346,098	6.664	4.377	11.041	11.320	32,71	82.134
Joselândia	703,513	5.960	9.473	15.433	16.168	22,98	97.798
Lago do Junco	328,525	3.913	6.816	10.729	10.840	33,00	65.940
Lago dos Rodrigues	220,776	4.849	2.945	7.794	8.873	40,19	72.297
Lima Campos	321,932	6.793	4.630	11.423	11.893	36,94	150.725
Pedreiras	261,723	32.937	6.511	39.448	39.229	149,89	564.179
Poção de Pedras	990,415	8.378	11.330	19.708	17.873	18,05	136.015
Santo Antônio dos Lopes	770,923	5.732	8.556	14.288	14.528	18,84	1.613.453
São Raimundo do Doca Bezerra	419,352	1.731	4.359	6.090	5.237	12,49	35.583
São Roberto	227,463	2.845	3.112	5.957	6.719	29,54	43.246
Trizidela do Vale	292,036	16.170	2.783	18.953	21.998	75,33	193.029

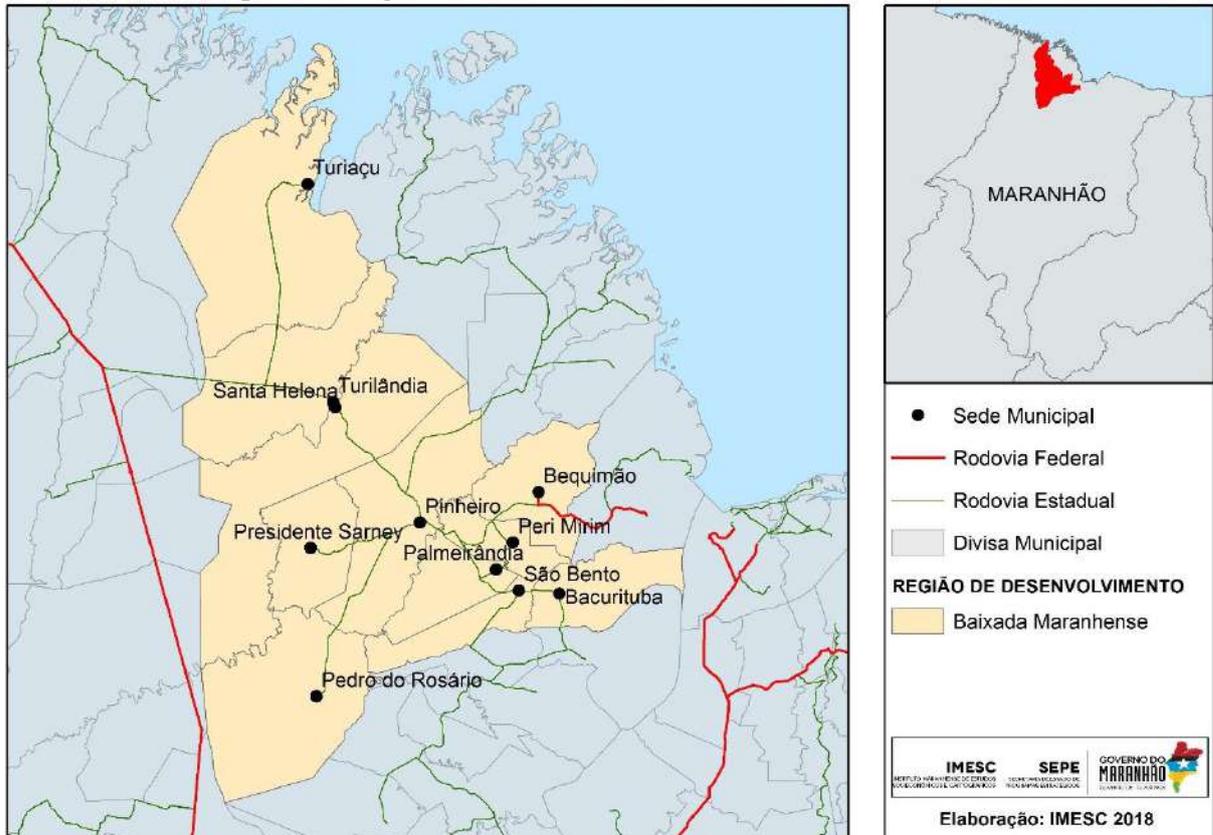
Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

#### 3.4.15 Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense

A região está localizada na Baixada Maranhense, semidepressão inserida entre a planície fluvial, a planície costeira e o Golfão Maranhense. Nela estão inseridos 11 municípios (Mapa 25) com uma área total de 12.875,771 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 336.977 habitantes (Tabela 16), com densidade demográfica de 26,17 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 2.436.524,00 (IMESC, 2019).

Essa região é caracterizada por ser uma área de campos alagáveis, tesos, lagos sazonais e perenes, com economia derivada da pecuária extensiva e da pesca principalmente. Pinheiro, município mais desenvolvido na região, é o polo regional; é o quarto em extensão territorial; o primeiro em população e PIB; e o segundo em densidade demográfica. A malha viária está distribuída entre as MAs 006, 014, 209, 212, 214, 281 e 337 e as BRs 306 e 308.

Mapa 25 – Região de Desenvolvimento da Baixada Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Parte da unidade ambiental da Baixada Maranhense.

### Localização

- Parte da Baixada Maranhense e do Vale do Turiacu, ao Norte do estado.

### Potencialidades

- Pesca
- Pecuária
- Avicultura
- Laticínios
- Extrativismo vegetal e mineral
- Turismo
- Apicultura

- Piscicultura
- Artesanato
- Artesanato de redes

### **Principais Demandas**

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Desenvolver a pesca e a avicultura;
- Incrementar o turismo;
- Criar escola naval;
- Criar polo industrial;
- Implantar programas de inclusão digital;
- Construir aterro sanitário;
- Criar e executar projetos para a conservação da fauna e da flora;
- Retificar as divisas dos municípios;
- Sensibilizar para a proteção e conservação da arquitetura colonial;
- Implantar políticas de inclusão social e econômica dos afrodescendentes;
- Arborizar as sedes municipais e dotá-las de melhor infraestrutura;
- Incentivar a plantação e a comercialização da juçara;
- Preservar e desenvolver a herança cultural dos afrodescendentes;
- Incentivar o turismo religioso;
- Proteger as nascentes dos rios e lagos;
- Proteger o período das aves migratórias;
- Melhorar o sistema de segurança pública;
- Discriminar terras devolutas;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterros sanitários);
- Dragar campos naturais e construir diques de produção e conservação;
- Facilitar a formação de arranjos produtivos locais;
- Incentivar o laticínio caseiro;
- Criar políticas capazes de melhorar os assentamentos rurais e áreas remanescentes de quilombos;
- Determinar área específica para o desenvolvimento da bubalinocultura.

Tabela 16 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Baixada Maranhense

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Baixada Maranhense</b>	<b>12.875,771</b>	<b>136.192</b>	<b>176.696</b>	<b>312.888</b>	<b>336.977</b>	<b>26,17</b>	<b>2.436.524</b>
Bacurituba	412,639	1.424	3.869	5.293	5.644	13,68	35.188
Bequimão	790,225	6.606	13.738	20.344	21.280	26,93	119.427
Palmeirândia	532,161	3.459	15.305	18.764	19.722	37,06	124.945
Pedro do Rosário	1.753,869	5.890	16.842	22.732	25.144	14,34	131.434
Peri Mirim	398,721	3.668	10.135	13.803	14.318	35,91	77.182
Pinheiro	1.512,966	46.487	31.675	78.162	83.387	55,11	830.416
Presidente Sarney	724,154	4.288	12.877	17.165	18.918	26,12	136.332
Santa Helena	2.188,954	19.578	19.532	39.110	42.130	19,25	279.770
São Bento	458,052	23.508	17.228	40.736	45.211	98,70	257.972
Turiação	2.592,173	10.931	23.002	33.933	35.604	13,74	286.823
Turilândia	1.511,857	10.353	12.493	22.846	25.619	16,95	157.035

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

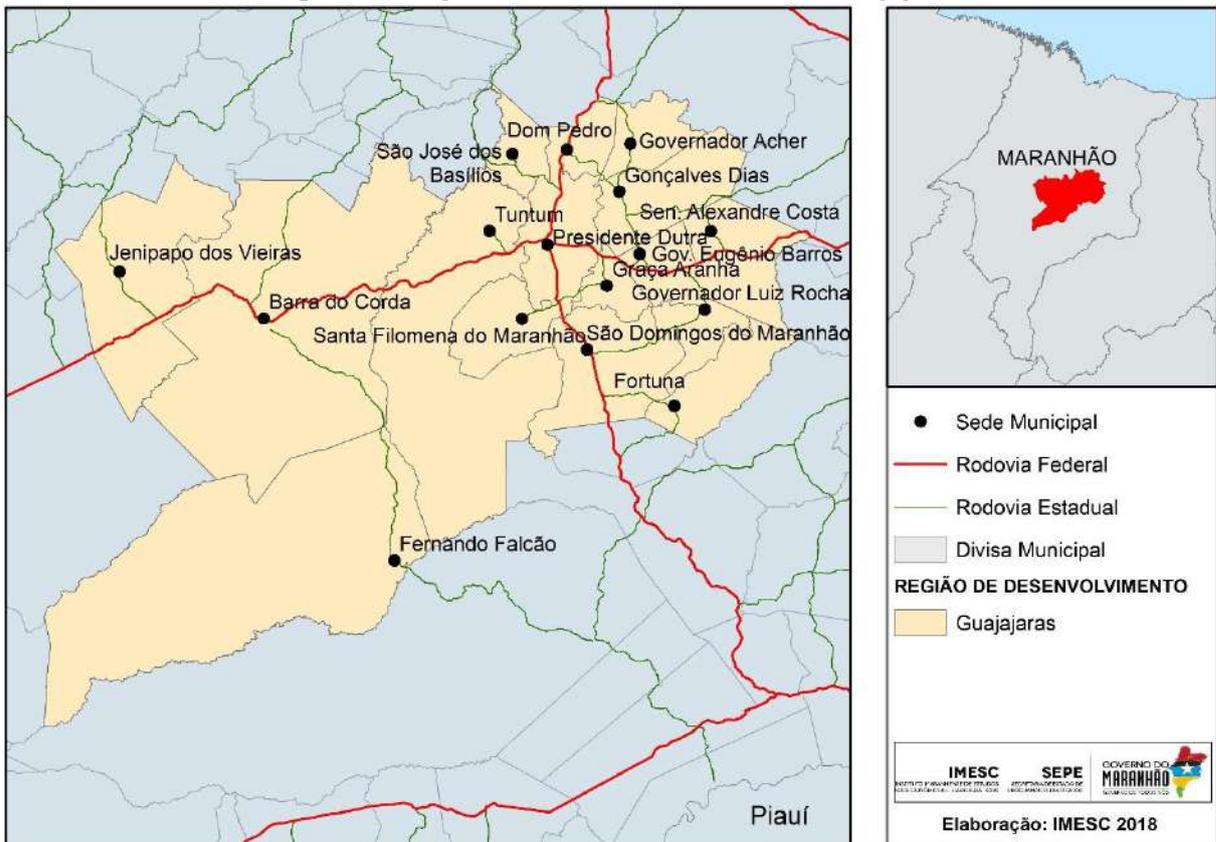
#### 3.4.16 Região de Desenvolvimento dos Guajajaras

Localizada no Centro-Leste maranhense, a Região de Desenvolvimento dos Guajajaras é uma área de transição das planícies e baixos platôs para as terras mais elevadas do Sul do Maranhão. Nessa região, estão inseridos 16 municípios (Mapa 26), com uma área total de 22.779,915 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 364.277 habitantes (Tabela 17), com densidade demográfica de 15,99 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 2.769.377,00 (IMESC, 2019).

A região caracteriza-se por ser de povoamento antigo, com ocupação ligada à pecuária e inúmeras estruturas baseadas nas atividades agrícolas, especialmente a rizicultura. Em período recente, foi implantada uma agricultura moderna, com uso de fertilizantes e corretivos, direcionado à produção de hortaliças, em que a agricultura rivaliza com a pecuária.

O fator principal, para a escolha do município-polo, foi o eixo viário que passa pela cidade de Presidente Dutra, onde se cruzam as BRs 226 e 135, que interligam regiões maranhenses com estados circunvizinhos, em que pese Barra do Corda ter maior população, PIB e área.

Mapa 26 – Região de Desenvolvimento dos Guajajaras



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Homenagem aos primitivos habitantes da região.

### Localização

- Centro-Leste do estado ocupando áreas do planalto maranhense e da planície fluvial.

### Potencialidades

- Agricultura
- Fruticultura
- Pecuária
- Agroindústria
- Babaçu
- Piscicultura

- Artesanato
- Extrativismo vegetal
- Gás natural
- Turismo

### **Principais Demandas**

- Implantar escolas rurais agrícolas e outros cursos profissionalizantes;
- Incentivar a agricultura familiar;
- Regulamentar as áreas rurais e assistir os assentamentos;
- Dinamizar o território especialmente rural;
- Instalar parque ecológico na serra Negra;
- Implantar projetos para desenvolver o turismo;
- Dinamizar a agroindústria;
- Criar mecanismos legais que inibam a instalação de carvoarias;
- Desenvolver projetos voltados para o incentivo e a comercialização do artesanato indígena;
- Preservar o patrimônio arquitetônico colonial e a cultura indígena;
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária;
- Construir aterro sanitário;
- Proteger as áreas de babaçuais;
- Melhorar o sistema de segurança pública;
- Promover o aproveitamento integral do coco babaçu;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Expandir o ensino superior;
- Proteger a mata ciliar, as nascentes e os leitos dos rios;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 17 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Guajajaras

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Guajajaras</b>	<b>22.779,915</b>	<b>186.330</b>	<b>158.449</b>	<b>344.779</b>	<b>364.277</b>	<b>15,99</b>	<b>2.769.377</b>
Barra do Corda	5.190,339	51.648	31.182	82.830	88.212	17,00	651.887
Dom Pedro	358,493	15.261	7.420	22.681	23.350	65,13	224.413
Fernando Falcão	5.086,589	1.506	7.735	9.241	10.360	2,04	54.968
Fortuna	694,997	9.504	5.594	15.098	15.552	22,38	103.074
Gonçalves Dias	883,588	7.770	9.712	17.482	17.934	20,30	114.956
Governador Archer	445,856	6.630	3.575	10.205	10.840	24,31	67.485
Governador Eugênio Barros	816,990	4.690	11.301	15.991	16.828	20,60	95.356
Governador Luiz Rocha	373,164	5.187	2.150	7.337	7.807	20,92	51.068
Graça Aranha	271,445	2.912	3.228	6.140	6.262	23,07	42.290
Jenipapo dos Vieiras	1.962,899	2.519	12.921	15.440	16.515	8,41	89.444
Presidente Dutra	771,574	32.000	12.731	44.731	47.804	61,96	552.913
Santa Filomena do Maranhão	623,214	2.293	4.768	7.061	7.773	12,47	47.292
São Domingos do Maranhão	1.151,978	17.313	16.294	33.607	34.376	29,84	270.102
São José dos Basílios	353,232	3.006	4.490	7.496	7.641	21,63	52.386
Senador Alexandre Costa	426,437	6.164	4.092	10.256	11.141	26,13	74.404
Tuntum	3.369,120	17.927	21.256	39.183	41.832	12,42	277.339

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

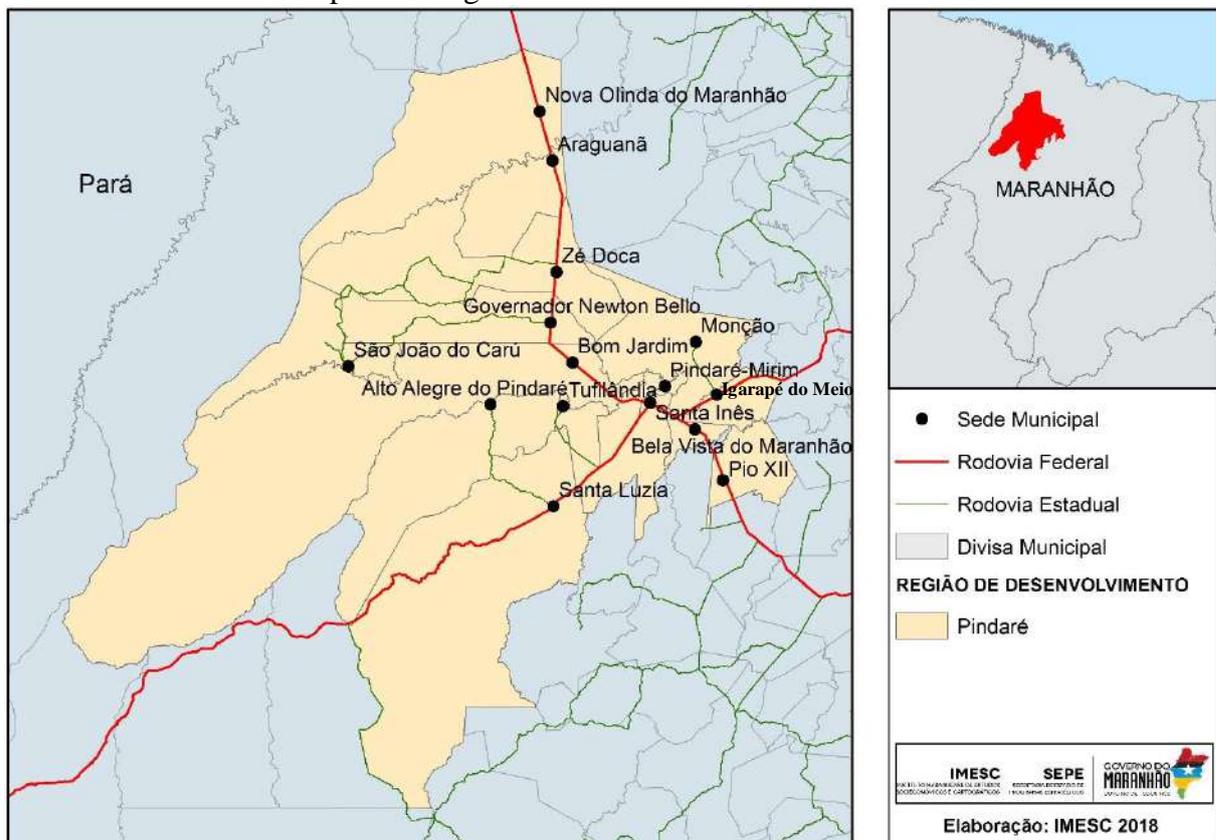
### 3.4.17 Região de Desenvolvimento do Pindaré

Essa região está localizada na planície maranhense, precisamente no médio vale do Rio Pindaré, na região Centro-Oeste do estado. Na parte Norte, naqueles municípios que têm parte do território na área de transição com a Baixada Maranhense, manifestam-se formações com influência marinha ou fluviomarina, destacando-se campos inundáveis com cobertura herbácea (gramíneas). A hidrografia está representada pelos cursos médio e inferior do Rio Pindaré, além da presença de lagos no município de Monção.

Distribuída em 15 municípios (Mapa 27), a região ocupa uma área total de 24.386,582 km<sup>2</sup>. A população em 2019 era de 468.402 habitantes (Tabela 18), com densidade demográfica de 19,21 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 3.921.094,00.

A dinâmica da ocupação humana teve dois momentos. O primeiro, entre os séculos XVIII e XIX, época em que surgiram povoados à margem do Rio Pindaré (Monção e Pindaré Mirim) que deram origem a municípios antigos que se desenvolveram em função da navegação fluvial. O segundo momento tem relação direta à expansão da fronteira agrícola, marcada por grandes latifúndios. Nessa ocasião, surgiram, entre 1954 e 1966, três municípios. Os demais se referem a desmembramentos, acontecimentos que marcaram o mês de novembro de 1994, época em que foram criados 81 novos municípios no Maranhão. Os dois municípios mais antigos têm características tipicamente maranhenses, especialmente porque vivenciaram o período escravocrata ligado à agroindústria açucareira. Os demais, por terem como atores migrantes dos estados nordestinos (exceto o Maranhão), trouxeram comportamentos socioculturais do semiárido. Entretanto, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura do arroz principalmente que, por sua vez, concentrou em determinados lugares a produção para exportação por caminhões, lugares esses que deram origem a povoados prósperos que possibilitaram a emancipação de municípios, a exemplo de Santa Inês e Santa Luzia.

Mapa 27 - Região de Desenvolvimento do Pindaré



Fonte: IMESC (2018)

O município de Santa Inês, por ser o mais desenvolvido da região, foi escolhido para polo regional. Embora seja o décimo município em extensão, classifica-se em primeiro lugar em população e PIB e é o segundo em densidade demográfica.

Os meios de comunicação estão centrados nas BRs 222 e 316, MAs 006, 008, 119, 216, 318, 319, 320 e 342 e na Estrada de Ferro Carajás.

### **Toponímia**

- Ocupação territorial regional do médio vale do Rio Pindaré.

### **Localização**

- Planície fluvial, ao Noroeste do estado.

### **Potencialidades**

- Pesca
- Madeira
- Extrativismo vegetal
- Pecuária
- Agricultura
- Piscicultura
- Apicultura
- Turismo

### **Principais Demandas**

- Financiar e orientar a agricultura familiar;
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Melhorar a infraestrutura urbana;
- Proteger e orientar a pesca artesanal;
- Adequar o aeroporto para receber voos regionais e/ou nacionais;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Arborizar as sedes municipais e dotá-las de melhor infraestrutura;
- Ampliar oferta de cursos universitários e profissionalizantes de nível médio;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário);

- Criar um museu ou casa da cultura capaz de mostrar a influência social e econômica do gentio e dos migrantes nordestinos;
- Incentivar o turismo cultural;
- Executar programas para a inclusão social das comunidades indígenas;
- Dinamizar o arranjo produtivo do mel;
- Proteger áreas de reservas indígenas;
- Proteger as áreas de babaquais, a mata ciliar e os leitos dos rios;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 18 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Pindaré

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Pindaré</b>	<b>24.386,582</b>	<b>244.662</b>	<b>199.380</b>	<b>444.042</b>	<b>468.402</b>	<b>19,21</b>	<b>3.921.094</b>
Alto Alegre do Pindaré	1.876,032	9.829	21.228	31.057	31.919	17,01	182.418
Araguanã	805,193	5.377	8.596	13.973	15.426	19,16	77.960
Bela Vista do Maranhão	147,954	5.170	6.879	12.049	11.209	75,76	79.952
Bom Jardim	6.590,531	16.386	22.663	39.049	41.630	6,32	303.401
Governador Newton Bello	1.144,074	4.291	7.630	11.921	10.180	8,90	61.113
Igarapé do Meio	368,685	6.207	6.343	12.550	14.177	38,45	159.620
Monção	1.239,912	11.759	19.979	31.738	33.434	26,96	199.555
Nova Olinda do Maranhão	2.452,615	11.862	7.272	19.134	20.928	8,53	132.745
Pindaré-Mirim	273,526	22.417	8.735	31.152	32.941	120,43	283.309
Pio XII	545,140	12.459	9.557	22.016	21.485	39,41	147.942
Santa Inês	786,689	73.197	4.085	77.282	89.044	113,19	1.225.219
Santa Luzia	4.837,038	25.789	48.254	74.043	72.667	15,02	547.867
São João do Carú	908,077	6.323	5.986	12.309	15.808	17,41	85.662
Tufilândia	271,007	2.732	2864	5.596	5.840	21,55	46.893
Zé Doca	2.140,109	30.864	19.309	50.173	51.714	24,16	387.438

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.18 Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense

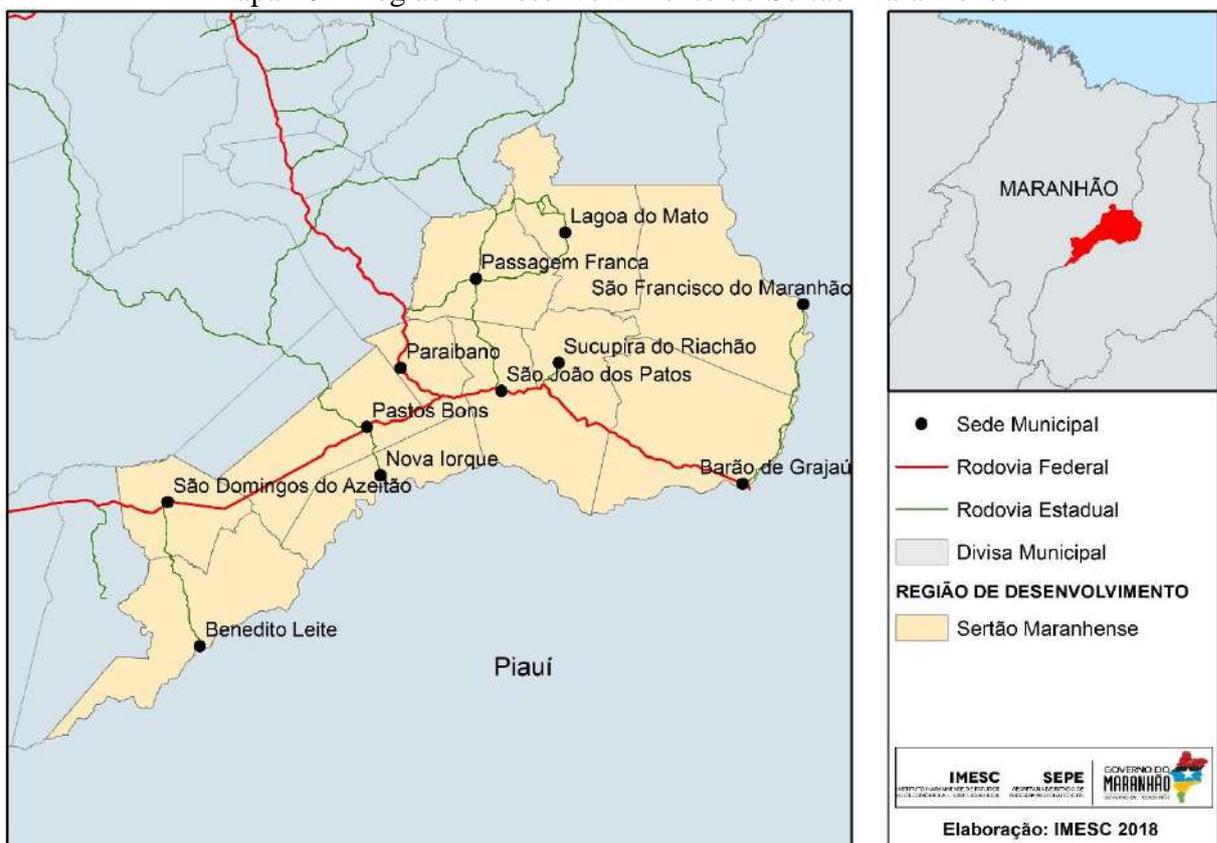
Localizada no Sudoeste do estado, esta região tem grande influência da pecuária e do Rio Parnaíba. Nela estão inseridos 11 municípios (Mapa 28) com uma área total de

15.591,786 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 151.453 habitantes (Tabela 19), com densidade demográfica de 9,71 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.373.028,00 (IMESC, 2019).

A região tem seu processo de ocupação ligado à corrente de povoamento dos criadores de gado, que penetraram nos sertões maranhenses, tendo como marco principal o gado. A partir do século XVIII, essa corrente penetrou em solo maranhense, nas terras de Pastos Bons. Além da expansão açucareira, a disponibilidade de terras desocupadas favoreceu a interiorização do rebanho que, pela própria dinâmica do pastoreio, carecia de extensas áreas, o que não faltava nos sertões maranhenses. A partir de 1730, vaqueiros e gado atravessaram o Rio Parnaíba, ocupando inicialmente as proximidades do rio, instalando as primeiras fazendas, fundando em 1740 o povoado de Pastos Bons, indispensável ponto de apoio para o avanço da conquista. De Pastos Bons saíram expedições em todas as direções, que deram origem aos demais municípios que compõem a região.

São João dos Patos, por possuir a melhor infraestrutura da região e por ter maior população e PIB, sendo ainda a segunda maior densidade demográfica, foi escolhido como município-polo. Os meios de comunicação estão centrados nas BRs 135 e 230 e pelas MAs 282, 134, 036, 034, 026, 040, 364, 271, 270, 369, 368 e 371.

Mapa 28 – Região de Desenvolvimento do Sertão Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

## **Toponímia**

- Identidade física, econômica e cultural com o sertão do estado.

## **Localização**

- Sudeste do estado, no planalto maranhense.

## **Potencialidades**

- Pecuária
- Agricultura
- Artesanato
- Agroindústria
- Turismo

## **Principais Demandas**

- Melhorar a infraestrutura urbana;
- Implantar sistemas de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário);
- Incentivar e financiar o artesanato têxtil;
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária;
- Incrementar o turismo;
- Potencializar e incentivar ações voltadas para a piscicultura;
- Treinar multiplicadores voltados para o artesanato de redes e bordados;
- Retificar as divisas dos municípios;
- Arborizar as áreas urbanas e dotá-las de melhor infraestrutura;
- Ampliar a oferta de cursos universitários e profissionalizantes de nível médio;
- Criar um espaço cultural onde se poderá observar a riqueza da diversidade do artesanato de rendas, bordados e redes;
- Proteger a fauna e a flora do cerrado, a vegetação ciliar, as nascentes e os leitos dos rios;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 19 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Sertão Maranhense

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Sertão Maranhense</b>	<b>15.591,786</b>	<b>91.491</b>	<b>51.745</b>	<b>143.236</b>	<b>151.453</b>	<b>9,71</b>	<b>1.373.028</b>
Barão de Grajaú	2.208,324	10.338	7.503	17.841	18.820	8,52	210.650
Benedito Leite	1.781,734	2.813	2.656	5.469	5.632	3,16	39.864
Lagoa do Mato	1.512,985	4.453	6.481	10.934	11.250	7,44	75.659
Nova Iorque	976,872	2.876	1.714	4.590	4.683	4,79	36.931
Paraibano	530,517	15.746	4.357	20.103	21.386	40,31	138.698
Passagem Franca	1.358,327	10.464	7.098	17.562	19.019	14,00	128.392
Pastos Bons	1.635,321	12.307	5.760	18.067	19.472	11,91	190.671
São Domingos do Azeitão	960,932	4.961	2.022	6.983	7.392	7,69	173.557
São Francisco do Maranhão	2.280,205	4.104	8.042	12.146	12.210	5,35	72.236
São João dos Patos	1.482,661	20.567	4.361	24.928	25.929	17,49	263.960
Sucupira do Riachão	863,908	2.862	1.751	4.613	5.660	6,55	42.410

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.19 Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense

A Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense está em uma transição entre as últimas ramificações da Serra das Alpercatas, do Exu, da Taboca, Redonda, da Bandeira, de Santa Cruz e do Morcego e a Serra do Valentim nos municípios de Parnarama, Matões e Timon, além de outras em São Francisco do Maranhão e a planície fluvial, parte do Médio Vale do Rio Parnaíba em território maranhense. A hidrografia está representada pelo médio curso do Rio Parnaíba, incluindo os afluentes riachos; Corrente, Riachão, Samaria e o Rio Balseiro, este afluente do Rio Itapecuru.

Os quatro municípios que formam (Mapa 29) essa região ocupam uma área total de 8.695,059 km<sup>2</sup>. A população em 2019 era de 261.680 habitantes (Tabela 20), com densidade demográfica de 30,10 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 2.332.211,00 (IMESC, 2019).

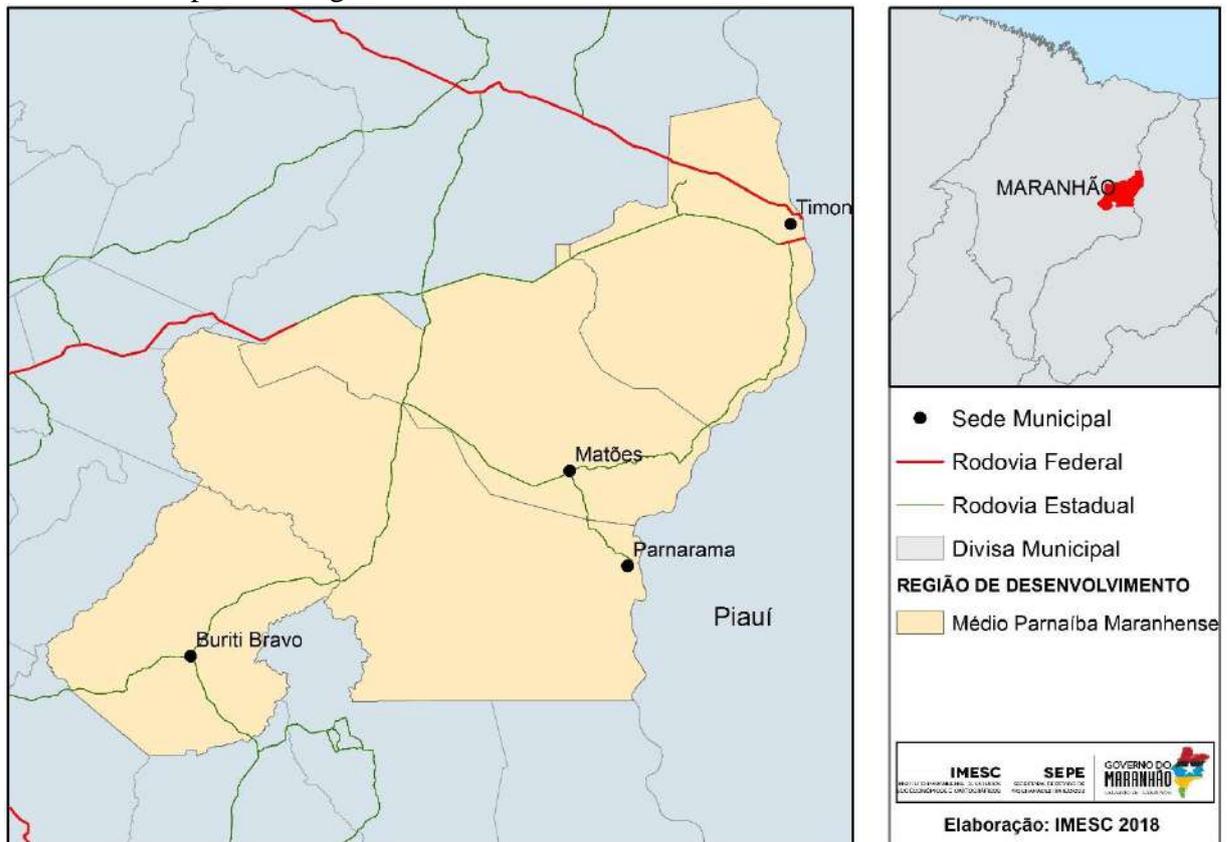
Essa área é de ocupação antiga cujo processo se desenvolveu em função da navegabilidade do Rio Parnaíba e pela sua proximidade com o estado do Piauí, do qual sofre influência social e econômica.

Timon destaca-se em primeiro lugar em população, densidade demográfica e PIB. Sua relação com Teresina, capital do Piauí, e sua participação na Região Integrada de

Desenvolvimento (RID) de Teresina são pontos primordiais para a escolha desse município como polo da região.

O meio de transporte usado é principalmente o rodoviário, servido pelas MAs 034, 036, 040, 132, 262, 278 363; BRs 135, 226, 316; e a ferrovia Transnordestina. Esporadicamente usam o Rio Parnaíba como meio de comunicação com o Piauí ou com a área rural dos próprios municípios maranhenses.

Mapa 29 – Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Concentração territorial regional no médio vale do Rio Parnaíba.

### Localização

- Planície fluvial, ao Leste do estado.

## Potencialidades

- Agricultura
- Pesca
- Ovinocaprinocultura
- Pecuária
- Indústria
- Agroindústria
- Cerâmica

## Principais Demandas

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Elaborar e executar programas sociais de geração de emprego e renda;
- Viabilizar a exploração do turismo sustentável;
- Elaborar e executar projetos de proteção ambiental;
- Criar unidade regional do corpo de bombeiros;
- Construir pontes interligando municípios e povoados;
- Implantar sistema de saneamento básico (água, esgoto e aterro sanitário);
- Desenvolver projetos de melhoria urbana (arborização e ajardinamento);
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Desenvolver projetos capazes de minimizar a dependência econômica e social com o estado vizinho;
- Ampliar a oferta de cursos universitários e profissionalizantes de nível médio;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 20 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Médio Parnaíba Maranhense

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Médio Parnaíba Maranhense</b>	<b>8.695,059</b>	<b>179.312</b>	<b>64.648</b>	<b>243.960</b>	<b>261.680</b>	30,10	<b>2.332.211</b>
Buriti Bravo	1.582,552	17.014	5.885	22.899	23.884	15,09	154.317
Matões	2.107,403	13.635	17.380	31.015	33.782	16,03	175.042
Parnarama	3.240,492	13.530	21.056	34.586	34.907	10,77	200.198
Timon	1.764,612	135.133	20.327	155.460	169.107	95,83	1.802.654

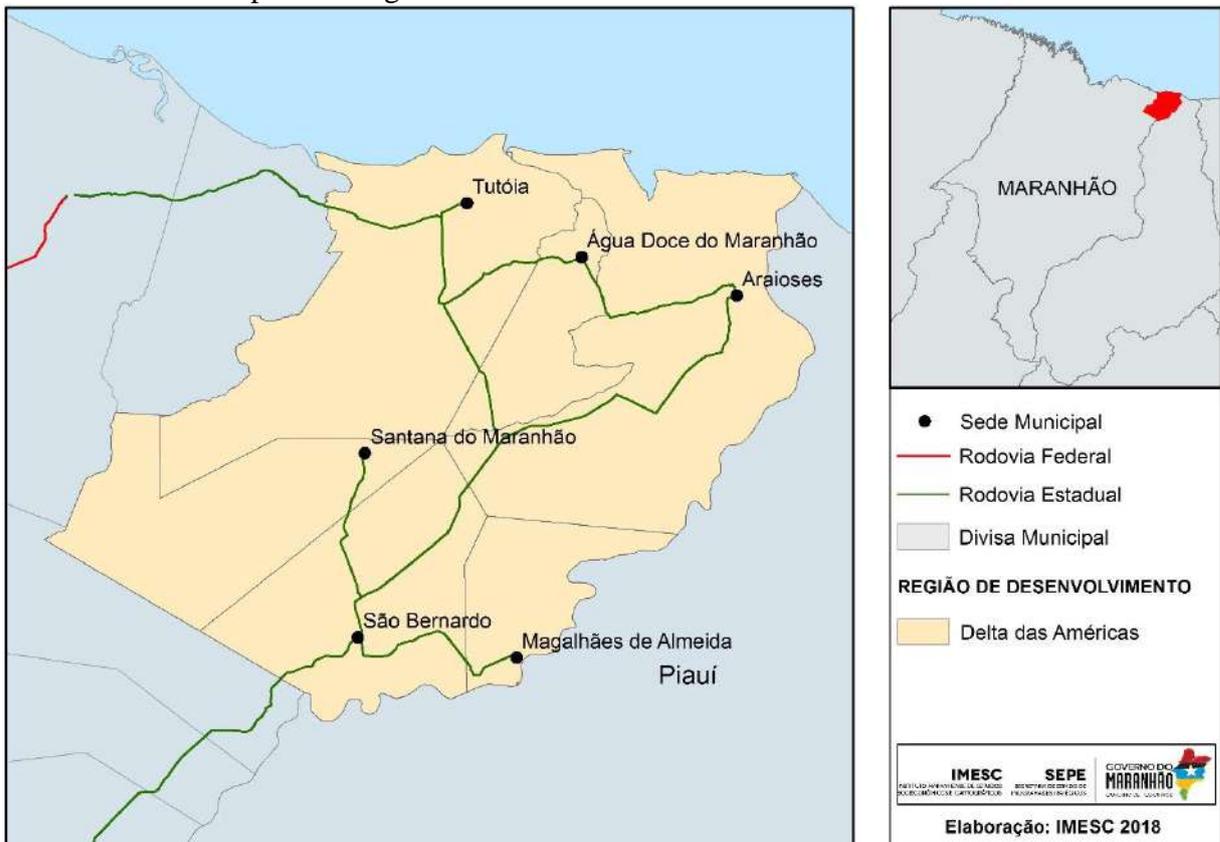
Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.20 Região de Desenvolvimento do Delta das Américas

Localizada no Nordeste do Maranhão, na área costeira dominada pelo delta do Rio Parnaíba, essa região é composta por seis municípios (Mapa 30) com uma área total de 6.167,794 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 179.590 habitantes (Tabela 21), com densidade demográfica de 29,12 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.161.683,00 (IMESC, 2019).

Como aspecto fisiográfico principal dessa região, destaca-se o Delta do Rio Parnaíba, composto por aproximadamente 70 ilhas que formam o arquipélago das Canárias. Dentre as maiores ilhas, destacam-se as do Paulino, Igoronhon, Canárias, Poltros e Bagre Assado, delimitadas por um sistema de canais divagantes, no qual se destacam os rios Santa Rosa e Torto e os igarapés Timbó e Maria Engrácia. No aspecto econômico, é a região mais densamente explorada por empresas de turismo, em decorrência de suas belezas naturais. Destaca-se também a cata significativa do caranguejo uçá e a pesca artesanal.

Mapa 30 - Região de Desenvolvimento do Delta das Américas



Fonte: IMESC (2018)

Tutóia é o município-polo da região, por concentrar a maior população e PIB da região, além de possuir a melhor infraestrutura regional. O meio de transporte principal é o rodoviário com destaque principalmente para as rodovias MAs 315, 102, 034, 312, 345, 346,

034, 327 e 110; e BR-402. Usa-se também o transporte fluvial, entre os diversos braços do delta, como meio de comunicação com o Piauí e com as ilhas que formam o Delta do Parnaíba.

### **Toponímia**

- Influência ambiental natural e econômica do Delta do Rio Parnaíba.

### **Localização**

- Nordeste do estado, no Litoral Oriental e planície costeira.

### **Potencialidades**

- Agricultura
- Carcinicultura
- Pesca
- Crustáceo
- Caprinocultura
- Turismo
- Artesanato

### **Principais Demandas**

- Elaborar e executar projetos de conservação ambiental do delta do Parnaíba;
- Melhorar a infraestrutura;
- Ampliar, recuperar e conservar a malha viária;
- Arborizar e ajardinar a área urbana;
- Elaborar e executar projetos para dinamizar o turismo;
- Construir hospital regional de média e alta complexidade;
- Construir aterro sanitário;
- Proteger a fauna, especialmente a alada;
- Criar casa de cultura e museu;
- Retificar limites e divisas municipais;
- Proteger o extrativismo de crustáceos;
- Controlar o assoreamento e a poluição dos rios;

- Revitalizar as salinas;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 21 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Delta das Américas

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Delta das Américas</b>	<b>6.167,794</b>	<b>56.463</b>	<b>106.135</b>	<b>162.598</b>	<b>179.590</b>	<b>29,12</b>	<b>1.161.683</b>
Água Doce do Maranhão	443,267	3.133	8.448	11.581	12.571	28,36	73.445
Araioses	1.786,345	12.045	30.460	42.505	46.440	26,00	269.902
Magalhães de Almeida	433,152	8.963	8.624	17.587	19.826	45,77	115.788
Santana do Maranhão	932,022	1.842	9.819	11.661	13.386	14,36	58.242
São Bernardo	1.006,920	11.800	14.676	26.476	28.507	28,31	248.693
Tutóia	1.566,088	18.680	34.108	52.788	58.860	37,58	395.613

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.21 Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos

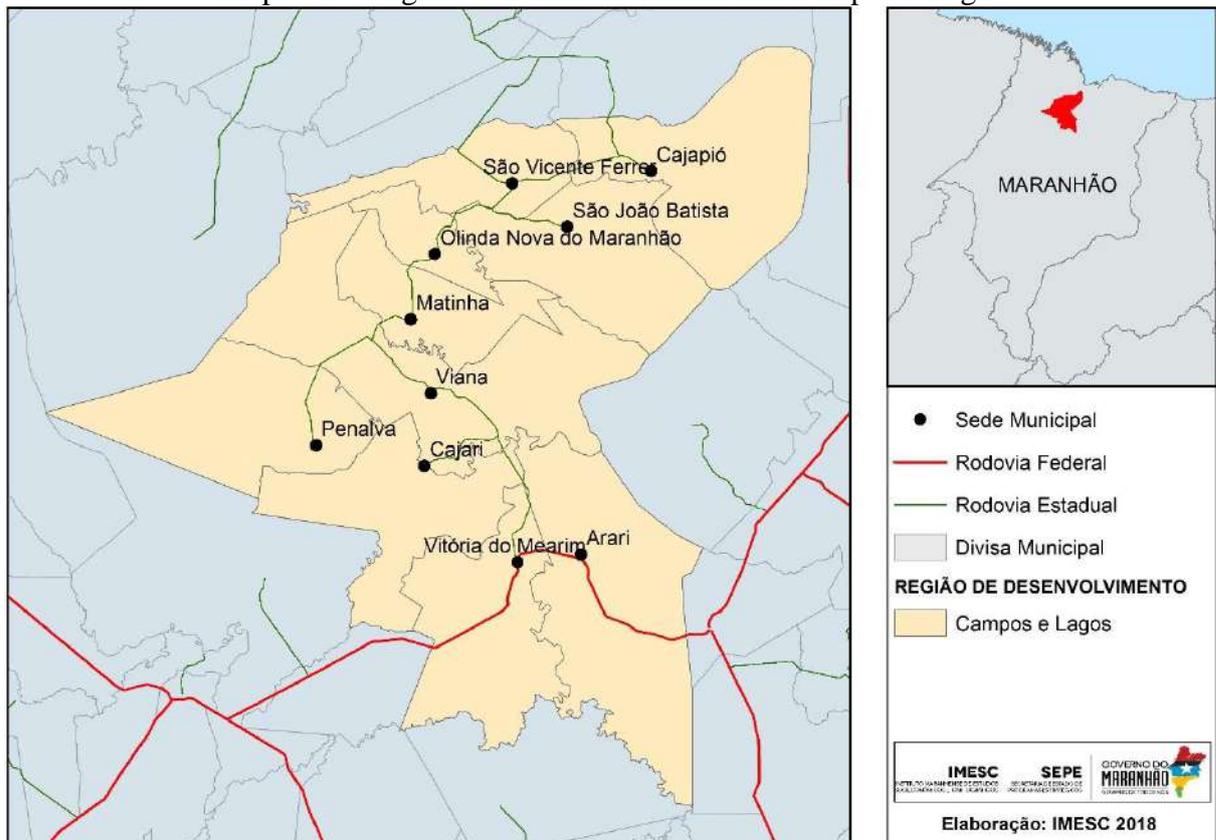
Inserida na Baixada Maranhense e drenada pelos baixos cursos dos rios Mearim, Pindaré e Grajaú, essa região é composta por 10 municípios (Mapa 31), com área total de 6.645,305 km<sup>2</sup>. Sua população em 2019 era de 265.062 habitantes (Tabela 22), com densidade demográfica de 39,89 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.733.418,00 (IMESC, 2019).

A região dos campos e lagos é uma extensa área rebaixada que é alagada, durante o período chuvoso, dando origem a extensos lagos interligados por um sistema de drenagem com canais divagantes que servem como vias de comunicação entre as cidades e os povoados. Durante o período de estiagem, o cenário hídrico transforma-se em grandes extensões de campos e lagos perenes. Merecem destaque os lagos Açu, Cajari, Bacuri, Formoso e Viana.

As atividades econômicas apoiam-se principalmente nos recursos pesqueiros, abundantes nos lagos e rios da região e na pecuária, ainda praticada em emprego de técnicas rudimentares. A maior concentração de pessoas desenvolve atividades relacionadas com a produção e a circulação de pescado obtido nos lagos.

Escolhido como município-polo, Viana integra a melhor infraestrutura da região, além de possuir a maior área, população e PIB. As vias de comunicação rodoviárias que se destacam são as MAs 317, 014, 216, 214, 314, 313 e 310, além da BR-222.

Mapa 31 – Região de Desenvolvimento dos Campos e Lagos



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- A grande incidência de lagos e campos naturais no espaço regional.

### Localização

- Ao Norte, inserida em uma porção da Baixada Maranhense.

### Potencialidades

- Pecuária
- Pesca
- Agricultura
- Extrativismo vegetal
- Suinocultura
- Agroindústria

- Laticínios
- Agroindústria
- Piscicultura
- Turismo
- Apicultura
- Caprinocultura
- Avicultura

### **Principais Demandas**

- Incentivar a agricultura familiar;
- Dinamizar a agroindústria;
- Proteger o meio ambiente;
- Explorar o potencial turístico;
- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Incentivar os arranjos do mel e da piscicultura;
- Construir hospital regional de média e alta complexidade;
- Discriminar terras devolutas;
- Criar cursos profissionalizantes de nível médio;
- Elaborar projetos para o aproveitamento turístico dos lagos;
- Retificar as divisas dos municípios;
- Arborizar as áreas urbanas;
- Abrir poços artesianos na área rural;
- Preservar e socializar a herança social deixada pelos açorianos;
- Sanear a área rural, especialmente os campos;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico;
- Criar aterro sanitário.

Tabela 22 - Caracterização Geográfica, Econômica e Social dos Campos e Lagos

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Campos e Lagos</b>	<b>6.645,305</b>	<b>109.610</b>	<b>138.638</b>	<b>248.248</b>	<b>265.062</b>	<b>39,89</b>	<b>1.733.418</b>
Arari	1.100,275	17.483	11.005	28.488	29.848	27,13	230.360
Cajapió	545,244	3.885	6.708	10.593	11.177	20,50	53.402
Cajari	662,066	4.284	14.054	18.338	19.379	29,27	99.202
Matinha	410,632	8.883	13.002	21.885	23.370	56,91	155.610
Olinda Nova do Maranhão	199,879	5.981	7.200	13.181	14.701	73,55	84.820
Penalva	800,915	16.593	17.674	34.267	38.470	48,03	188.144
São João Batista	649,956	5.344	14.576	19.920	20.665	31,79	123.749
São Vicente Ferrer	392,874	5.431	15.432	20.863	22.247	56,63	132.451
Viana	1.166,745	26.915	22.581	49.496	52.441	44,95	409.286
Vitória do Mearim	716,719	14.811	16.406	31.217	32.764	45,71	256.394

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 3.4.22 Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense

Como parte da planície fluvial no Nordeste maranhense, a Região do Baixo Parnaíba Maranhense ocupa parte dos vales das bacias hidrográficas do Alto Munim e principalmente do Baixo Parnaíba Maranhense.

Nessa região, estão inseridos 11 municípios (Mapa 32), em uma área de 12.600,342 km<sup>2</sup>. Em 2019 sua população era de 277.195 habitantes (Tabela 23), com densidade demográfica de 22,00 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e PIB de R\$ 1.980.272,00.

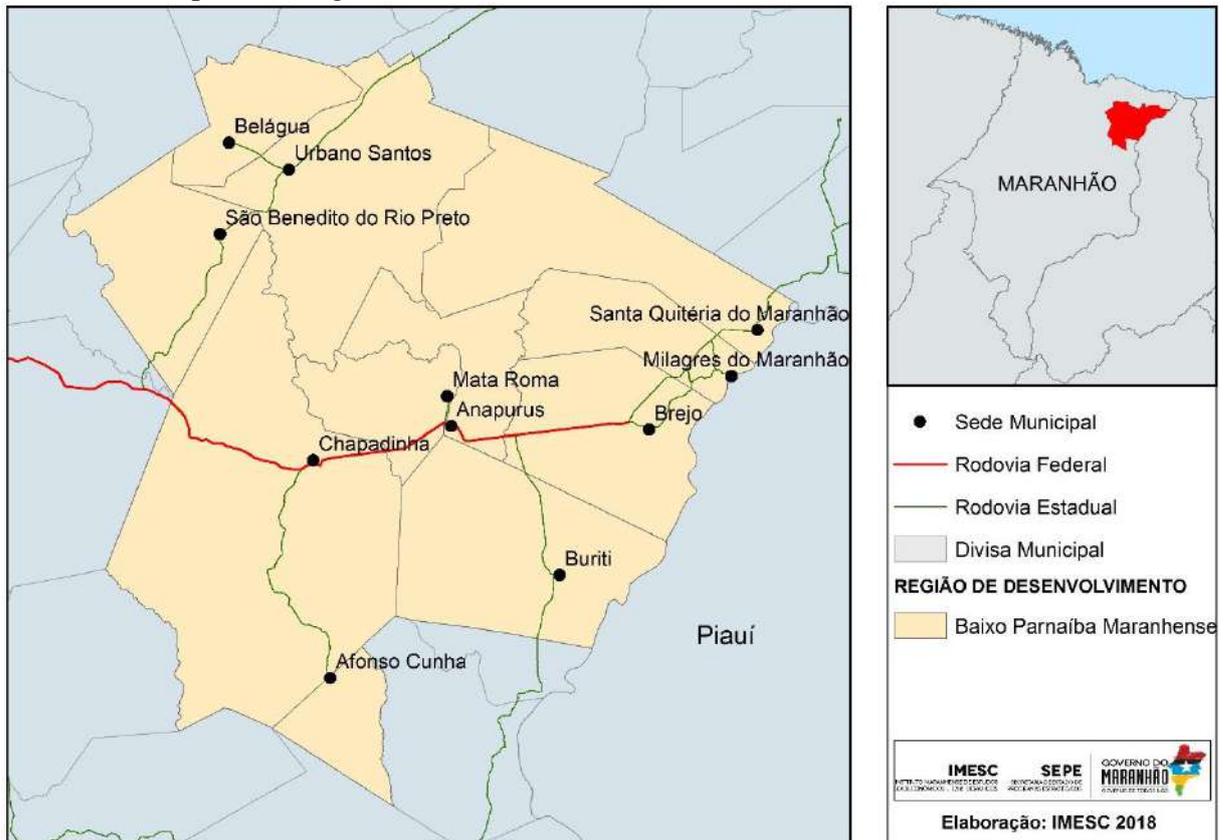
Sua estrutura produtiva se baseia na produção de alimentos básicos, destacando-se o cultivo do arroz e da mandioca. Na faixa fluvialacustre, a pesca tem influência econômica significativa, responsável pelo abastecimento da população local, enquanto no interior desenvolve-se a pecuária bovina e suína.

Recentemente, em Chapadinha e municípios vizinhos, está sendo implantada a sojicultura, direcionada para o agronegócio.

O Vale do Munim é importante no extrativismo de andiroba, fruto utilizado na fabricação de sabão, na coleta da folha do jaborandi, exportada para fabricação de cosméticos, assim como na seiva extraída da maniçoba, da qual fazem bolas artesanais.

Escolhido para polo regional, o município de Chapadinha destaca-se, dentre os demais da região, como polo universitário, e o primeiro em extensão territorial, população e PIB (Tabela 4). A região é servida pelas rodovias MAs 024, 025, 224, 225, 228, 234 e BR-222.

Mapa 32 – Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense



Fonte: IMESC (2018)

### Toponímia

- Maior parte da área localizada entre o alto vale da bacia hidrográfica do Rio Munim e da bacia do baixo Parnaíba.

### Localização

- Nordeste do estado no espaço de planície levemente ondulada, drenada pelos rios que se desenvolvem na bacia do Alto Munim e do Parnaíba.

### Potencialidades

- Agricultura
- Agronegócio
- Fruticultura

- Ovinocaprinocultura
- Extrativismo vegetal
- Silvicultura
- Polo universitário

### Principais Demandas

- Ampliar, restaurar e conservar a malha viária;
- Implementar políticas de inclusão social;
- Implantar projetos para o desenvolvimento do turismo;
- Melhorar a infraestrutura urbana das sedes municipais;
- Construir aterros sanitários;
- Proteger as áreas de babaçuais e incrementar o aproveitamento integral do fruto;
- Proteger a vegetação ciliar e o leito dos rios;
- Incentivar a criação de cursos de nível médio profissionalizante;
- Retificar os limites e divisas dos municípios;
- Proteger as nascentes dos mananciais;
- Montar projetos para o aproveitamento turístico;
- Implantar e melhorar o sistema de saneamento básico.

Tabela 23 – Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Baixo Parnaíba Maranhense

Região /Municípios	Área (km <sup>2</sup> ) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
<b>Baixo Parnaíba Maranhense</b>	<b>12.600,342</b>	<b>138.738</b>	<b>116.183</b>	<b>254.921</b>	<b>277.195</b>	<b>22,00</b>	<b>1.980.272</b>
Afonso Cunha	371,338	3.234	2.671	5.905	6.524	17,57	44.978
Anapurus	608,292	7.164	6.775	13.939	15.732	25,86	136.269
Belágua	569,428	3.263	3.261	6.524	7.469	13,12	47.686
Brejo	1.074,631	12.340	21.019	33.359	36.397	33,87	274.984
Buriti	1.473,964	8.399	18.614	27.013	28.678	19,46	187.980
Chapadinha	3.247,385	52.882	20.468	73.350	79.675	24,54	657.989
Mata Roma	548,414	7.132	8.018	15.150	16.829	30,69	122.814
Milagres do Maranhão	634,734	1.760	6.358	8.118	8.464	13,33	50.207
Santa Quitéria do Maranhão	1.434,898	14.141	15.050	29.191	25.642	17,87	163.450
São Benedito do Rio Preto	931,485	11.049	6.750	17.799	18.663	20,04	111.562
Urbano Santos	1.705,773	17.374	7.199	24.573	33.122	19,42	182.353

Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a proposta de uma nova regionalização iniciou no momento em que o Governo do Estado começou a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, quando foram definidos os investimentos públicos a serem aplicados em todo o território estadual.

A proposta de uma nova divisão espacial regional, apresentada ao Governo do Estado, permitirá que o procedimento para a tomada de ações parta das prioridades regionais, previamente elencadas, conforme as políticas de cada uma das secretarias estaduais. A possibilidade de articulação interinstitucional dos planos e ações dos vários órgãos governamentais representará, também, a potencialização dos esforços e racionalidade nos investimentos, além de abrir condições concretas para o monitoramento e avaliação de forma conjunta, rompendo significativamente com as tradicionais intervenções fragmentadas que caracterizam a ação pública.

Nesse sentido, a definição do quantitativo de 22 unidades regionais faz da proposta de Regionalização para o Desenvolvimento um poderoso instrumento de unificação, das metodologias de ação regional nas instâncias federal e estadual.

No âmbito da União, a possibilidade de adoção da regionalização proposta, já sinalizada tanto pelo IBGE, quanto pelo Colegiado dos Territórios da Cidadania, acena com a unificação de esforços até aqui não coincidentes, o que muito poderá contribuir para o desenvolvimento do Maranhão. Em escala estadual, ao se assemelhar às 19 unidades de planejamento da Secretaria de Saúde e às 18 regiões de atuação da Secretaria de Educação, a proposta de Regiões de Desenvolvimento poderá incorporar duas das mais estratégicas políticas de desenvolvimento humano, nas quais o estado sofre com os piores indicadores nacionais.

Entretanto, a história do planejamento regional recente do Maranhão ensina que a definição técnica de uma dada regionalização proposta, embora necessária, não é suficiente para, de fato, se tornar prática governamental e política pública efetiva. Há que se creditar boa parte dos insucessos dos planos regionais maranhenses à pouca importância política conferida ao tema, mas nesse processo também cabe responsabilidade ao encorpado hábito da atuação fragmentada, uma reconhecida característica das práticas de gestão pública no Brasil. Contra tais riscos, que podem ameaçar a proposta das Regiões de Desenvolvimento do Maranhão, há que se reforçar o papel relevante que decisão e vontade políticas terão no processo de implementação e consolidação do planejamento regional entre nós. Relevância tanto para sua adoção e internalização por parte dos órgãos estaduais nos processos internos de planejamento, quanto na construção de espaços interinstitucionais de elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas em favor do desenvolvimento de todo o Maranhão.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área dos municípios 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Disponível em: <[file:///C:/Users/suporte/Downloads/estimativa\\_TCU\\_2019\\_20200427.pdf](file:///C:/Users/suporte/Downloads/estimativa_TCU_2019_20200427.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: período 2010 a 2017**. São Luís: IMESC, 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Regiões de Desenvolvimento: proposta de regionalização do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2015.

MARANHÃO. Lei estadual n. 7.356, de 29 de dez. 1998. **Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1520>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MARANHÃO. Lei estadual n. 8559, de 28 de dez. 2006. **Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3035>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de planejamento do estado do Maranhão**. São Luís: SEPLAN, 2008.

**IMESC SEPE**

GOVERNO DO  
**MARANHÃO**  
GOVERNO DE TODOS NÓS



[WWW.IMESC.MA.GOV.BR](http://WWW.IMESC.MA.GOV.BR)